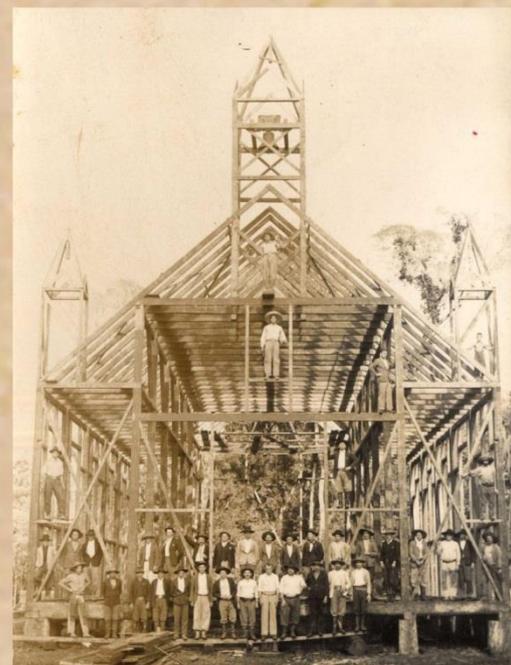


CEDOPH

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISAS
HISTÓRICAS DO ALTO URUGUAI

BRENO ANTONIO SPONCHIADO
JUSSARA JACOMELLI
(ORGS.)

CENÁRIOS ASSOCIATIVOS DO ALTO URUGUAI



*Cenários associativos do
Alto Uruguai*



Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Reitor

Luiz Mario Silveira Spinelli

Pró-Reitora de Ensino

Rosane Vontobel Rodrigues

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Giovani Palma Bastos

Pró-Reitor de Administração

Nestor Henrique de Cesaro

Campus de Frederico Westphalen

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Clovis Quadros Hempel

Campus de Erechim

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretora Acadêmica

Elisabete Maria Zanin

Diretor Administrativo

Paulo Roberto Giollo

Campus de Santo Ângelo

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Whatuba

Campus de Santiago

Diretor Geral

Francisco de Assis Górski

Diretora Acadêmica

Michele Noal Beltrão

Diretor Administrativo

Jorge Padilha Santos

Campus de São Luiz Gonzaga

Diretora Geral

Sonia Regina Bressan Vieira

Campus de Cerro Largo

Diretor Geral

Edson Bolzan



CONSELHO EDITORIAL DA URI

Presidente

Denise Almeida Silva (URI)

Conselho Editorial

Acir Dias da Silva (UNIOESTE)

Adriana Rotoli (URI/FW)

Alessandro Augusto de Azevedo (UFRN)

Alexandre Marino da Costa (UFSC)

Angelita Maria Maders (UNIJUÍ)

Antonio Carlos Moreira (UNOESC/URI)

Attico Inacio Chassot (URI/FW)

Breno Antonio Sponchiado (URI/FW)

Carmen Lucia Barreto Matzenauer (UCPel)

Cláudia Ribeiro Bellochio (UFSM)

Claudir Miguel Zuchi (URI/FW)

Daniel Pulcherio Fensterseifer (URI/FW)

Dieter Rugard Siedenberg (UNIJUÍ)

Edite Maria Sudbrack (URI/FW)

Elisete Tomazetti (UFSM)

Elton Luiz Nardi (UNOESC)

Gelson Pelegrini (URI/FW)

João Ricardo Hauck Valle Machado (AGES)

José Alberto Correa (Universidade do Porto, Portugal)

Júlio Cesar Godoy Bertolin (UPF)

Lenir Basso Zanon (UNIJUÍ)

Leonel Piovezana (Unochapeco)

Leonor Scliar-Cabral *Professor Emeritus* (UFSC)

Liliana Locatelli (URI/FW)

Lisiane Ilha Librelotto (UFSC)

Lizandro Carlos Calegari (UFSM)

Lourdes Kaminski Alves (UNIOESTE)

Luis Pedro Hillesheim (URI/FW)

Luiz Fernando Framil Fernandes (FEEVALE)

Maria Cristina Gubiani Aita (URI)

Maria Simone Vione Schwengber (UNIJUÍ)

Marilia dos Santos Lima (PUC/RS)

Mauro José Gaglietti (URI/Santo Ângelo)

Miguel Ângelo Silva da Costa (UNOCHAPECO)

Nestor Henrique De César (URI/FW)

Noemi Boer (URI/Santo Ângelo)

Patrícia Rodrigues Fortes (CESNORS/FW)

Paulo Vanderlei Vargas Groff (UERGS/FW)

Rora Maria Locatelli Kalil (UPF)

Rosângela Angelin (URI/Santo Ângelo)

Sibila Luft (URI/Santo Ângelo)

Tania Maria Esperon Porto (UFPEL)

Vagner Felipe Kühn (URI/FW)

Vicente de Paula Almeida Junior (UFFS)

Walter Frantz (UNIJUÍ)

Ximena Antonia Diaz Merino (UNIOESTE)

Breno A. Sponchiado
Jussara Jacomelli
Organizador (es)

Cenários associativos do Alto Uruguai

Série CEDOPH, v. 3



Frederico Westphalen
2015



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Breno A. Sponchiado, Jussara Jacomelli
Revisão Linguística: Wilson Cadoná
Revisão metodológica: Responsabilidade dos autores
Capa/Arte: Silvana Kliszcz e Laís Giovenardi da Rocha
Projeto gráfico: Tani Gobbi dos Reis

**O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).
Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.**

Catlogação na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

C389	Cenários associativos do Alto Uruguai [recurso eletrônico] / Organizadores: Breno A. Sponchiado, Jussara Jacomelli . – Frederico Westphalen, RS : URI – Frederico Westph, 2015. 150 p. – (Série CEDOPH – Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai ; v. 3) Modo de Acesso: < http://www.fw.uri.br/site/publicacoes/?area=aluno >. ISBN 978-85-7796-167-2 (versão <i>on-line</i>) 1. História. 2. Região do Médio Alto Uruguai. 3. CEDOPH. I. Sponchiado, Breno A. II. Título. IV. Série. CDU 94(816.5)
------	--

Bibliotecária Gabriela de Oliveira Vieira



URI – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 9
Campus de Frederico Westphalen:
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 – Fax: 55 3744-9265
E-mail: editorauri@yahoo.com.br, editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
BRENO A. SPONCHIADO JUSSARA JACOMELLI	
O <i>ETHOS</i> COMUNITÁRIO NA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI: FACETAS HISTÓRICAS DA COOPERAÇÃO E DO ENSINO ESCOLAR.....	10
BRENO A. SPONCHIADO	
ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA ACERCA DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS: O CASO COOTRIFRED.....	32
VANESSA BESOLD JUSSARA JACOMELLI	
POSTO DE ATENDIMENTO SICOOB OESTECREDI NA HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN	48
FRANCIELE LIBERALESSO JUSSARA JACOMELLI	
CONVICÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	70
VALDIR SANGALETTI LUIS PEDRO HILLESHEIM	
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RODEIO BONITO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE SUA HISTÓRIA.....	87
MAICO CELSO WOLF TATIANE FONTANA RIBEIRO JUSSARA JACOMELLI	
A PRESENÇA DAS MULHERES RURAIS NO MOVIMENTO SINDICAL EM FREDERICO WESTPHALEN.....	103
ANA CLAUDIA SZYDLOSKI	
ASPECTOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PALMITINHO... 	120
CLEONIR DA SILVA ZIBETTI DINA DOS SANTOS CAUDURO	
POLÍTICAS PÚBLICAS NO ALTO URUGUAI: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	131
NAILÊ LOCATELLI FANTIN ANTONIO JORECI FLORES	
MEMÓRIA ASSOCIATIVA NO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN: UMA LEITURA FOTOGRÁFICA.....	142
JUSSARA JACOMELLI	

Apresentação

Breno A. Sponchiado

Jussara Jacomelli

Cenários associativos do Alto Uruguai é a terceira publicação da Série Cedoph e traz para a discussão aspectos da história do associativismo no Município de Frederico Westphalen e na Região do Médio Alto Uruguai. O grande mérito da publicação é contribuir para a reflexão da trajetória histórica das iniciativas associativas que compilam desenhos da atualidade dos territórios estudados.

Composto por vários artigos, **Cenários associativos do Alto Uruguai** é constituído por uma pluralidade de fatos históricos que envolvem organizações e manifestações associativas. Além disso, é um composto de vozes que fazem uso de metodologias de estudo da sociedade, que nesta obra, se encontram unidas pela narrativa histórica e, igualmente, caracterizam-se como diferenciadas pelas especificidades interpretativas que apresentam. Dessa forma, permite ao leitor, além de navegar na História, compreender-se como parte constituinte da mesma, viabilizando a problematização, uma vez que é próprio do homem (ser humano) organizar-se em associações para obtenção de respostas positivas para situações sociais e econômicas inquietantes.

Com o artigo “O *ethos* comunitário na Região do Médio Alto Uruguai: facetas históricas da cooperação e do ensino escolar”, Breno A. Sponchiado aborda aspectos das diferentes expressões do *ethos* comunitário tecidos nas comunidades da primitiva Paróquia de Frederico Westphalen. Sua construção teórica está centrada especialmente na dinâmica e nas relações desenvolvidas entre os agentes sociais por ocasião da construção de estratégias de organizações associativas. Para isso, traz para o texto facetas de entidades comunitárias, cooperativas e de cunho educacional, como o processo de fundação da FESAU no Município de Frederico Westphalen.

No artigo, “Análise histórica e contemporânea acerca das cooperativas agrícolas: o caso cootrifred”, Vanessa Besold e Jussara Jacomelli trazem para a reflexão o associativismo a partir de um estudo de caso. Tendo como objeto de estudo a Coopetrativa Triticola de Frederico Westphalen, trabalham a trajetória histórica do cooperativismo em diferentes escalas territoriais, contudo apresentam especial atenção para a trajetória histórica local de formação e de atualidade do cooperativismo agrícola comercial.

Em “Posto de Atendimento SICOOB OESTECREDI na história do Cooperativismo no Município de Frederico Westphalen”, as autoras, Franciele Liberalesso e Jussara Jacomelli,

problematizam o cooperativismo de crédito e sua participação no desenvolvimento do Município e da Região do Médio Alto Uruguai. Para isso, apresentam, a partir de uma breve trajetória histórica, o cooperativismo em diferentes escalas territoriais e modalidades e as primeiras manifestações do cooperativismo de crédito no território do Rio Grande do Sul. Neste contexto histórico, registram a atualidade da participação histórica dessa modalidade de organização na escala territorial local e regional centralizada no caso do Posto de Atendimento do Siccob Oestecredi.

Com “Convicções necessárias para o desenvolvimento da agricultura familiar”, os autores Valdir Sangaletti e Luis Pedro Hillesheim, tratam do significado e da necessidade da agricultura familiar da Região ter uma organização cooperativa representativamente “forte”. Para isso, indicam o desenvolvimento de um sistema educacional que preserve elementos de cultura, diferenças étnicas, além da valorização social de seus agentes de desenvolvimento. Como estudo de caso, apresentam o sistema educacional da “Pedagogia da Alternância”, uma experiência que vem sendo desenvolvida na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen, para a formação de agricultores familiares com valores cooperativos e identitários.

Em “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito: uma análise sociológica de sua história”, Maico Celso Wolf, Tatiane Fontana Ribeiro e Jussara Jacomelli apresentam o resultado de uma análise sociológica da formação e da trajetória histórica do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito no Município de mesmo nome. Também tratam da contribuição dessa associação no desenvolvimento do território tendo como referência a contextualização do termo “associativismo” no quadro de desigualdade social e de necessidade de entendimento sobre o modo de pensar e de agir do homem, a partir do entendimento da organização da sociedade.

Com o texto, “A presença das mulheres rurais no Movimento Sindical em Frederico Westphalen”, a autora Ana Cláudia Szydloski busca divulgar o envolvimento e a participação das mulheres na construção do Sindicato de Trabalhadores Rurais no Município de Frederico Westphalen, considerando aspectos como: a participação, colaboração, união na busca por direitos e reconhecimentos como os relativos à profissão, bem como, reivindicando o papel da mulher dentro do movimento Sindical.

Em “Aspectos históricos da colonização e emancipação de Palmitinho”, Cleonir da Silva Zibetti e Diana dos Santos Cauduro socializam a participação dos italianos na formação do território do Município de Palmitinho. Consideram especialmente o envolvimento desses, no processo político emancipatório do Município.

Com o texto “Políticas públicas no Alto Uruguai: análise e interpretação de dados”, os autores Nailê Locatelli Fantin e Antonio Joreci Flores discutem o papel das políticas públicas para a superação dos problemas sociais. No texto, apresentam o resultado de um estudo comparativo realizado com base em dados obtidos junto as Assistentes Sociais dos municípios de Cristal do Sul e de Vicente Dutra. A pesquisa teve como critérios o estudo das tipologias de políticas públicas existentes nos municípios e as condições de implementação das mesmas visando à inclusão social.

Encerrando as produções textuais desta terceira publicação da Série Cedoph, em “Memória associativa no Município de Frederico Westphalen: uma leitura fotográfica”, Jussara Jacomelli compila uma reflexão sobre a memória associativa no Município de Frederico Westphalen a partir do uso da imagem fotográfica. Para isso, apresenta três experiências associativas: a Cooperativa Vinícola Vitória Ltda., a Cooperativa Agrícola Brasil e a Cooperativa da Banha e Produtos Suínos. O estudo se constitui em uma narrativa analítica de documentos e publicações a respeito do assunto, visando gotejar a identidade histórica local, através da memória e da representação fotográfica.

Desejamos a todos os leitores que este seja, mais que um mergulho na História Regional, um conjunto de ideias problematizadoras de nossas práticas sociais. Se vivemos em um mundo onde as desigualdades sociais são aviltantes e, onde, estas mesmas práticas, se manifestam em escala local, temos, sim, dever de buscar saídas para alargar os benefícios dos direitos à todos, como o direito ao trabalho e sua digna remuneração. Pinçar elementos constituintes das iniciativas associativas; elementos de concretude das ideias associativas no território e elementos de mudanças na trajetória e nas formas de fazer o associativismo, entre outros aspectos, permitem-nos questionar sobre potencialidades e sobre gargalos no desenvolvimento e no desempenho dos cenários associativos que formam as tessituras do Território do Médio Alto Uruguai.

O ethos comunitário na Região do Médio Alto Uruguai: facetas históricas da cooperação e do ensino escolar

Breno A. Sponchiado¹

INTRODUÇÃO

Ethos, palavra de procedência grega, e possui como definição com relação aos hábitos adquiridos por uma comunidade, é o que distingue um grupo social e cultural dos outros, sendo assim uma identidade social.

E por *ethos comunitário* entendemos um grupo de pessoas que possui objetivos comuns e mantém relações sociais estáveis de solidariedade (comum-unidade). Retenha-se que esse vínculo (objetivo) não é consensual, e sofre alterações com o tempo, à medida em que a comunidade se complexifica e enfrenta novas demandas.

Partindo deste conceito, abordaremos alguns aspectos das diferentes expressões deste ethos nas comunidades da primitiva paróquia de Frederico Westphalen, atentando, sobretudo, para a dinâmica e as relações entre os agentes sociais na construção de estratégias de organização associativa para fazer frentes às necessidades do momento. O enfoque recai sobre entidades comunitárias, cooperativas e de cunho educacional. A pesquisa baseia-se principalmente em documentação original e inédita. Longe de ser um tratado conclusivo, apenas quer acrescentar alguns elementos para permitir a compreensão do fenômeno social e histórico.

1 A COMUNIDADE É QUE VALE... DESDE O COMEÇO

Nas origens da primeira comunidade de Santo Antônio, depois chamada Barril e por fim Frederico Westphalen, vemos a presença do *ethos comunitário*, como o eixo do processo histórico e principal vetor das transformações sociais. A entidade ou organização social que galvaniza as vontades individuais é a igreja católica, instituição hegemônica que acompanha a trajetória dos pioneiros, desde a Europa, mormente Itália e Polônia, perpassa o período da fundação e desenvolvimento das Colônias Velhas até o seu processo de *enxameamento*².

¹ Doutor em História. Professor do DCH da URI-FW.

² *Enxameamento* é o termo usado por Jean Roche para designar o deslocamento de pessoas de um meio rural para outro meio rural motivados pelo excesso de população e/ou esgotamento da terra. ROCHE (vol. I, p. 319 s.)

Nas crônicas sobre a história de Barril da autoria Mons. Vítor Battistella encontramos essas marcas de cooperação, mutirão, gravitando em torno de questões vinculadas ao universo religioso. Como observa Battistella (1969, p. 37-38):

Nascidos e criados em ambiente eminentemente religioso, como são as famílias e paróquias das terras velhas, os colonizadores herdaram-no e trouxeram-no consigo indestrutivelmente ligado à vida. A religião foi sempre manancial perene e fecundo de coragem e de heroísmo, de esperança e de tranquila serenidade em meios às mais duras privações e às mais árduas lutas. Os antigos sabiam disso. Daí o cuidado com que conservassem as tradições cristãs e os costumes piedosos na vida familiar.

Neste contexto a construção de um espaço próprios para as celebrações religiosas tornava-se a primeira preocupação das famílias, a capela, como bem mostrou o estudo de Manfroi. Ao seu redor fluíam os demais ingredientes do mundo social-religioso transplantado da Europa: os objetos sacros, as alfaias – para uma eventual visita de padre -, uma estampa ou estátua do santo padroeiro, o cemitério, o sino com sua torre, a ampliação da capela pelo aumento de sócios, salão de festas. A área de terra para a capela, em geral, era doada por um colono, em local estratégico, alto, encruzilhada, onde se prevê que vai se desenvolver um povoado, servido facilmente de água. Por vezes a iniciativa de um oratório doméstico desdobra-se em local de culto coletivo. Esta condição dá ao proprietário certa proeminência na escolha do santo padroeiro e lhe permite valorizar os terrenos vizinhos, quando não era o proprietário do estabelecimento comercial próximo. Como se vê, o interesse econômico estava presente.

A igreja apresentava-se invariavelmente como centro da vida comunitária rural, da mesma maneira como acontecia nas aldeias e vilas, enquanto a agitação fabril mundana não as invadisse. Em redor da igreja surgiam as demais coisas necessárias à vida coletiva; escola, casa comercial, bodegas, ferraria, salão de festas. A igreja era forçosamente o ponto de referência dos encontros domingueiros. (id., 40)

Nesse processo e autoinstitucionalização da vida comunitária em torno da religião, passa-se para o segundo momento: a escolha dos postos de direção e serviços, onde prevalece os carismas, aptidões naturais de cada membro. É organizada a primeira diretoria, chamada de *fabriqueiros* nas colônias de origem italiana. Por meio de eleição, escolhe-se um presidente ou Primeiro *Fabriqueiro* (líder inato, empreendedor), um tesoureiro (que saiba contar), as vezes um secretário (que dominasse a escrita). Quem domina as orações e apresenta certa coerência do discurso com sua prática se impõe como capelão (padre- leigo, *sacristão* para os italianos), surgem as catequistas para ensinar o catecismo às crianças, os animadores do canto, os festeiros (churrasqueiros, doceiras, fogueteiro...). Adiante surgem as Associações Religiosas, como, no caso de Barril, Associação das Mães Cristãs, Associação Antoniana, a Confraria do Santíssimo

Sacramento, a Congregação da Doutrina Cristã, o Coral de cantos, a Caixa das Almas (recolhia esmolas para rezar em sufrágio dos mortos), Caixa Mortuária (um fundo funerário)..., cada um com seu Zelador (coordenador), estatutos, na maioria das vezes implícitos. Enfim, forma-se, quase que espontaneamente, uma plêiade de funções, reproduzindo a estrutura de uma sede de paróquia, a capela torna-se, por força do *ethos comunitário católico romano*, uma micro-paróquia, não oficial, mas efetiva e afetiva.³

E note-se e frise-se que tudo isso acontece longe da Igreja oficial, das autoridades eclesiásticas que nem imaginam o florescimento de novas comunidades embrenhadas nos sertões. Por exemplo, em Barril, as articulações da fundação da capela dá-se início em 1921, quando a região pertencia à Paróquia de Palmeira das Missões, distante e com falta de padres, que esporadicamente visitavam o nascente núcleo, dispensando a celebração da missa e sacramentos. Somente em 1932 chega o primeiro sacerdote (*prete istábile*), fruto também de ingentes pedidos da comunidade ao bispo.

Outra entidade coletiva, que surge nas comunidades, geralmente à sombra da capela é o *clube de futebol*, com seu campo de jogos, sede e diretoria.

Quem vive em torno dessas realidades acaba por formar uma identidade arraigada com o seu lugar, que, por muitas vezes é o micro-cosmos dessas pessoas. Cunhou-se o termo *campanelismo ou paroquialismo*⁴ para designar esse *modus vivendi*. Que possui um lado pejorativo ou negativo. Assim, ao tratar de contendas que perturbam a vida comunitária, derivadas por divergências de opinião na escolha de lideranças (no caso em tela, o Inspetor de Quarteirão⁵, em Taquaruçu do Sul, por 1928), e que entra interesses comerciais, Battistella contemporiza: “As comunidades do interior, alheias a maiores preocupações, vivendo apenas seu pequeno mundo, à sombra do campanário, chocam-se frequentemente com tais e outros pequenos problemas” (1969, p. 227).

³ Entre outras, veja-se a obra: GALIOTO, Pe. Antônio. *As Capelas – Uma original experiência sócio-religiosa*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

⁴ A definição dada pelo dicionário é “apego/ exasperado à sua cidade e suas tradições.” Segundo Wikipédia: Para paroquialismo significa que o apego à sua cidade, seus usos e suas tradições. A defesa destes valores, por vezes, pode determinar um espírito de rivalidade também muito acentuada, com as cidades vizinhas. Encontramos demasiadas vezes não sem raízes históricas, são as rivalidades entre as cidades - próximos e não - especialmente relativas às competições desportivas. O termo vem da palavra sino, e tem um significado importante, porque é a mesma torre do sino para determinar a divisão entre países, portanto provincianismo, embora exemplos de grande escala, principalmente caracterizado divisões culturais, atividades sociais.

⁵ O *Inspetor de Quarteirão* era responsável pela vigilância e conciliação de pequenos conflitos no espaço geográfico de sua jurisdição, tinha o poder restrito somente a vigilância e pequenos acordos. Mas, em nossa região, sua atuação e verdadeiro sentido foram de elos de ligação dos coronéis com os núcleos interioranos. Com certeza, sua presença como únicos representantes da lei, da justiça, e da ordem, serviram para o fortalecimento do projeto dos mandatários nos lugares mais longínquos.

Pe. Luiz Sponchiado, que conheceu profundamente essa realidade, na teoria em seus estudos sobre a imigração, e na prática no seu apostolado sacerdotal, é enfático. Sobre as falas de um entrevistado, interpreta:

Penso que o que formou em juízos sobre o que dispense na entrevista, foi, o “traz-e-busca” dos fregueses, que, bem sabe, em pequena comunidade de Barril de então, todos se conhecem, e o “diz-que-disque” corre solto e sem responsabilidade, fazendo dos pequenos lugares uma “Comunidade quase familiar”, e ao mesmo “um inferno grande”.(SPONCHIADO, 2001, p.2)

2 O COMUNITÁRIO NO COOPERATIVISMO

O *mutirão* (chamado também de *puxirão*) é a forma mais elementar do ethos comunitário. Sempre existiu no meio rural, onde a necessidade emergencial de fazer-se um serviço, como a colheita do produto, abertura de estrada, ajuda a uma família necessitada e que exigia a participação de mais pessoas, de famílias vizinhas. Era uma forma de entre-ajuda, uma troca de mão-de-obra, algum utensílio – como a trilhadeira -, sementes ou mudas com vantagens mútuas.

Um caso em que vemos o ethos comunitário em um caso atípico, foi na formação da chamada “Liga Colonial”, na região de mato dos atuais municípios de Frederico Westphalen, Seberi. Durante a Revolução de 1923, digladiada entre Assis Brasil (oposição, “maragatos”) e Borges de Medeiros (governistas “chimangos”), os esparsos colono sofriam saques por parte de “pseudorevolucionários”. O agente consular da Itália, morador no hoje Seberi, propôs aos colonos a organização de uma *Liga Colonial de Defesa*, contando com o apoio das autoridades públicas. BATTISTELLA narra:

Reuniu-se toda a espécie possível de armamentos e determinou que diariamente piquetes de colonos armados montassem guarda, devidamente escalados em pontos estratégicos, à beira da estrada, nas divisas com Boca da Picada. A alimentação corria por conta de cada um. Agindo sem provocações, mas, com decisão, às ordens daqueles chefes, e graças à fama que logo se espalhou da presença de uma “poderosa” força para defesa da colônia, a Liga conseguiu evitar novos saques e roubalheiras, afastando vigorosamente quaisquer grupos isolados que ousassem tentar a invasão. Foi um benefício de inestimável valor prestado à causa da colonização. (1969, p. 26).

A situação revolucionária citada oportunizou a criação do *escambo*. Ainda segundo Battistella, “As compras custavam dinheiro e o dinheiro era pouco e difícil de ganhar. Exportação não havia e só era possível vender algumas coisas entre vizinhos” (id. p. 24).

A reconstrução histórica, da face cooperativista, do ethos comunitário aparece com facetas turbulentas e polêmicas. Nos limitemos a expor alguns dados. A primeira entidade cooperativa em Frederico Westphalen foi a Cooperativa Vitivinícola Vitória Ltda, em 1932. No

Livro Tombo da Paróquia, o Pe. Battistella, registrou o contexto no seu aspecto econômico: população lutando com as dificuldades da crise de 1929), dificuldades do transporte, baixa de preços dos produtos coloniais e alta dos artigos do comércio.

Os colonos apertados pela angustiosa situação procuraram alívio e remédio organizando uma sociedade cooperativa de compra e venda. Alma e esteio deste movimento foi o esforçado e benemérito colono Ângelo Michellon que não mediu sacrifícios para que a iniciativa não esmorecesse. Grande foi o interesse que a medida despertou, mas não há ainda elementos que permitam julgar das vantagens que semelhante organização possa trazer à colônia (Livro Tombo da Paróquia Santo Antônio de Frederico Westphalen, V I, p. 25-26).

Mais tarde colocou possante moinho, mas pouco tempo funcionou. Em 16 de novembro de 1938 surge a Cooperativa de Produtos Suínos Santo Antônio Ltda, mas com poucos sócios. Foi incorporada à Indústria Damo S.A. Em 1944 os agricultores fundaram duas novas cooperativas, a Agrícola Brasil Ltda, hoje COTRIFRED, e também a Cooperativa de Insumos Agrícolas Ltda, esta de pouca duração. Em 1959 foi fundada a Cooperativa dos funcionários Públicos e Bancários de Frederico Westphalen. Mais duradoura e significativa é a caminhada da COTRIFRED, ainda atuante:

O Estado gaúcho através da agricultura em meados da década de 1950 estava alcançando grandes produções de cereais, especialmente o trigo. O Ministro da Agricultura, mostrando uma preocupação para armazenar a produção de trigo, liderou a construção de silos e armazéns em diversas cidades gaúchas, destacando-se em nossa região, Palmeira das Missões, Panambi, Ibirubá, Cruz Alta, Frederico Westphalen, entre outras. - Assim a cidade de Frederico Westphalen recebeu o silo que serviu para congregar a classe (...) Logo após a conclusão das obras, alguns funcionários do Ministério da Agricultura acompanharam lideranças da cidade na formatação do estatuto social de fundação da Cooperativa. Em 10 de novembro de 1957, um grupo de agricultores fundou a Cooperativa Triticola Frederico Westphalen Ltda.⁶

Um mapeamento revelaria diversas outras iniciativas de natureza coletiva que faliram e se extinguíram, como uma Holding, destinada a uma indústria de calçados, nos anos 1990, que “quebrou”.

Aqui nos defrontamos com um paradoxo: como uma sociedade marcada tradicionalmente por ações coletivadas, como vimos frisando, apresenta expressivos casos de fracassos de associações e cooperativas?

Entendemos que caso é um caso, mas podemos, em tese, apontar algumas causas: 1) o não apoio do padre, maior líder comunitário que não via com bons olhos iniciativas que lhe fugissem do controle - como veremos adiante – e a presença na direção de pessoas incapazes de aglutinar sócios, e manter credibilidade; 2) entidades criadas para fazer frente a um momento, em

⁶ Pesquisa de Wilson Aleixo Ferigollo. <http://www.cotrifredfw.com.br/site/sobre.php>.

geral de crise, que após passar, perde sua finalidade; em outras palavras: a falta de as associações se reestruturarem a medida que a conjuntura econômica altera; 3) a presença de questões político-partidárias, que, em geral, são agudas e mais desunem que unem, sobretudo quando envolve aspectos financeiros.

Para ilustrar, vemos no caso da futura COTRIFRED, uma ação personalista, como nos narrou um de seus fundadores, Vergínio Cerutti, alto comerciante, radicado em Frederico Westphalen desde 1926.

Outra coisa que eu me interessei muito quando eu vi que eu ia deixar de negociar, porque já tava cansado de tantos anos aqui – que fui o primeiro comerciante aqui em Frederico Westphalen – foi de criar uma cooperativa para os colonos. Porque achei que os colonos devem ser apoiados, deve ter sociedade, porque a exploração do intermediário – eu como comerciante, minha consciência sempre trabalhou, ninguém aqui pode dizer o contrário, a favor do colono – mas achei que os colono deve ser orientado, porque a exploração do intermediário é grande em toda parte, e o colono é o maior sacrificado, além que trabalha pra dar comida a todo mundo que trabalha na cidade, tudo isso; eu achei que precisava então de uma cooperativa. Dito e feito. Eu criei a Cooperativa, fui fundador dessa Cooperativa Frederico Westphalen aqui. E o colono, como das vez não podia entrar com 100 *miréis*, para poder ser sócio, eu emprestava o dinheiro; 100 cruzeiros, emprestava para ser descontado no produto que ele entregava. Assim, aí está a Cooperativa. Além da Escola Técnica está a Cooperativa. (CERUTTI, 1986).

As gavolices e contradições são flagrantes, sabendo que por trás estavam questões político-partidárias. O mesmo depoente revela:

De maneira que muita coisa aqui eu tenho feito pra progresso do lugar. Mas, muita gente aqui, tempo da política eu mudei de partido e não gostaram que mudei de partido; fui pro partido do PTB, e me perseguiram muito. Podia ter feito muita coisa aqui, hoje aqui, Frederico Westphalen, podia ser mais do que Erechim se eu tivesse tido a liberdade de trabalhar. Não me queixo da autoridade de Porto Alegre, nem dos Governo, porque o próprio Meneguetti, que era de partido contrário meu, uma ocasião eu tava com 20 vagão de trigo, em Santa Bárbara, e tinha que entregar se não perdia o negócio, pra um comprador de trigo lá do Rio de Janeiro...

Já Alberto Lisot, afamado padeiro da cidade, chegado em Frederico Westphalen em 1939, por orientação do seu tio Vergínio, acrescenta na sua versão sobre as origens da COTRIFRED:

A Cooperativa surgiu foi por intermédio do Vergínio, o Vitalino [Cerutti]. Dominghinho “Estele” (Piovesan, se chama Estele, porque foi o Estele que criou ele). Surgiu essa Cooperativa e lá teve alto e baixo. Sempre nas mãos do PTB. O Vergínio até largou do comércio, se meteu na Cooperativa. No fim, faliu também o Vergínio. Faliu a Cooperativa, faliu o Vergínio. - O Vitalino era acusado de muitas coisa, mas depois cobriram tudo. (...) - É, depois fundou o jornal. Ele fundou tudo quanto era coisa, mas nunca deu certo com ele. Ele não tinha capacidade suficiente. Ele tinha boas ideias. Vitalino era um grande inteligente, boas ideias, mas ele fundava uma coisa, por exemplo: – “Vamos botar uma fábrica disso”. Tá, ele começava, largava mão, não botava mais as mão, deixava na mão de “picareta” (LISOT, 2001).

3 A UNIÃO DOS AGRICULTORES E CRIADORES (UNAC) – O VIGÁRIO COOPTA O SEGMENTO AGROPECUÁRIO

Foi outro órgão associativista, ideado pelo Pe. Vítor que visava ter sob o seu controle uma organização que agregasse os produtores agrícolas e pecuaristas, visto estarem alguns deles associados a pequenas cooperativas locais, onde não sua mão não alcançava. A UNAC teve efetiva ressonância na economia regional, determinou certa modernização do campo ao difundir novas técnicas, métodos e produtos. E serviu para canalizar polpudas verbas federais, que nem sempre iam parar conforme constavam nos documentos. Sua origem: Havia tempos que o pároco, em seus frequentes contatos com a colônia, vinha observando certo desânimo nos colonos, originado dos muitos insucessos na agricultura e na pecuária. O pouco rendimento de muitas plantações e de muitas criações vinha criando ambiente de descontentamento, levando não poucos paroquianos à ideia de que emigrar para outras terras seria o melhor remédio. Entretanto – pensava o pároco – “não era possível que a terra fosse a culpada dos insucessos, uma vez que se trata de terra situada na ubertosa bacia do Uruguai, incontestavelmente, uma das mais férteis zonas do Estado e do Brasil e quase ainda inexplorada. Deveria haver falhas no cultivo da terra, nos métodos de agricultura e da pecuária” (LIVRO TOMBO II, 58 e s). Este problema econômico afetava profundamente os interesses da paróquia e os projetos do pároco. Em Assembleia de 29 de julho de 1951 foi fundada, como “sociedade civil, com fins econômicos e sociais”, inspirada nas resoluções do Congresso dos Agricultores do Rio Grande do Sul, realizada em Porto Alegre, em julho de 1945. Em 1951 reuniu os homens mais práticos de assuntos agrícolas e de pecuária, consultou livros, revistas e publicações, e chegou à conclusão que havia remédio fácil para os mencionados males e remédios práticos ao alcance de cada colono de boa vontade. Foram realizadas sucessivamente vinte e três reuniões presididas pelo pároco, que mantinha as conferências auxiliado pelos homens mais entendidos em assuntos específicos de pecuária e agricultura. Elaborou-se um plano de trabalho trienal, durante o qual, deveria se conseguir os seguintes objetivos: de melhoramento e renovação das raças; prática das medidas essenciais da higiene e saúde para os animais; alimentação melhor, mais racional e adequada para os animais em geral; na agricultura: troca e substituição de sementes, melhor conservação das terras. (ESTATUTOS).⁷ Em 1952 observa o religioso que “Em toda a parte há os entusiastas, os otimistas, como também os pessimistas e indolentes. Nota-se, porém, de um

⁷ Os estatutos foram reformulados em 26.07.1953 e em 09.03.1958. A diretoria da UNAC, em 1952, estava constituída assim: Presidente - Pe. Vitor Battistella; Secretário – Bernardino Centenaro; Tesoureiro – Achiles Ferrari; Conselho Fiscal – João Muniz Reis, Pe. Afonso Corrêa e Alfredo Haubert; Conselho administrativo – Ciro Primo Binotto, Augusto Blescovisci, Antonio Manfio, Flodoardo Cruz Netto, José Francescatto Facco, João Ferrari e Anselmo Francescatto.

modo geral boa receptividade às ideias da UNAC e que já conseguiu notáveis resultados” (LIVRO TOMBO II, p. 63). Foram conquistas da UNAC: o *1º Congresso Rural Social - 1953*⁸, e a *Casa do Agricultor*. Para esta, o Pároco conseguiu a vultosa subvenção de Cr\$ 1.000.000,00 do Ministério da Agricultura em 1956, destinada a fornecer, a preços acessíveis, todos os medicamentos, vacinas, venenos, etc., mais necessários à pecuária colonial, bem como sementes, adubos, inseticidas, aparelhos e máquinas para a agricultura, sem omitir a assistência direta e a orientação aos colonos e demais fregueses por meio de competente encarregado da casa contratado. Eis o segredo da conquista: “Às suas velhas relações de amizade com o deputado Dr. Tarso Dutra e ao devotamento deste parlamentar aos interesses povo deve-se a subvenção de um milhão de cruzeiros que o ministério destinou à UNAC” (LIVRO TOMBO II, p. 85 v.). Em 1957, a UNAC organizou uma granja modelo, Santo Isidro, que também serviu para carrear novas verbas. Em 1958, instala-se na cidade o Posto de Higiene, “após várias demarchas e delongas pelo benemérito governo do Estado que tem como chefe o Sr. Ildo Meneguetti e titular do Departamento de Saúde o Dr. Alfredo Hofmeister” (LIVRO TOMBO III, p. 1), critica o religioso que provavelmente mexeu os pauzinhos nesta conquista. No mesmo ano, surge o projeto de um posto da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR).

4 O ETHOS COMUNITÁRIO NA EDUCAÇÃO

A educação escolar foi concebida pelas lideranças político/administrativas e religiosas (no caso sobressai a figura de Mons. Vitor Battistella, que permaneceu por 30 anos dirigindo com mão-de-ferro os destinos da extensa paróquia) de Frederico Westphalen, desde seus primórdios, como um campo extremamente estratégico. Talvez só perdendo para a política partidária em complexidade e importância na consecução ou fracasso dos seus projetos. A Escola é encarada como espaço crucial na formação de pessoas. Ganha preocupação, assim, a vinda de professores de fora da comunidade por serem potencialmente portadores de idéias diferentes e concorrentes à hegemonia mental do padre. Daí se configurar em Barril (antigo nome de FW) um cenário bem diferente das demais localidades congêneres, de seu porte e maiores, onde a Igreja é que orientou a gênese da educação, lhe atribuindo papel essencial na evangelização, como sublinha De Boni, e em Barril, a escola vai ser reivindicada pelos próprios colonos e também por líderes civis.

De modo que a nossa análise se pautará na premissa de que a educação é um campo de disputa social.⁹

⁸ Veja-se a publicação com sínteses e anotações do certame BATTISTELLA, 1953.

⁹ A este respeito veja-se o estudo de Selina M. Dal Moro. *Da Escola paroquial a escola pública*. (mimeog). A autora procura entender o significado da escola, como instituição social, inserida no município de Sananduva. “Significado –

Uma questão que está instalada na historiografia regional é o relativo desinteresse ou omissão do Mons. Battistella na educação escolar. Diferentemente de outros campos onde sua atuação foi pioneira e acentuada, na educação vai ser protelador e somente vai agir quando vê a real ameaça de este importante setor ficar nas mãos de pessoas que não garantiriam seu controle. É fato sintomático que na sua obra histórico-biográfica *Painéis do Passado* não tenha destinado um painel específico para a educação ou instrução em Barril, ao passo que outros temas triviais e episódios mereceram, como música, festas, costumes...

Esta análise, porém, deve levar em conta outro ingrediente: a de que os imigrantes colonos italianos – e seus descendentes – eram quase indiferentes em relação à escola. As atenções e forças eram canalizadas para os oratórios e capelas, como espaço primordial, garantidor da prática do culto e transmissão da Doutrina católica.¹⁰ Para esses pequenos proprietários, identificados com a propriedade, a terra, o trabalho, a produção e a religião, a escola como transmissora de conhecimentos/instrumentos era vista numa posição secundária ou como desnecessária.

Através do *Relatório administrativo* de 1928-1929, podemos traçar um quadro da economia de Barril à época da sua elevação a categoria de distrito. Contava com oitenta e um contribuintes para pagamento de impostos. No *Comércio*: oito moinhos, um sapateiro sem oficial, uma trilhadeira de trigo. Na *Indústria*: cinco cantinas de vinho, doze engenhos de rapadura, seis engenhos de aguardente; uma exportadora de madeira de segunda classe, uma fábrica de banha, três ferrarias de segunda classe, seis fábricas de fumo, um depósito e uma bomba de gasolina, um hotel. Cinquenta e três veículos de tração animal. As *Profissões*: Duas alfaiatarias, cinco casas comerciais de 15/30 c. [?], sete de 6/15 c. e oito até seis c.; duas casas de bebidas e cigarros, quatro curtumes com oferta de obras; sete carpinteiros.

5 PERFIS DAS ESCOLAS NO ANTIGO DISTRITO DE FREDERICO WESTPHALEN

Tomando por fonte a obra *Painéis do Passado* do Mons. Vitor BATTISTELLA (1969), conseguimos traçar um breve mapeamento dos educandários nos primitivos lugarejos do distrito de Frederico Westphalen, o que nos revela detalhes dos inícios da instrução escolar, se particular ou pública e alguns nomes dos primeiros mestres e mestras.

escreve na introdução – que se definiu nos entendimentos (ou desentendimentos) estabelecidos entre Estado, Igreja e Colonos”. p. 13.

¹⁰ “Os imigrantes italianos “desconheceram na própria pátria os benefícios da educação e da instrução”, afirma Zagonel, p. 43.

Na Vila de Frederico Westphalen, em 02.03.1925 a escola funcionava na capela, com a profa. Amélia Sanvido e foi até 05/1926; depois o prof. Pedro Lisowski durante algumas semanas a partir de 03/1927; - De 05/1926 até 12/1926 ficou em *casa particular*, no centro do povoado, o Prof. Horizonte da Luz; Já a partir de meados de 1927, em *Escola particular construída pela colônia polonesa*, ensinou o prof. Pedro Lisowski. No mesmo ano, em *escola particular construída por Sociedade escolar* presidida por João Cerutti atuam os profs. Velocino de Camargo, Zequinha Borges, Doca Borges, Aládia Camargo (a primeira professora municipal), João Abott (professor municipal), por dois anos; - Até que em princípios de 1934 surge o *Grupo Escolar*, ocupadas pelas profas. Elza da Fonseca (diretora), e as irmãs América e Edite Araujo; mais tarde Aydê Klippel e Maria de Oliveira Dutra.

Taquaruçu do Sul, teve sua primeira aula em 1925, no oratório São Roque, com o Prof. João Fontana, que ensinou até 1949. Em 1940 surge o Grupo Escolar, “fruto de iniciativa comunitária”.

A comunidade de Vista Alegre contou com os Profs. Primários: José Baruffi e Feliciano Farias de Melo (“possuíam preparo rudimentar, mas eram bastante dedicados”); depois Genuíno Fontana João Fontana; Recebeu em 1946 o Grupo Escolar – construído à expensas da Sociedade de Pais e Mestres.

Sete de Setembro contou de 1925 a 1927 com o mestre Máximo Manfrin, que na falta de escola, deu aula primária, a título de cooperação, por conta própria, em sua casa e na capela; Entre 1928 e 19337 lecionaram os prof. Nomeados: João Fontana, Vidal Fortunato, Jacinto Gomes, Genuíno Fontana, Maria e Gilda Botton e Rosália Lorini.

A população de São Paulo, interior de Vista Alegre pode contar com os serviços do Prof. Alexandre Magri, em aula particular na capela. E 1936 obteve sua Aula Municipal subvencionada, com a docência do Prof. Feliciano Farias de Melo.

Palmitinho somente em 1935 viu sua Aula particular na capela, com as profas. Almerinda Pereira, Dozolina Balestrin, Florisbela Sarti.

Boa Vista, interior de Palmitinho, também inaugurou sua história educacional com Aula particular (1934) da Profa. Ermenegilda Gatiboni; em 1936 recebe Aula Pública com a Profa. Dozolina Balestrin.

Caiçara, igualmente, vai depender de Aula particular, na Capela, com os ensinamentos dos Profs. Jacito Aguierre, Luiz Menegatti e José Cláudio; Ganhou em 1934 uma Escola com o Prof. José Claudio; Elevada em 1943 a Grupo Escolar: Diretores: Leopoldina Schoeffer (de Cruz Alta) e Adriano Schmith (de São Leopoldo).

Vicente Dutra esperou por uma Escola Municipal, situada no centro da vila, ativada pelos profs. Ermira Henriques, Jacy Ramos, Elvira Lorini e Osório Alves da Rocha; Em 1941 viu seu *Grupo Escolar*, tendo nos inícios a diretora Ruth Terra lama (de Pelotas), Otilia Cossa, Nilza Brandão.

Em São Francisco do Pardo, (FW), também contou os préstimos de Alexandre Magri, que exerceu por algum tempo professor primário. A partir de 1939, na capela, lecionaram: Fabricio e Alexandre Magri, Afonso Sanvido, Marcelo Sponchiado, Jacó Tatto.

Oswaldo Cruz, por fim, até 1925 contou de *aula particular* em casa de Agostinho Trezzi e a Profa. Dosolina Zatti Balestrin; em 1926 surge escola ao lado capela.

Pelo quadro acima, podemos ver como a escola de início estava atrelada à capela e por vezes foi de iniciativa particular, portanto dos próprios moradores; outras vezes já iniciou com a presença do poder público, no caso da Prefeitura Municipal, passando depois para a esfera do Estado, quando evoluía para Grupo Escolar.

Nota-se também que o percurso das escolas difere de outros lugares onde ela foi uma iniciativa da Paróquia e depois passou para pública. Esta constatação nos remete a concluir um certo desinteresse em certas comunidades pelo ensino escolar e/ou a presença desde cedo do poder público. A este respeito, dispomos do comentário que o Pe. Battistella registrou no Livro Tombo da Paróquia sobre a chegada do Grupo Escolar na Sede de sua paróquia em 1935:

A falta de instrução é uma das sensíveis lacunas desta próspera colônia. Há tempos os elementos representativos de nossa sociedade vinham pleiteando junto aos poderes municipais o estabelecimento de um grupo escolar neste distrito, o qual pelo seu desenvolvimento agrícola, pelo número e tempera de seus moradores, pelo coeficiente eleitoral e por outros muitos títulos é considerado talvez o primeiro de todo o vasto município da Palmeira, razão pela qual se impunha com força de direito a satisfação de tal desideratum. Animava as esperanças, outrossim, a política benemérita de franca proteção e desenvolvimento da instrução pública que o ilustre chefe político e municipal Coronel Valzumiro Dutra junto ao governo do Estado, e o decreto da criação veio entre os aplausos e o júbilo de quantos sabem apreciar o valor da instrução e da educação. Foi remodelado e adaptado para o edifício do grupo um prédio suficientemente espaçoso em caso de emergência, situado em ponto central ao lado da praça, esperando-se começar dentro deste ano um edifício apropriado novo, amplo e confortável com todos os requisitos da moderna pedagogia. (Livro Tombo I, p. 32 e v.).

6 O MUNICÍPIO DE PALMEIRA SE PREOCUPA COM O “PÃO DO ESPÍRITO”

Destaca-se a alusão elogiosa ao Prefeito de Palmeira das Missões, afamado como “o último caudilho do Rio Grande do Sul”, de ser um empreendedor no campo educacional. Assim, parece útil vermos alguns Relatórios do Município de Palmeira no que se refere à educação. O Relatório do Intendente Cel. Vazulmiro, de 10/1928 a 09/1929 nos revela, no item das finanças,

que o mandatário fez uma empréstimo de 1000:000\$000, do quais 66:000\$000 “foi destinado à construção de um Grupo Escolar nesta Villa” (PREFEITURA DE PALMEIRA, 1929). Diz também que o Estado dotou 24 escolas municipais com a subvenção de 600\$000 cada uma, que eram pagos “à proporção que os mapas escolares trimestrais vão sendo apresentados ao tesouro do Estado”. Informa que o Estado mantinha duas *escolas isoladas* (destinadas ao ensino primário nos lugares interioranos), uma em Iraí e outra na Guarita, somando 68 alunos. Já as escolas municipais, do tipo misto, somavam 53, sendo 24 subvencionadas pelo Governo do Estado, atingindo 2.688 alunos, sendo 1.954 do sexo masculino e 724 do sexo feminino. O Grupo Escol, diferentemente, com uma frequência de 127 do sexo feminino e 98 do masculino. Informa que naquele ano criou 9 escolas primárias, estando no firme propósito de, no próximo ano, elevar aquele número. A matrícula total nas escolas municipais e estaduais era de 3.032 alunos de ambos os sexos. Mas nem tudo eram notícias boas: Lamenta ter fechada a escol isolada de Nonoai por jubilação da professora. Por fim, enaltece “a importância deste departamento da administração que, cada dia mais se desenvolve, conforme a plataforma governamental do Snr. Cel. Intendente”; e solicita a um funcionário para a fiscalização da Instrução Pública, função que era exercida pelo Intendente.

Identifica-se que no professorado em 1928-29 o 13 Distrito contava com quatro escolas; professorado municipal: João Fontana, Oládia Camargo, Máximo Manfredi (Manfrin), Mauricia José Reis.

O mesmo mandatário, agora prefeito, em 1934, diz no seu Relatório de 1934 que a instrução pública do município é “objeto de meu maior desvelo, absorve 19% de sua arrecadação” (PREFEITURA DE PALMEIRA, 1934. p. 8). Mantinha 8 escolas municipais na sede e 55 nos distritos, sendo 5 no de Frederico Westphalen; portanto uma a mais do que em 1929. Além de subvencionar as escolas municipais o Estado concorria com a manutenção de três Grupos Escolares (Vila, Campo Novo e Fortaleza), e 8 escolas isoladas. A frequência média era de 3.500 alunos. E conclui: “É promissora, já se vê, a instrução pública em Palmeira. Há, entretanto, núcleos de população, em vários pontos de seu vasto território, que estão sem escola para a infância, cumprindo aos poderes públicos providenciar, com a possível urgência, para que se lhes dê o precioso pão de espírito” (Id. p. 9).

O Relatório de 1941 informa que fora de 18,02% da arrecadação prevista a verba destinada ao ensino primário. Foram criados Grupos Escolares em Faxinal e Tenente Portela. “A seleção de professores para ingresso no magistério municipal tem obedecido rigorosamente a uma prova de capacidade dos candidatos” (PREFEITURA DE PALMEIRA, 1942, p. 22). Na “Parada da Mocidade”, realizada em setembro daquele ano formaram 5.416 alunos. Havia 9

grupos escolares e uma escola isolada mantidos pelo governo do estado. Funcionavam também 43 escolas particulares. Lecionavam 100 professores municipais.

A década de 1940 representou a passagem de um patamar para outro, em todos os aspectos, para Barril, à semelhança de todo o país e o mundo. Era notável o desenvolvimento material do distrito, com a agricultura assumindo importância sempre crescente como base de toda a vida econômica, através do aprimoramento dos métodos da agropecuária, como a introdução de novas sementes e cultivares.

E o ensino, entretanto, podemos dizer que permanecia ainda no tempo da “Pedra Lascada” ou no período *tenebrae* e obscuro da Idade Média!

Ora o “cavalo de batalha” do temido Comunismo Russo - que também saiu vitorioso na II Guerra - dava ênfase aos problemas sociais: saúde, ensino, habitação, trabalho, lazer... É aí que o líder vai usar das mesmas armas, partindo a realizar as obras que sanassem estas graves lacunas e que ficavam mais sensíveis na percepção da população: 1940 - Rede Telefônica Barrilense; 1946 - Colégio Nossa Senhora Auxiliadora; 1946 - Pré-Seminário N. Sra. Medianeira; 1946 - Rádio Luz e Alegria; 1947 - Hospital de Caridade; 1948 - Cinema Paroquial; 1950 - Início da nova Igreja Matriz; 1951 - União dos Agricultores e Criadores - UNAC; 1956 - Casa do Agricultor. Estas obras serviram de infraestrutura para, em 1953, desencadear o movimento emancipacionista - conseguido no ano seguinte - e deu condições ao novo município de ser elevado a Sede da nova Diocese (1961).

Com a construção de um Colégio dirigido por freiras Mons. Vítor somava mais um ponto estratégico para seu monopólio.

Outro fator influente foi a grande afeição que Pe. Vítor tinha pelas vocações. Neste assunto, era um verdadeiro mestre. Além das vocações masculinas, abrigadas no Pré-Seminário, era preciso cultivar as muitas vocações femininas. O Colégio Auxiliadora serviria como o horto que daria continuidade à “sementeira de vocações” femininas que era a paróquia de Barril.

Além da estima que Pe. Battistella possuía pelas Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria, a escolha destas irmãs teve a influência do Pe. Luiz Sponchiado. Quando ainda seminarista Luiz dedicava-se nas férias a descobrir e encaminhar vocações femininas para os Colégios, preferindo a Congregação do ICM. Na hora de escolher as futuras dirigentes do Colégio Auxiliadora, Luiz propôs estas irmãs. Pe. Battistella pediu-lhe, então, que entrasse em contato com a Madre Geral em Porto Alegre. O que fez. “Diante da riqueza vocacional, não tiveram dúvidas em aceitar”, lembra Pe. Luizinho.

7 MOBILIZAÇÃO LEIGA PARA UM CURSO GINASIAL

Em fins de 1949, um grupo de “pessoas de destaque social” - incluídas aí algumas desafetas ou fora da órbita de controle do pároco - estavam concordes que era preciso conseguir um edifício e nele instalar o curso ginasial, para dar continuidade aos alunos que terminavam o primário¹¹. O líder desta ideia, José Cañellas, escrivão distrital, sabia que para o projeto ganhar êxito precisava do apoio do Pároco. Com coragem, no dia 5 de novembro deste ano, visita o Pe. Vítor e expõe os seus planos. Ora, já no dia seguinte, do púlpito da igreja matriz, no sermão dominical, o pároco lançou a mesma ideia, dizendo que logo mais daria os detalhes da construção do Ginásio! Mas o que aconteceu: Pe. Vítor “roubou” a ideia do escrivão, porque este não lhe estava em graça - suspeito de estar envolvido com a Maçonaria anticlerical. A iniciativa, assim, esfriou e seu autor desanimou e desistiu!¹²

Lisot, intepreeta assim os fatos que testemunhou:

- *Dizem que o Mons. Vítor não ajudava muito na educação?*

- Era proibido. Quando o Seu José Cañellas chegou aqui - que é do meu lado - ele, o Vitalino Cerutti, mais aqueles que vinham a procura também, para formar um colégio aqui, para trazer o primário, trazer a educação em Frederico Westphalen. Ele (Mons., Vítor) gritou na igreja que ainda não estava a tempo, porque se vinham de fora gente vai mudar as nossas idéias.

- Ele falou isso? - Falou isso na igreja. Se alguém se recorda, não recorda; mas eu me recordo. Que era proibido. Aí o Cañellas que era o cabeça, que era uma pessoa de muito gabarito, uma pessoa que era escrivão, então ele largou mão de tudo e deixaram correr o barco. Até que

¹¹ Cfme. “Ata número um - Reunião do Povo de Frederico Westphalen - fins tratar-se construção de um Ginásio”. A reunião aconteceu em 20.11.1949, no Salão do Clube Harmonia, estando presente uma comissão provisória anteriormente composta: José Cañellas, Carlos Lino Machado, Vergínio Cerutti, João Muniz Reis, Dr. Enio Flores de Andrade. Cañellas coordenou o encontro, falando da necessidade do ginásio e do seu plano, apesar da crise que atravessava o mundo inteiro, de se estabelecer uma quota mínima de Cr\$ 1 mil e máxima sem limite. Insistiu que “Roma não foi feita em só dia...”, e que a obra será “para o engrandecimento desta rica zona de Barril”. Em seguida, Leopoldo Homrick enalteceu a idéia. Dr. Enio apresentou para diretoria: Presidente Cañellas; Vice Machado, Secretário Pedro José Zanbenedetti, 2º secretário Guerino Cerutti, tesoureiro Pedro Sessegollo; segundo tesoureiro Ary Fanfa Cardoso; oradores Leopoldo Homreck e Dr. Paulino Bellomo Filho; Propaganda: Vergínio Cerutti, João Muniz REIS, Dr. Ênio, Artur Milani e outros. Foi elaborada uma lista para angariar sócios, resultando 50 assinaturas no valor de Cr\$ 71.000. O prefeito de Palmeira, Pompílio Gomes, ausente por motivo de doença, enviou telegrama, hipotecando sua colaboração. Cfme. Fotocópia da ata, fornecida pelo pesquisador Wilson A. Ferigollo.

¹² Estes fatos baseiam-se na carta que Cañellas enviou a 07.11.1949 ao Pe. Vitor. AMVB. Inicia dizendo que lamenta que a visita que lhe fizera a 5 do mesmo mês, com a finalidade de discutir a construção de um edifício para funcionar um ginásio, “produzisse no seu [pároco] espírito adiantado tanta preocupação, pois logo no dia seguinte, isto é, Domingo, V. Rvma., valeu-se do púlpito da nossa Igreja, para dar um toque leve sobre a construção de um ginásio, e que em tempo oportuno, voltaria à carga, explicando minuciosamente. Lastimo que a minha visita produzisse tal estardalhaço. A iniciativa foi lançada depois de serem consultados todas as pessoas de destaque social desta localidade, e, para ser unânime, precisava de vosso concurso tanto moral, como material. Infelizmente quando lhe fiz a visita já notei que estes predicados, em parte falharam, mas esperava ainda uma solução satisfatória. Conclusão: Que a luta não prossiga, sejamos todos barrilenses de fato, e todo e qualquer movimento, parta de onde partir, receba o apoio unânime deste povo que trabalha pelo engrandecimento e Progresso desta futura Zona”. Pe. Battistella, como era costume, escreveu na margem da carta: “Despeitado porque não lhe dei o apoio que esperava. Logo desanimou e desistiu!”.

ele, depois, com o tempo, ele tratou de colocar o Colégio das Irmãs, do Hospital. Mas ele, de momento, ele queria ser dominante. Aquilo que ele botou na cabeça dominava a situação; era isto os ideais dele. Mas, eu acredito que nós temos muito cuidado com a nossa vida, tanto o grande, como eu que sou pequenininho, todos deve ter um certo cuidado. Porque ele, por exemplo, numa ocasião - ele sabia que eu fazia parte de um partido, mas eu não era político, eu só fazia parte e tinha paixão por palavras de justiça, que como entendia que Getúlio, Dornelles e outros, Jango, eram justiceiros, porque quando eles falavam, eu achava que eram certos na justiça – e ele [Mons. Vítor] era *contra mim*...

A conquista de um Curso Ginásial na sede do Município parece ter sido mais fruto de articulações políticas.... Segundo o pesquisador Wilson Ferigollo:

Em 1960, as lideranças sentindo que seus filhos enfrentavam dificuldades para prosseguirem os estudos, recebendo cobrança dentro de casa, novo movimento nasceu na sociedade. O clamor da juventude emergente das escolas exigiu uma tomada de posição. Vitalino Cerutti, de 1960 a 1962, viajou dezena de vezes a Cruz Alta, sede da Delegacia de Educação e a Santa Maria, seccional da Inspeção Educacional do Estado. (...) Em 20.12.1960 nasceu a Soc. Educacional Frederico Westphalen, sendo eleito Presidente Vitalino Cerutti e, quando esteve no Rio [junto a Campanha Nacional de Educandários da Comunidade], propôs ceder alguma área à sociedade para instalar um ginásio. Enquanto isso um processo tramitava vagarosamente pelos birôs, gavetas e mesas da Secretaria Estadual de Educação, até que em 21 de março de 1962 foi criado o "Colégio Roncalli" (FERIGOLLO, 2004, p. 274).

O filho de Vitalino, Djalmo Cerutti, revela movimentos de bastidores que colocam injunções partidárias, pois estava no Governo estadual o seu líder Leonel Brizola.

Ele era uma pessoa assim, ele não se atinha às coisas, ele tinha as ideias. Era aquele homem que falava bem, que ia fazer o discurso nos negócios; qualquer, vinha uma autoridade era ele. O Brizola, por exemplo, o Brizola quando assinou a fundação do Colégio, assinou na frente do Palácio [Piratini], assinou encima do capô do carro do pai. E tu sabe o que o pai fez? Pra ti ver a inteligência e o sem-vergonhismo e a audácia dele. São três coisas: ele ligou de dentro do Palácio, dizendo que ele era um Secretário do Governador, lá pra Secretaria da Educação dizendo que era pra entregar pro seu Seu Vitalino; ía indo lá que era pra entregar os documentos, tudo, que o Governador tinha que assinar ainda hoje porque o Governador ia viajar. [...] a secretária bateu tudo os negócio, ele foi lá, pegou, quando ele voltou pro Palácio, o Brizola tava saindo do Palácio. Ele chamou o Brizola, o Brizola assinou a portaria criado o Colégio Roncalli. (CERUTTI, 2001, p. 2).

Djalmo acrescenta o posto de mando local que Vitalino ocupava.

O pai era aqui o responsável por toda a parte da educação dessa região. As *brizoletas*¹³, todas, que foram colocadas aqui, nos 20 municípios dessa região, quem mandava era o pai; os professores, ele é que ia a Cruz Alta – aquela época a Delegacia era Cruz Alta. E aí é que tá o problema: meu pai não botava só pessoal do PTB não, era tudo o que tinha de igual, se tinha condição não interessava o partido. Por sinal, 90% dos primeiros professores que ele colocou aqui era do PDS, que era o que tinha a maioria mesmo que tinha condições. Ele não tinha cargo nenhum. Era tudo por conta dele. Mais de um decênio passaria para que o religioso retomasse a ideia de um Ginásio.

Nos últimos dias de 1960, Mons. Vítor escreve uma carta à Superiora no Colégio Auxiliadora, propondo a instalação, a título precário, de um Ginásio junto àquele estabelecimento. A certa altura o remetente expõe seu ponto de vista: “A congregação do Coração de Maria não deve perder a oportunidade de se firmar no conceito do povo, instalando e dirigindo um estabelecimento de ensino e educação modelar nesta cidade, futura sede de Bispo e centro geográfico de primeira ordem. Há, além disso, o interesse não secundário das vocações. Quanto melhor as Irmãs se projetarem, mais vocações hão de atrair”.¹⁴

A Superiora Geral em Porto Alegre responde a 14 de fevereiro do ano seguinte, lamentando no final: “Ah! Se não fosse a falta de Irmãs preparadas disponíveis, o Ginásio de Frederico Westphalen surgiria, com a graça de Deus, já neste ano, orientado pelas religiosas do Imaculado Coração de Maria”. Interessante anotar que houve tratativas com os famosos educadores Irmãos Maristas para assumirem o Curso Ginasial em Frederico Westphalen.

Daí que o assunto do Ginásio saiu de sua agenda, passando para o seu Coadjutor. A 6 de outubro de 1961 (data oficial de fundação), por iniciativa do Pe. José Marchesan, reuniu-se uma Comissão formada de “membros de maior projeção social” que debateu a ideia de criar-se o Curso Secundário. Na ocasião deram-se os primeiros passos, escolhendo-se o nome de Ginásio Na. Sra. Auxiliadora, ficando por sede o mesmo edifício.

8 O ETHOS COMUNITÁRIO NO ENSINO SUPERIOR

Quanto ao *modus operandi* da criação da Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai, constata-se que foi uma iniciativa das lideranças da comunidade local que assumem a tarefa da

¹³ O governo de Leonel Brizola (1959-1963), lançou o plano “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul” deu origem à construção, em todos os municípios do estado, de prédios escolares com características muito próprias que ficaram conhecidos como brizoletas ou escolinhas do Brizola. Nos quatro anos de governo, construíram-se 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula e capacidade para 235.200 alunos.

¹⁴ Carta da Superiora. Porto Alegre, 14.02.1961.

sua organização e manutenção. Acresce-se o fato de não visarem a lucros e prestar serviços de utilidade pública, daí se caracterizarem, como “comunitárias”.

Constata-se que foram as demandas advindas do processo histórico, ou seja, a evolução sócioeconômica e o aumento populacional que desencadeiam o surgimento do ensino em sucessivos graus. Atente-se, que vinculado a esse fenômeno, está a ausência ou a mínima participação do Estado na organização do Ensino Médio e Superior. Como enfatizam Both e Frantz:

Na ausência do Estado, as comunidades do DGE-38 sempre souberam superar seus limites educacionais, assumindo o compromisso de dar bom destino ao conhecimento humano, fazendo deste seu instrumento de libertação. Com a intenção de fugir à exploração ou perda de identidade, eram deflagrados mecanismos de efeitos eficazes e apropriados. - Sem as vantagens dos grandes centros, sem privilégio da política oficial, sem a força das grandes famílias da oligarquia gaúcha detentoras de poder, os centros populacionais, eixos de irradiação da cultura no DGE-38, tiveram também que prover pelo ensino superior (BOTH; FRANTZ, 1985, p. 14).

A análise da dinâmica peculiar percorrida pela escola e a implementação do ensino superior, inserida num contexto geográfico e histórico particular, vemos que acabou por criar uma identidade *sui-generis*, em constante auto-construção. Uma avaliação da caminhada das IES do DGE-38 constatou:

Muitas destas instituições surgidas num momento em que o Estado não mais pôde conter a demanda, sob o signo da interiorização e do isolamento, tiveram uma origem quase bastarda, mais do que “queridas”, na impossibilidade de evitá-las, foram “toleradas” pelo Estado. – Por mais paradoxal que pareça, estas instituições fizeram, de sua fraqueza, sua força. Não se isolaram da realidade. Assumiram-na e ao assumi-la, identificaram-se a si mesmas a partir da prática. – Abrigaram segmentos da população que jamais teriam acesso às universidades dos grandes centros urbanos e os transformaram em recursos humanos, mais qualificados para seu desenvolvimento econômico e social (MIKOSKI e ORTIGARA, 1985, p. 23s).

Os autores entendem que a inserção na realidade regional, interagindo com toda a população, as IES superam a tese que considera as instituições apenas como aparelhos de reprodução social. “Ao contrário constituem-se em instrumentos dinamizadores da sociedade, buscando superar as graves contradições desta sociedade”, concluem.

A citada orfandade da FESAU por parte do Estado merece uma análise mais acurada, pois verifica-se que, apesar da quase ausência da União e do Estado, temos a presença de agentes públicos que, por conta própria ou representando as suas esferas de ação, vão protagonizar os fatos. Trata-se do deputado e Ministro Tarso Dutra e do Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, José Mariano da Rocha Filho. Nerone é categórico em sua entrevista: “sem eles a FESAU não teria existido”. Tarso de Moraes Dutra (1914-1983) vincula-se à região desde os tempos de

candidato a deputado (1947), tendo sempre recebido considerável votação, contando com um grande cabo-eleitoral, o líder religioso Mons. Vitor Battisella. À época das primeiras tratativas para a criação da FESAU, estava como Ministro da Educação (1967-69). Nerone Campo informa que o sistema adotado na modelação da instituição foi sugerido por Dutra e pelo Reitor: A prefeitura instituiria uma fundação (FESAU) e a ela transferiria os recursos para o seu funcionamento. No início destinaram-se 360 salários mínimos anuais (Lei n. 416/69, de 31.10.1969) que passaram, em 1972, a 500 salários mínimos regionais (Lei 545/72, de 29.12.1972). Campo acrescenta que “A escolha do primeiro curso surgiu como consenso da primeira diretoria da FESAU com o reitor e o ministro tendo em vista a maior facilidade de implantação e as carências do magistério do município.”

Outras lideranças abraçaram a causa e passaram a convocar e conscientizar a comunidade. Muitos manifestaram a opinião de que a cidade ainda não estava madura para uma investida de tal vulto. Segundo o depoimento oral de Arisoli A. Franciscatto - professor e advogado - o povo da época não desistia tão fácil de seus objetivos, não esperavam sentados pela ajuda, se fosse necessário lutavam sozinhos pela conquista.

Reúnem-se, então, no Seminário Diocesano, o Promotor Público Dr. Vitalino C. Pereira, Pe. Arlindo Rubert - pároco - e Lírio Zanchet - professor e empresário -, com o objetivo de elaborar um ofício, solicitando uma extensão universitária. Sugeriu-se uma Faculdade de Filosofia, imaginando ser mais fácil sensibilizar as autoridades, já que teriam clientela fornecida pelo seminário.

Interessante a diversidade de pessoas que se mobilizaram na empreitada, como se vê pelas assinaturas da *Ata da Assembleia Geral* que aprovou os estatutos da fundação do ensino superior do Alto Uruguai, em 22 de dezembro de 1969. Vejamos seus nomes com as profissões: *prefeitos municipais*: Nerone Campo (FW) e Casemiro Milani (Seberi); *eclesiásticos*: D. João Hoffmann-bispo, Pe. Guido Tafarel, Pe. Arlindo Rubert; - *comerciantes*: Alfredo L. Sanvido, Otávio Vanzin; - *industrialista*: Antônio Panosso; *funcionários públicos*: Arisoli Adão Franciscatto, Arisoli Martelet, Eduardo Baptista; *contabilistas*: Dorizel Antônio Franciscatto, Lauro Paulo Mazzutti, Rivadavia Bossoni, Werno Markus; *professor(a)*: Elenir Terezinha Busatto, Érico Domingos Simoni, Gentil Francisco Roani, Izabel Maria Ghesti, Ophélia Sunpta Buzatto, Waldomiro Vanelli Pinheiro, Lírio Zanchet; *médicos*: Enio Flores de Andrade; advogados: Leonel Flores da Rosa e Nelson Pithan.

Outras prefeituras da região também contribuíram, algumas apenas “moralmente”. Entre os “mantenedores”, com direito a voto, sobressaem as pessoas físicas, comércios, empresas S/A,

cooperativas, rádio, bancos, colégios. Mais tarde, os professores e novos integrantes da comunidade passaram a integrar o grupo e a assembleia geral, chegando a 107 colaboradores.

A professora Ada Maria Hemilewski assevera: "A adoção do sistema comunitário adotado na construção da Universidade foi a melhor solução, uma vez que, era uma luta da comunidade regional como um todo e não de alguém ou algum grupo com fins lucrativos". (HEMILEWSKI, 2006).

Os entrevistados são unânimes em dizer das grandes vantagens que representou o surgimento do ensino superior, como fator de desenvolvimento e que alavancou o crescimento da cidade como polo regional. Por exemplo, essa declaração da entrevista de Nerone Campo:

O Ensino Superior foi uma conquista de toda uma comunidade regional mobilizada, que provocou o progresso material e cultural do município, onde o comércio se desenvolveu e o setor imobiliário cresceu fortemente, trouxe enormes benefícios aos estudantes, que hoje não precisam mais sair da região para ingressarem em uma Universidade (id).

CONCLUSÃO

Passamos em revista de modo preliminar alguns cenários que tratam do associativismo na micro-região do Médio Alto Uruguai gaúcho, que afetaram mais diretamente órgãos coletivos, como a Igreja Católica, cooperativas e escolas. Partimos da premissa que o elemento humano presente na região está marcadamente pelo *ethos comunitário*, decorrente, na sua maioria, de sua condição de descendente de imigrante europeu pequeno-produtor, cuja matriz social é o núcleo-familiar patriarcal, que se estende para a pequena comunidade, a *capela*. Frisamos que a arraigada tradição religiosa cristã europeizada, a condição de isolamento geográfico e de possuir poucos recursos econômicos obrigou às famílias pioneiras a formação de associações religiosas, escolares, desportivas. Frente à situações de crise, líderes natos, souberam aglutinar grupos em torno de Cooperativas, geralmente de vida efêmera.

Procuramos enfatizar a presença marcante da figura do padre, como detentor de uma autoridade quase unânime. No caso da região em tela, destaca-se a personalidade do Pe. Vitor Battistella, pela sua visão abrangente do sacerdócio, que, no seu entender devia abarcar as coisas profanas, e sua capacidade de elaborar estratégias para atrair as forças, o fez marcar presença em quase todas as áreas da vida humana. Seu desejo de deter o controle das entidades o fez protagonista por grande período das iniciativas em todos os setores. Doutra parte, provocou dissidências com grupos que comungavam com seu pensamento, sua opção político-partidária e estilo autoritário.

Quanto ao ensino, vimos que nasce como um desejo dos colonos que se unem para resolver o problema através de escolas particulares ou reivindicando o ensino público. O padre, nesta parte, vendo o “perigo” que representava os educandários comandados por pessoas de fora do seu círculo de domínio, vai apenas vigiar a ação do professorado e, quando não mais podia frear a ação de leigos, criar um Colégio Normal dirigido por freiras.

São facetas multiformes do fenômeno humano da cooperação, da solidariedade, que adquire feições múltiplas, no correr do tempo, porquanto envolve interesses de grupos e de pessoas, que somente a pesquisa acurada pode desvendar.

REFERÊNCIAS

BATTISTELLA, Vítor. [Carta] 14 jan. 1962, Frederico Westphalen [para] SARTORI, Vitor D., Frederico Westphalen, 4 f. informa os motivos de sua renúncia do cargo de Pároco de Frederico Westphalen.

BATTISTELLA, Vítor. **Painéis do Passado** – História de Frederico Westphalen. Frederico Westphalen: Gráfica Marin Ltda., 1969.

BATTISTELLA, Vítor. (org.) **Congresso de Ação Social Rural em Frederico Westphalen**. Porto Alegre: Livraria do Globo: 1953.

BOTH, Agostinho; FRANTZ, Telmo. “As Escolas ‘Particulares’ do DGE-38 sua natureza pública e comunitária”. In: Distrito Geo-Educacional 38: **Raízes da Educação e da cultura no Distrito Geo-Educacional-38 uma revisão e prospecção**. Frederico Westphalen: Litoarte Marin, 1985. p. 7-15.

CAMPO, Nerone. Entrevista escrita. Porto Alegre, 24 outubro 2006. Entrevista a Breno Sponchiado.

CAMPO, Nerone. **Frederico Westphalen a Passos Largos**. Relatório da administração - Frederico Westphalen 1969-1973. Frederico Westphalen. Editora Marin.

CERUTTI, D. Depoimento. 22 de agosto 2001. Frederico Westphalen. Entrevista concedida a Breno Antônio Sponchiado.

CERUTTI, V. Depoimento. 5 novembro 1986. Frederico Westphalen. Entrevista a Breno Antônio Sponchiado.

COTRIFRED. **Pesquisa de Wilson Aleixo Ferigollo**. Disponível em <<http://www.cotrifredfw.com.br/site/sobre.php>>. Acessado em: agosto de 2015.

DAL MORO, Selina Maria. **De Escola Paroquial à Escola Pública**: O significado da escola no desenvolvimento de Sananduva-RS. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Dpto. De Filosofia da Educação da Fundação Getúlio Vargas, 1985.

DIHEL, Astor Antônio. **Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica do RS (1932-1964)**. Porto Alegre: PUCRS, dissertação de mestrado, 1987.

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO ALTO URUGUAI “FESAU”. Frederico Westphalen, 16.03.1982. s.e.

ESTATUTOS DA UNIÃO DOS AGRICULTORES E CRIADORES UNAC. Frederico Westphalen. S.e., s.l.

FERIGOLLO, Wilson. **A. Rostos e Rastros no Barril – 1954-4004**. Frederico Westphalen: Pluma, 2004.

FUNDAÇÃO DO GINÁSIO. Salão do Clube Harmonia. Frederico Westphalen. **Ata um: Reunião do Povo de Frederico Westphalen realizada no dia 20 de novembro de 1949**. Livro 01, p. 2.

GALIOTO, Pe. Antônio. **As Capelas – Uma original experiência sócio-religiosa**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

HEMILEWSKI, Ada Maria. Fesau: Depoimento. 2006. Seberi. Entrevista concedida a Breno Antônio Sponchiado.

IRMÃ SUPERIORA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. [Carta] 14 fev. 1961, Porto Alegre [para] BATTISTELLA, Vitor, Frederico Westphalen. 2 f. informa sobre tratativas de instalação de curso normal na cidade.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. P. 44. Veja-se também DE BONI, Luís Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius. (orgs.) **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 242.

LISOT, Alberto. Depoimento. 8 maio 2001. Frederico Westphalen. Entrevista a Breno Antônio Sponchiado.

MANFROI, Olívio. **A Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.

MERLOTTI, Vânia. **O mito do padre entre descendentes italianos**. Porto Alegre: EST/UCS, 1979.

MIKOSKI, Martin e ORTIGARA, Cleo. “Dinâmica do DGE-38, in Distrito Geo-Educacional 38”. **Raízes da Educação e da cultura no Distrito Geo-Educacional-38 uma revisão e prospecção**. Frederico Westphalen: Litoarte Marin, 1985. p. 16-25.

PREFEITURA DE PALMEIRA. **Relatório administrativo de 1.10.1928 à 30.09.1929 apresentado ao Conselho Municipal em 20 de outubro de 1929 pelo Intendente Municipal Cel. Vazlumiro Pereira Dutra**. Palmeira de Missões: Livraria Candal & Hostyn, 1929. p. 19; 24 ss.

PREFEITURA DE PALMEIRA. **Relatório correspondente ao exercício administrativo de 1 de outubro de 1932 a 30 de setembro de 1933 e leis orçamentárias para 1934 apresentados ao Ilmo. Sr. Dr. Ercílio Domingues D. D. Chefe do Departamento da Administração Municipal do Estado em 10 de novembro de 1933 pelo Prefeito Municipal Cel. Vazlumiro Pereira Dutra**. Palmeira: Livraria Santo Antonio de A. Hostyn, 1934.

PREFEITURA DE PALMEIRA. **Relatório da Prefeitura Municipal de palmeira ano de 1941** [prefeito Felício Augusto de Almeida]. Porto Alegre: Tipografia Santo Antonio – Pão dos Pobres. 1942.

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO DE 1.10.1928 à 30.09.1929 apresentado ao Conselho Municipal em 20.10. 1929 pelo Intendente Municipal, Cel. Valzumiro Dutra, p. 19; 24.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Ed. Globo, Porto Alegre, 1969. Sobretudo no Cap. V, vol. I, p. 319.

RODEGUERO, Carla Simone. **O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul – 1945 –1964**. Passo Fundo: ADIUPF, 1998.

SPONCHIADO, B. A. **Dom Bruno Maldaner: 50 Anos a Serviço da Igreja**. Frederico Westphalen: URI Frederico Westphalen, 2000.

SPONCHIADO, Luiz. **[Carta]** 11 set. 2001, Nova Palma [para] SPONCHIADO, Breno, Taquaruçu do Sul, 3 f. informa sobre depoimentos de outras pessoas, tratando do Monsenhor Vitor Battistella.

UNITAS. **“O Comunismo e o momento nacional”**. Porto Alegre, jun./set. 1945, n. 7-9, p. 181-184. Circular de Porto Alegre, 05.07.1945, assinam o arcebispo e os outros cinco bispos do Estado.

URI. “Universidade Regional Integrada” – **Histórico**. Texto elaborado pelos profs. Cléo J. Ortigara, Glênio R. Cabral, Ivo Blatt, Mara R. Rösler e Martin Mikoski. In Revista da Universidade Regional Integrada, 1989.

VIDA E CULTURA. **LEC e o movimento Brasileiro**. Santa Maria, ano 9, n. 6, nov./dez. 1945, p. 96-100, aqui 96.

ZAGONEI. Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana; capuchinhos de Sabóia: um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul (1855-1915)**. Dissertação – EST: Porto Alegre, 1975, p. 43.

Análise histórica e contemporânea acerca das cooperativas agrícolas: o caso COOTRIFRED

*Vanessa Besold¹
Jussara Jacomelli²*

Este ensaio busca trazer para a reflexão o histórico do cooperativismo em Frederico Westphalen, tendo como referência a Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen. Realizamos, inicialmente, um pequeno estudo sobre a trajetória do cooperativismo no mundo e no Brasil, seguido do estudo de alguns conceitos sobre o cooperativismo para, então, discutir o cooperativismo em Frederico Westphalen, tomando como exemplar o caso da COOTRIFRED.

1 ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

Estudar o Cooperativismo, como uma forma de organização dos grupos sociais leva-nos a realizar um estudo de base centrado na história da organização dos territórios e dos homens que pertencem ao mesmo. O homem, em sua trajetória histórica sempre buscou desenvolver formas para melhorar suas condições de vida. O associativismo do qual deriva o cooperativismo é um aspecto da organização do homem no território. O processo histórico do homem é marcado por constante melhoria nas técnicas de trabalho, chegando ao atual desenvolvimento econômico global. Porém, o desenvolvimento social ficou aquém das expectativas da humanidade, a maior parte da população, ao invés de se tornar mais rica através de seus esforços e trabalho, permanece tendo apenas o suficiente para a sua sobrevivência, desprovida da oportunidade de conseguir realizar mudanças econômicas significativas.

1.1 O homem se organiza e transforma o território em que vive

Demo (2012, p.14), diz que “a sociedade que até agora conhecemos parece ser, naturalmente, cooperativa e competitiva”, todavia, é constituída com “dinâmicas discriminatórias que produzem, como regra, sociedades muito desiguais e injustas”. Nesse sentido, Demo coloca

¹ Graduanda de Psicologia na Universidade Regional Integrada e das Missões, Campus de Frederico Westphalen. Pesquisa financiada pelo órgão REDES-URI.

² Doutora em Desenvolvimento Regional; Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

o significado e a importância de criarmos caminhos para a organização de uma sociedade mais igualitária e menos desigual movida pelo princípio da cooperação.

Para Sen e Kliksberg (2010, p. 28), “o capitalismo global está muito mais preocupado em expandir o domínio das relações de mercado do que, por exemplo, em estabelecer a democracia, expandir a educação elementar, ou incrementar as oportunidades sociais para os pobres do mundo”. Se, conforme os autores, a equidade social não é o objetivo dos donos do capital global, é preciso que os pobres de nosso mundo, saibam se organizar, produzir conhecimento, educação e oportunidade econômica, sobre o que o Estado, também, deve ter responsabilidade.

Soma Jacomelli (2011), com seu livro “Políticas públicas e rede de transporte no Norte Rio-grandense”, quando trata das políticas públicas no Brasil e no Rio Grande do Sul trazendo para a reflexão o tema territorialização, como caminho para analisar a organização social e política dos territórios. Na sua obra, a autora, nos provoca a refletir sobre o tema territorialização e como ele evidencia a desigualdade social e as formas de organização social e política que consolidam situações de desigualdades que dizem respeito ao território, no qual o sujeito está inserido na sociedade.

Além dos territórios apresentarem desigualdades sociais, apresentam diversidade econômica e cultural. Por isso, para construir a equidade social é preciso que o desenvolvimento seja potencializado pela diversidade econômica e cultural que os territórios apresentam e pela solidariedade entre todos os membros da sociedade. Para Verde (2004, p.5), a diversidade vem de encontro ao desenvolvimento, assim ressalta que “o território, seja ele qual for, não é uma entidade que paira independente sobre a sociedade, mas um espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente”.

Assim como o homem é complexo, o é a sociedade. O cooperativismo, objeto desse estudo é expressão de relações sociais. Formas humanas de organização que são registradas historicamente nos territórios e que nos permitem compreender as nossas lacunas e as nossas potencialidades. Ver o território em sua totalidade: desenvolvimento econômico, político e social de forma agregada e não separada e enxergar a diversidade cultural e de potencialidade econômica é caminho para entendermos as múltiplas formas em que se pode chegar a um desenvolvimento solidário. Nesse sentido, podemos dizer que todas as relações sociais são reflexos e aspectos, assim como o cooperativo, da organização global, contudo, no geral, são expressões da diversidade e, no local, das especificidades.

1.2 O cooperativismo no mundo

O cooperativismo, como o próprio nome diz, indica cooperação. Movimento cooperativo indica, por sua vez, ação: ação de e para a cooperação. Ninguém vive sozinho, bastando-se a si mesmo. Se assim o é, o homem depende dos demais, é parte da sociedade e, assim, sendo, pressupõe a cooperação como forma natural de organizar a sociedade.

Abrantes (2004) relata que desde a Antiguidade o povo vivia no coletivo, em comunidade, onde procuravam proteção uns nos outros. Por isso, desde muito tempo o homem, de alguma forma, faz uso do associativismo ou cooperativismo, com a finalidade de unir os povos e com o intuito de minimizar a pobreza. Mas, o cooperativismo como conhecemos hoje, surgiu na Europa e como reação ao liberalismo do capitalismo competitivo; como uma estratégia de sobrevivência dos grupos explorados e excluídos dos benefícios dos resultados das técnicas e do capital. Surgiu como caminho de superação dos problemas provocados pelo capitalismo, principalmente em termos de diferenças econômicas, de desigualdade social.

De acordo com Rios (2007), o cooperativismo surgiu ligado ao desenvolvimento capitalista industrial na Europa, no século XVIII e foi refletido pelo movimento operário como reação às condições de exploração no trabalho. Nesse ambiente de exploração econômica, surgiram, escondidas, as primeiras associações dos operários que ali estavam passando por momentos difíceis e que, através destas associações, passaram a lutar por seus direitos.

Segundo Tedesco (2005, p. 143), em vista dos problemas econômicos produzidos pelo capitalismo, hoje “as empresas cooperativas têm uma função de mercado, de viabilização das unidades produtivas rurais, independente da quantidade de terra cultivada, pela maximização do valor de seus produtos, posicionando-se nesse mercado com maior poder de barganha”. Ou seja, os produtores, agricultores, passaram, com o desenvolvimento do capitalismo, a se associar com e em cooperativas, por considerarem que não possuem condições para competir isoladamente com grandes indústrias. Essa realidade passou a fazer parte do Mundo capitalista, inclusive da realidade brasileira.

1.3 O cooperativismo no Brasil

O cooperativismo, no Brasil, iniciou no espaço rural. Abrantes (2004) trata de cinco fases da construção histórica do movimento cooperativista no Brasil. A primeira é a fase introdutória e vai até 1907, quando surgiu a primeira lei do cooperativismo. A segunda fase transcorreu entre os anos de 1907 e de 1926, quando surgiram as primeiras leis, portarias, decretos e bancos populares, pois nesta época existia o sindicalismo-cooperativismo. A terceira fase abrangeu o período de 1926-1964, quando foi desvinculado, através de leis específicas, o cooperativismo do

sindicalismo. A quarta fase transcorreu no período de 1964-1988, correspondente à fase da ditadura militar, quando o cooperativismo foi controlado pelo governo.

A quinta fase, é atual, acontece a partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição brasileira, a qual garante mais liberdade para as pessoas se associarem. Nela consta, os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. No art. 5º, no parágrafo XVII, consta que: “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”. No parágrafo XVIII, consta que, “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. (CONSTITUIÇÃO, 2012, p. 3).

Segundo o autor Rios (2007), o cooperativismo no Brasil surgiu como uma salvação para os pequenos agricultores e se tornou expressivo desde 1970, ocasião em que os agricultores precisavam comercializar produtos. Produção pequena, mas de onde obtinham o sustento.

O cooperativismo, dessa forma, é uma organização criada para responder às necessidades dos associados que colaboram para que a cooperativa cresça e tenha lucros e, do mesmo modo, reverta em benefícios para os associados. Assim, as organizações cooperativas têm grande importância para os associados. No caso das cooperativas agrícolas, têm grande importância para os associados-agricultores e, também, para a comunidade em geral e para o Estado, uma vez que toda cooperativa que se fundamenta e se desenvolve através da prática dos princípios do cooperativismo, traz, para todos, ganhos comuns.

No Brasil, em 1932, o governo de Getúlio Vargas, instituiu a primeira legislação cooperativa (Decreto 22.239), a qual visava o controle do Estado sobre as instituições e, para isso, trouxe para a cena a palavra desenvolvimento. Segundo Goerck (2006, p. 21), no período, o governo tinha como objetivo, “influir de forma marcante no cooperativismo, visando, não apenas, enquadrar as cooperativas nas metas nacionais de desenvolvimento, mas principalmente como alternativa de desenvolvimento”.

Passada a experiência do cooperativismo getulista, de acordo com Barcelos (2010), nas décadas de 50 e 70, com o suporte do Estado e viabilizado pela lei 5.764/71 do cooperativismo no meio rural do Sul do Brasil, houve expressivo desenvolvimento do movimento cooperativo. Nos anos 80, contudo, o cooperativismo entrou para uma fase de crise em seus conceitos históricos, voltando-se para o capitalismo, instituindo e transformando os associados em fornecedores e, assim, profissionalizando a gestão.

Podemos dizer, a partir disso, que o cooperativismo foi criado com um cunho social para viabilizar melhorias econômicas na vida dos associados, contudo, esse conceito apresenta retrocessos, como o caso brasileiro, que a partir da década de 80, abriu espaço para princípios próprios do sistema capitalista, como a relação “associado-fornecedor”.

2 EXPRESSÕES DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo é formado por pessoas que, diante de necessidades comuns tornam-se cooperados, sócios. Teoricamente, o desenvolvimento da cooperativa deve reverter em desenvolvimento dos associados e, conseqüentemente, da sociedade, por isso, os movimentos cooperativos estão presentes em quase todas as atividades desenvolvidas pelo homem.

Segundo Rios (2007, p.19), “as cooperativas têm por finalidade prestar serviços a seus próprios associados-proprietários-usuários, e suas atividades constituem parte das atividades totais da empresa individual de cada associado.” Assim, as cooperativas são criadas objetivando facilitar o acesso aos serviços dos quais os associados necessitam e, também, para ser espaço comercial onde os agricultores-produtores possam ter acesso a melhores preços na compra de insumos e na venda de seus produtos, por exemplo.

Para Silva (2008, p. 116), “o cooperativismo surgiu com o intuito de ser uma alternativa ao sistema de mercado e produção capitalistas, como ferramenta de organização social e criadora de condições de melhoria socioeconômica na vida dos trabalhadores”. Assim, desse modo, a organização dos trabalhadores, através do cooperativismo, viabilizou aos mesmos a possibilidade de sair da exploração do trabalho; de vencer as limitações da época que os deixavam prisioneiros do trabalho e, ainda, viabilizou o desenvolvimento de outras possibilidades como as associações.

Para Cenzi (2009), cooperativismo pode ser entendido sob duas formas e significados. Uma forma está relacionada ao sistema de organização econômica, que tem por prioridade eliminar os desajustes sociais do capitalismo; a outra, está relacionada à doutrina, ao conjunto de princípios que devem reger o comportamento do ser humano que faz parte do sistema. Além do entendimento do cooperativismo sob o duplo significado exposto por Cenzi, há outros modos de classificar o cooperativismo.

Rios (2007), colabora, trazendo para reflexão vários jeitos de organização. As Cooperativas de produção industrial e de trabalho, segundo ele, são aquelas em que os próprios trabalhadores unem capital para o funcionamento da mesma de forma democrática. Essa forma de cooperativa surgiu da vontade dos trabalhadores em saírem da exploração patronal.

Outra forma de organização, que o autor cita, é relativo às cooperativas de consumo. As cooperativas de consumo são criadas para atender a finalidade de um grupo de pessoas (associados) em ter uma associação para fornecer os produtos de que necessitam. Nessas cooperativas os compradores são como usuários-proprietários, o que torna dispensável o papel do comerciante e desonera o preço, o custo da mercadoria.

As Cooperativas de crédito podem funcionar com associações de primeiro grau ou por seções especializadas em cooperativas mistas, pois recebem capital de seus associados e de terceiros, e, com esse capital realizam empréstimos a seus membros e para cooperativas de outros tipos.

As Cooperativas de pesca assemelham-se às de produção agrícola, elas podem ser unifuncionais, ou seja, podem ser organizadas como associações que prestam apenas um tipo de serviço, ou, podem ser organizadas como polivalentes, exercendo diversas funções simultaneamente.

Já, as Cooperativas de produção agrícola, prestam serviços em decorrência da necessidade de um planejamento comunitário integral e fundamenta-se pelo fato de ter a produção em comum. Por fim, as Cooperativas de serviços agrícolas, caracterizam-se como mistas pelo fato de trabalharem com a oferta de vários serviços, como serviços de crédito, de compras de insumos, de comercialização da produção e de uso de equipamentos comuns, entre outros.

Em praticamente todas as atividades humanas, vemos atualmente organizações cooperativas, mas encontramos na atividade agrícola uma das mais antigas formas de sua manifestação. Rios (2007, p. 36), ao tratar de cooperativas agrícolas, expõe que “os serviços prestados por uma cooperativa de produção agrícola não são apenas em decorrência necessária de um planejamento comunitário integral, mas o fundamento desse tipo de associação está, como o próprio nome indica, na produção em comum”. Essa produção em comum de que trata o autor, é a produção agrícola. Ou seja, uma cooperativa agrícola é sustentada pela necessidade de um planejamento comunitário integral da atividade que é comum a todos os filiados, trazendo-lhes resultados sustentáveis em termos de produção, transformação e distribuição.

As cooperativas agrícolas comerciais são criadas com o objetivo de melhorar as condições financeiras de seus associados e a produção agrícola do local. Os serviços prestados pelas cooperativas aos produtores agrícolas se apresentam sob vários aspectos. Primeiro, os agricultores escapam à dominação dos comerciantes e, assim, recebem melhores resultados na venda de seus produtos. Segundo, uma organização cooperativa permite que as vendas aconteçam ao longo do ano, estocando, conservando, guardando os excedentes. Finalmente, a comercialização cooperativada tem repercussões sobre a própria produção uma vez que as necessidades de venda têm efeitos positivos sobre a qualidade dos produtos. (RIOS, 2007, p. 43).

Para Silva e Cols (2008, p. 112), “os trabalhadores vêm buscando nas organizações, cooperativas, nas associações e movimentos populares do campo e da cidade, formas alternativas de resistência e de luta contra a exploração capitalista e a exclusão social”. Com a implantação do cooperativismo, os sujeitos passaram a ter a oportunidade de criar e de participar como membros de instituições. Instituições que abrem espaço para as pessoas cooperarem para o crescimento de

um local, e, ao mesmo tempo, permitem que o local possa retribuir colaborando nos investimentos, no crescimento econômico e financeiro da população.

Tendo em vista que o cooperativismo é uma “via de mão dupla” na qual os cooperados contribuem para o desenvolvimento do território e o território contribui para o desenvolvimento dos associados e da cooperativa, estudar o cooperativismo, a nosso ver, é, também, estudar o território, o lugar onde as organizações cooperativadas estão. Por isso, estudar o cooperativismo no Município de Frederico Westphalen, nos leva estudar, também, o Município.

2.1 O cooperativismo no município de Frederico Westphalen

O cooperativismo no Município de Frederico Westphalen foi criado por trabalhadores vinculados à agricultura e ao comércio para melhor comercializar os produtos agrícolas. Segundo Jacomelli (2013), esse cooperativismo foi expressão da cultura de vizinhança que existia nos primeiros anos de ocupação do território do Município. A ideia de formar uma organização comum, principalmente em vista das dificuldades de comercialização, próprias dos primeiros anos de colonização da Região, fez com que a instituição viesse a atuar não somente na linha de produção, mas também, no mundo comercial, dando origem, mais tarde, à COTRIFRED.

O Município de Frederico Westphalen, por ocasião da colonização, pertencia ao Município de Palmeira das Missões. O processo de distribuição de terras aos colonos, migrantes, de descendência europeia, foi iniciado ainda na República Velha e em 1917, consta nos registros, que havia moradores instalados no local. (JACOMELLI, 2004). Esse moradores, aos poucos vão criando formas associativas para resolverem suas necessidades.

As primeiras iniciativas de organização de cooperativas encontram-se na Cooperativa Vinícola Vitória Ltda., na Cooperativa Agrícola Brasil e na Cooperativa da Banha e Produtos Suínos. A primeira instituição cooperativa é datada de 1932, a Cooperativa Vitória, fundada no Município de Frederico Westphalen para prestar serviços de moagem, armazém e engarrafamento dos vinhos.

No ano 1938, o estabelecimento deixou de servir como espaço da Cooperativa e passou a pertencer a particulares. Um dos prédios, no ano de 1944, o Sr. Adão Krzyzaniak comprou e registrou como Moinho Krzyzaniak Ltda, o qual ficou conhecido como “Moinho dos Polacos” (SILVA, 2011). O moinho permanece até os dias de hoje, mantendo o mesmo trabalho de transformar grãos em farinha.

A segunda organização cooperativa de atuação agrícola é datada de 1944. Mesmo sem saber a data exata de fundação dessa cooperativa, há registros fotográficos de sua existência e

atividade no ano de 1944. O registro fotográfico mostra a atividade da Cooperativa Agrícola Brasil, vinculada ao armazenamento e comercialização de fumo, produto agrícola bastante produzido na época. (JACOMELLI, 2013).



Figura 01 - Prédio da Cooperativa Brasil no ano de 1944.
Fonte: Arquivo Histórico do Município de Frederico Westphalen.

Já, em 1938, pelo fato de muitas famílias produzirem suínos para o consumo e comercialização, foi criada a Cooperativa de Produtos Suínos Santo Antônio, sendo que logo após foi transformada em frigorífico. No ano de 1961, o Frigorífico Santo Antônio recebeu a denominação de “Frigorífico DAMO S/A”, assim permanecendo até 1989 com proprietários locais. A partir de 1989, passou a fazer parte de grupos econômicos nacionais, como a Indústria Frigorífica Sadia Concórdia S/A, até o ano de 1996. Em 2001, a empresa passou a ser nomeada Mabella Carnes, sob a coordenação de agentes locais e, a partir de 2008, voltou a pertencer a redes frigoríficas nacionais.

Atualmente, o Município de Frederico Westphalen é sede de três cooperativas agrícolas: a Coopraff, a Cooperbio e a Cotrifred. A COOPRAFF, Cooperativa dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Frederico Westphalen foi fundada em 25 de setembro de 2007, é uma cooperativa fundada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município e presta serviço, principalmente, de comercialização de produtos vinculados a agricultura familiar.

A COOPERBIO, Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil Ltda, é uma cooperativa vinculada a agricultores que buscaram nela uma alternativa de transformação da produção de cana de açúcar e de milho em energia, fugindo à produção alimentar, própria de cooperativas de pequenos agricultores. Foi fundada em 27 de setembro de 2013.

A COTRIFRED, Cooperativa Triticola Frederico Westphalen, que foi instituída com essa denominação em 10 de novembro de 1957. Sua origem está na Cooperativa Brasil, transformada em instituição Triticola.

Na ata de fundação da Cotrifred constam as assinaturas dos senhores, Aleixo Szatcoski; Antonio Sponchiado, David Casarolli, Euclides Mossini, Fiorindo Romitti, Inácio Magalski, José

Luiz Pinheiro, José Ponssoni, Pedro Minuzzi, Vergínio Cerutti e Vitalino Cerutti. O estatuto social (1983), contudo, é datado de 1983, no qual consta as assinaturas dos senhores, João Francisco Zanatta, Basílio Botton, Antonio Piovesan, Jacinto Antonio Facco; Romano Getúlio Piovesan, Ezechiele Ferrari, Caetano Marion, Albino Zanella, Ivaldino Freo, Ivan José Giongo, Sadi Denardin Decian. Em dezembro de 1958 esteve em Frederico Westphalen o representante do Ministério da Agricultura, que diante do Prefeito João Muniz Reis e do Presidente da Cooperativa Vergínio Cerutti entregou a escritura do Armazém, Silo construído no período de 1956 e 1957.



Figura 02: Sede da Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen, no ano de 1965.
Fonte: Arquivo Histórico do Município de Frederico Westphalen.

Conforme Ferigollo, em dados disponibilizados no site da Cooperativa (2014), no final de 1957, o armazém recebeu os primeiros 10 mil sacos de trigo. Trigo colhido no município de Frederico Westphalen. A primeira Exposição Agropecuária de Frederico Westphalen foi confirmada pela Comissão, com a participação de membros da Cooperativa, para o período de 30 de abril à primeiro de maio de 1960. Em março de 1962, em Assembleia Geral, os mais de mil associados da Cooperativa, distribuídos nos municípios de Frederico Westphalen, Irai e Seberi, elegeram nova diretoria composta pelo presidente Vergínio Cerutti e o secretário e gerente, Vitalino Cerutti, pessoas vinculadas ao comércio local.

No ano de 1973, foi eleito para o cargo de Presidente da Cooperativa, o Sr. Guerino Zeni, que residia em Osvaldo Cruz. Contudo, no decorrer do seu mandato, vendeu suas terras naquela comunidade e investiu em terras no Mato Grosso. Na época, muitos agricultores migraram para aquele estado, assim Guerino Zeni, no segundo semestre de 1974, solicitou desligamento do quadro social e renunciou à presidência. Convocada nova assembleia, foi eleito presidente, para o

período de 1975 e 1984, o agricultor Inácio Elio Zanella, tendo como vice-presidente, Benone Cereta, secretariados por João Francisco M. Zanatta.



Figura 03: Sede da Cooperativa Triticola Frederico Westphalen Ltda, COTRIFRED, no ano de 1997.

Fonte: Arquivo Histórico da Cooperativa Triticola Frederico Westphalen Ltda.

Na mesma assembleia, foi autorizada a abertura de uma Casa Comercial, em prédio de propriedade do Vergínio Cerutti, na Rua do Comércio, esquina com a Rua Tenente Portela, para atender aos já 1.000 associados. Nos anos setenta houve a tramitação de um processo junto ao Banco Central, para abertura da agência do Banco do Brasil, inaugurada dia 01 de novembro de 1968 em Frederico Westphalen. Antes da instalação de uma agência do Banco do Brasil no Município, a diretoria da Cooperativa colaborava no transporte da produção agrícola até Palmeira das Missões, através, também, de processos de financiamento. Por um bom tempo, a cooperativa atuou em locais de propriedade particular, a exemplo da unidade de Seberi, onde o armazenamento da produção era feito no armazém da Fiorenzano & Germano Ltda.

Dirigiram a cooperativa de 1985 a 1987 o presidente Wilson Júlio Giongo, tendo como vice-presidente, Ezequiel Ferrari e como secretário Adilon Osorio de Oliveira. Entre 1987 e 1989 assumiu a presidência, Adilon Osório de Oliveira, a vice-presidência, Selvino José R. Fonseca e, o papel de secretário, Ezequiel Ferrari. No período de 1989 a 1992, a cooperativa foi presidida por Inácio Elio Zanella, que teve com o vice-presidente, Arli Luiz Zanatta e, como secretário, Nadir José Buzatto.

No período de 1978-1989, a Cotrifred estendeu suas atividades para a comercialização da produção leiteira. Para isso, foi feito um convênio com a Universidade Federal de Santa Maria, implantando, em áreas do Colégio Agrícola, um posto de recebimento e resfriamento de leite. Com isso, foi implantada a bacia leiteira na região. Nesse período, ainda, a Cotrifred, passou a integrar o grupo das cooperativas gaúchas para a formação da Central Gaúcha de Leite (CCGL). A partir disso, logo, foi instalada, em Teotônia, uma indústria, que contou, no Conselho, com a representação local de Inácio Zanella.

Aos serviços desenvolvidos na sede (Município de Frederico Westphalen), foram agregados serviços em municípios vizinhos. Em 1992, foi investido em melhorias nos mercados de Irai e Frederico Westphalen e foram construídos armazéns em Palmitinho e Planalto e, adquirido, o armazém da Fiorenzano Germani Ltda, em Seberi. Nesse último, foi instalada uma sementeira de feijão e soja. Foram, também, abertas filiais nos Municípios de Alpestre e Pinheirinho do Vale. Nesta década, ainda, começou a acontecer a compra e o transporte de leite a granel, para o que foram obtidos financiamento de tanques de resfriamento de leite e enciladeiras, botijões de sêmen, e contratados técnicos para inseminação, estendendo financiamentos para os agricultores vinculados a pecuária leiteira.

No período de 1992 a 2009, presidiu a Cotrifred, o Sr. Léo Otonelli. No primeiro mandato até 1998, assumiu como vice-presidente Valdecir Stival e como secretário, Rubens Jose Fischer. De 1998 a 2004, assumiu a vice-presidência, Rubens Jose Fischer e como secretário, Sérgio Vanelli. No período de 2004 a 2009, assumiu como secretário, o Sr. Selso Roque Zonta. Na gestão Otonelli, foram oferecidas mais oito unidades da Cotrifred com mercados em municípios vizinhos e houve maior investimento na suinocultura, a exemplo, da produção de leitões. Outra intervenção significativa foi a participação da cooperativa na formação do capital social do Frigorífico Mabella. Na oportunidade, em 2001, a Cotrifred participou com 550 mil reais, representando os 3.500 associados.

Em 2010 a Cotrifred elegeu uma nova diretoria composta pelo presidente Elio Luis Duarte Pacheco, o vice-presidente Joncimar Reolon e o secretário Dari Albarello. Atualmente a direção da cooperativa está aos cuidados de Elio Luis Duarte Pacheco. A cooperativa conta com um quadro social de mais de 3 mil associados e, firmou parceria com a Aurora, para expandir a base produtiva da suinocultura para quatro mil matrizes. Nessa parceria, a Cotrifred é responsável pela gestão do projeto, fornecendo assistência técnica e a ração necessária na produção dos leitões (FERIGOLLO, 2014).

Cabe aqui ressaltar que segundo dados do IBGE (2013), a população do Município de Frederico Westphalen, no ano de 1956, ou seja, em data próxima à implantação da Cooperativa Cotrifred estava estimada em 35.280 habitantes, sendo que 2.700 habitantes residiam na sede e 32.580 na área rural. Já no ano de 2010, o Município apresentou uma população total de 28.843 habitantes, sendo 5.510 residentes na zona rural e 23.333 residentes na zona urbana. Esses números mostram a diminuição de moradores na área rural do Município, ou seja, a diminuição significativa de agricultores e, conseqüentemente, o aumento da população urbana. Nesse cenário, a Cotrifred atua há 57 anos.

Atualmente a Cooperativa possui oito filiais, além da Matriz no Município de Frederico Westphalen. As filiais estão localizadas nos Municípios de Caiçara, Iraí, Palmitinho, Pinheirinho do Vale, Taquaruçu do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre. Todos esses municípios são de pequeno porte, porém a base de sobrevivência e sustentação, dos mesmos, é a agricultura e a pecuária leiteira.

2.2 Cotrifred: o cooperativismo na visão de seus membros

Em se tratando de cooperativismo, assim como citamos no decorrer desse estudo, esse, surgiu para que os agricultores na época pudessem se unir e se fortalecer em meio às dificuldades que a agricultura apresentava. Diante disso, buscamos entrevistar associados da Cooperativa Cotrifred, para ouvi-los e para resgatar a caminhada histórica da cooperativa e o que os levou a se associassem à instituição.

Para isso foi aplicado um questionário contendo sete perguntas sobre: motivadores para ser um cooperado da Cotrifred; tempo; expectativas; benefícios ofertados pela cooperativa, vantagens comerciais; relação entre os primeiros anos de associado e a atualidade e sobre a participação dos mesmos nas assembleias promovidas pela cooperativa.

Nesse sentido foi aplicado questionário para dez associados da Cotrifred, cujas respostas apresentamos de forma geral. Os entrevistados colocaram que se associaram à Cotrifred pelos seguintes motivos: possibilidade de ter mercado para a comercialização dos produtos; foi em época de escassez de mercado; pelo incentivo para produzir e aumentar a produção leiteira.

O tempo de associação dos entrevistados variou de 04 a 53 anos, conforme pode ser observado na tabela 01. Como a Cotrifred foi fundada no ano de 1957, nenhum dos entrevistados fez parte do ato de fundação da mesma como membro cooperado, contudo, é possível verificar algumas diferenciações nas colocações dos associados com mais tempo de cooperativismo e os com menos tempo de cooperativismo.

Associado	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Tempo de Associação/anos	32	29	23	15	10	28	04	32	53	26

Tabela 01: Associados entrevistados e tempo de associação

Fonte: Questionários aplicados aos associados em 12 de novembro de 2014 e em 15 de janeiro de 2015.

Em relação à historicidade da cooperativa, os entrevistados situaram, especificamente, fatores vinculados ao comércio, preços e produtos oferecidos pela cooperativa, o que, em nossa

leitura, parece-lhes a centralidade da ação da cooperativa. Algumas colocações, porém, nos permitem identificar alguns pontos de criticidade histórica do processo cooperativo da Cotrifred.

A colocação, “Só que a cooperativa até que é pequena tá bom, depois que cresce tem taxas de juros para tudo”, mostra a visão crítica do associado que, com 26 anos de casa, pontua a caminhada do cooperativismo para a adoção dos conceitos empresariais no que diz respeito ao lucro, ao domínio e à extensão do mercado. Mostra uma Cooperativa, primeiramente pequena; atualmente com dimensão maior, tanto em termos de abrangência territorial e de serviços, como na incorporação de conceitos próprios do mercado. Caracteriza uma mudança expressiva na forma de atuação da cooperativa. Ao mesmo tempo, a colocação “deveria ser a nossa casa”, identifica uma ideia de pertencimento, de historicidade construída.

CONCLUSÃO

Após o estudo realizado podemos dizer que o cooperativismo é uma das formas de organização social mais bem articulada pelos pobres e necessitados para superar os problemas econômicos.

No Município de Frederico Westphalen, as primeiras iniciativas de organização de cooperativas encontram-se na Cooperativa Vinícola Vitória Ltda., na Cooperativa Agrícola Brasil e na Cooperativa da Banha e Produtos Suínos. A primeira instituição cooperativa é datada de 1932, a Cooperativa Vitoria, fundada no Município de Frederico Westphalen para prestar serviços de moagem, armazém e engarrafamento dos vinhos.

Atualmente, o Município de Frederico Westphalen é sede de três cooperativas agrícolas: a Coopraff, a Cooperbio e a Cotrifred. A COOPRAFF, Cooperativa dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Frederico Westphalen foi fundada em 25 de setembro de 2007, é uma cooperativa fundada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município e presta serviço, principalmente, de comercialização de produtos vinculados a agricultura familiar.

A COOPERBIO, Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil Ltda, é uma cooperativa vinculada a agricultores que buscaram nela uma alternativa de transformação da produção de cana de açúcar e de milho em energia, fugindo à produção alimentar, própria de cooperativas de pequenos agricultores. Foi fundada em 27 de setembro de 2013.

A COTRIFRED, Cooperativa Tritícola Frederico Westphalen, que foi instituída com essa denominação em 10 de novembro de 1957. Sua origem está na Cooperativa Brasil, transformada

em instituição Tritícola. Assim podemos dizer que a Cotrifred faz parte da trajetória histórica do Município.

No estudo de caso que realizamos, observamos que os associados com mais tempo de cooperativismo trazem uma visão nostálgica de cooperativismo: desejam enxergar no cooperativismo as formas “antigas” de atendimento e de relacionamento, pautadas pela valorização do mesmo como “o membro” da cooperativa e pela identificação da cooperativa como extensão da sua casa. A maioria dos entrevistados e mais jovens, ao tratarem sobre a historicidade da sua cooperativa, centralizaram sua fala na função comercial da mesma, uma entidade criada para que os agricultores tenham um local para comprar insumos e para vender produtos.

Os dados obtidos na entrevista evidenciam que a ação cooperativa, ao mesmo tempo em que vem respondendo a sua identidade agrícola comercial, pode potencializar uma reflexão sobre a função social do associativismo, sobre a realidade dos associados, suas reais necessidades e desejos em relação a ela.

A trajetória do cooperativismo mostra que o mesmo foi sendo modificado ao longo do tempo: de mútua ajuda para sistema de cotas, por exemplo. Assim, Num geral, entendemos que para o cooperativismo ter competitividade e, igualmente, poder corresponder às demandas sociais dos tempos atuais de seus associados, precisa passar por uma revisão no princípio de participação nos resultados e alterar a relação entre pagamento de produtos e quantidade. Por exemplo, as cooperativas agrícolas comerciais vêm praticando uma premiação em melhoria no preço pago ao produtor conforme a quantidade de produto comercializado. O critério quantidade beneficia o que produz mais. O que produz mais certamente é aquele que possui melhores condições financeiras. Essa forma de “premiação”, a nosso ver, não corresponde à função social do cooperativismo.

Com base nisso, situamos a necessidade atual, do cooperativismo evoluir para a emancipação educativa e econômica dos associados, em especial daqueles que produzem menos por terem menos, colocando em prática o critério da igualdade de tratamento dado à comercialização da produção dos associados independentemente da quantidade.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Associativismo e Cooperativismo**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

BARCELOS, Eronita e cols. **Economia Solidária: sistematizando experiências**. Ijuí: Unijuí, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. 47 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CENZI, Neri Luiz. **Cooperativismo**: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia**: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ESTATUTO SOCIAL COOPERATIVA TRITÍCOLA FREDERICO WESTPHALEN LTADA. Documento datado de 29 de Março de 1983. Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen, documentos. Cópia disponibilizada para este estudo pela direção da Cooperativa, em maio de 2014.

FERIGOLLO, Wilson Aleixo. **Cotrifred**. Disponível em: <<http://www.cotrifredfw.com.br/site/sobre.php>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

GOERCK, Caroline. **Emergências do cooperativismo, reestruturação do capital e economia solidária e o papel do serviço social em empreendimentos econômicos solidários**. Ijuí: Unijuí, 2006.

IBGE, **Dados gerais da cidade de Frederico Westphalen**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=430850&search=rio-grande-do-sul|frederico-westphalen|infograficos:-historico>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

JACOMELLI, Jussara. **Políticas Públicas e Rede de Transporte no Norte Rio-Grandense (1889-1955)**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

JACOMELLI, Jussara. **Literatura fotográfica: a memória associativa no município de Frederico Westphalen**, 2013. Anais Travessias e Tessituras: a literatura e outros processos culturais. Universidade Regional Integrada do Médio Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen.

JACOMELLI, Jussara. **Comissão de Terras: Relação de poder em Palmeira**. Passo Fundo: UPF: 2004.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é Cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Anderson M. **Cooperação: Vivenciando novas relações sociais no campo. Desenvolvimento do campo em construção**. Ronda Alta: Fundep, 2008.

SILVA, Alana Maria da. **Patrimônio histórico e cultural de FW**: o caso do Moinho Crzyzaniak. Frederico Westphalen, 2011. 52 paginas. Monografia apresentada ao Curso de Historia. Universidade Regional Integrada do Médio Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen.

TEDESCO, João Carlos, et al. **Agroindústria, frigoríficos e cooperativismo**: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1950-1990. Porto Alegre: EST, 2005.

VERDE, Valéria Villa. **Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento**. Paraná: Ipardes, 2004.

Posto de atendimento Sicoob Oestecredi na história do cooperativismo no município de Frederico Westphalen

Franciele Liberalesso¹

Jussara Jacomelli²

INTRODUÇÃO

Situar o Posto de Atendimento do Sicoob Oestecredi no contexto do Município de Frederico Westphalen, requer a realização de um breve estudo do termo cooperativismo, bem como construir um breve histórico do mesmo desde as suas primeiras manifestações no espaço europeu à sua presença no Município de Frederico Westphalen.

O homem, sempre precisou viver em grupos e com passar dos tempos, a sobrevivência passou a depender, cada vez mais, da solidariedade, da organização e das técnicas de produção, mas foi com a Revolução Industrial que o homem passou a criar organizações sociais solidárias associativas. Ao realizar a Revolução Industrial o homem mudou a organização social até então existente. Com as novas tecnologias, passou a produzir mais e a intervir estabelecendo novas regras para a vida em sociedade e para os usos dos territórios; passou a concentrar o poder e os resultados da produção de forma desigual; também, buscou formas alternativas à concentração do poder e dos resultados da produção criando, por exemplo, o cooperativismo.

O Município de Frederico Westphalen apresenta uma economia, historicamente de base rural, e caracterizada pela agricultura familiar. A instituição cooperativa é uma realidade desde os primeiros anos de formação do Município, contudo, o cooperativismo de crédito com extensão agrícola é uma realidade atual e parte dos recursos financeiros, tomados pelos agricultores, é oriundo desta fonte.

1 POSTO DE ATENDIMENTO SICOOB OESTECREDI NA HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO EM FREDERICO WESTPHALEN

No Município de Frederico Westphalen o Cooperativismo de crédito tem no Sicoob Oestecredi uma de suas expressões. Assim, procuramos situar o Ponto de Atendimento Sicoob Oestecredi no contexto histórico do cooperativismo e no contexto local. Também procuramos

¹ Bacharel em Química Industrial pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. A pesquisa foi financiada pelo CNPQ e pelo REDES-URI.

² Doutora em Desenvolvimento Regional; Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

analisar sua contribuição para o desenvolvimento social. Para isso, inicialmente buscamos conhecimento sobre a trajetória histórica do cooperativismo, o significado dos termos cooperativismo e cooperativismo de crédito e, a seguir trazemos dados sobre o Município, onde situamos o Posto de Atendimento.

1.1 Da cooperação ao cooperativismo no mundo

Apesar de a cooperação ter sido o caminho criado pelo homem para sobreviver, com a evolução nas técnicas de trabalho e na produção, a participação nos resultados continua injusta. As novas técnicas foram, sucessivamente, ao longo da história humana, vinculadas às novas regras de produção, consumo e distribuição e, cada vez mais, ditadas por centros de comando e de produção de relações sociais desiguais.

As regras ditadas pelos centros de comando são replicadas nos diferentes níveis e territórios, definindo situações de extremos entre territórios e entre pessoas. Sen e Kliksberg (2010, p. 23) explicam que as “desigualdades incluem”, além de “disparidades na riqueza”, “assimetrias brutais no poder e nas oportunidades políticas, sociais e econômicas”. No espaço, segundo Souza (1995), está o desenho destas relações de poder assimétricas, porque o espaço geográfico é o resultado das mesmas.

Aos comandos centrais e seus desdobramentos, somamos a competição, relação social criada pelo homem que vive o sistema capitalista. Competição esta que leva a criar formas para ingressar, permanecer e para ampliar a participação de indivíduos ou grupos no mundo econômico, de forma justa ou injusta. Entre estas formas está o cooperativismo, um produto da economia de mercado, das desigualdades e da organização de grupos, visando a participar, “de algum jeito”, deste mercado. Sen e Kliksberg (2010) afirmam que, onde há cooperação, muitos podem ganhar, visto que a cooperação, segundo Demo (2002, p.139), “é resultado natural de indivíduos tentando maximizar seu proveito.” Isto ocorre quando o cooperativismo é criado para a cooperação, o que pode melhorar a vida das pessoas.

Mesmo tendo o conhecimento de que a cooperação produz ganhos e, também, amplia o acesso aos benefícios da técnica para mais pessoas, vivemos em um modelo de organização social marcado pela falta de equidade. Demo (2002) coloca que a sociedade que conhecemos produz dinâmicas discriminatórias, gerando situações desiguais e injustas, de forma que, por volta de 20% da população mundial desfrutam de muito ou de algum bem-estar, enquanto 80% sobrevivem de modo subordinado ao redor deste centro. Sen e Kliksberg (2010) somam às colocações de Demo e afirmam que esta desigualdade é resultado da organização social, mas,

também, do descaso das políticas públicas e organizacionais em relação aos desfavorecidos. Para os autores, no Mundo,

A desigualdade na distribuição da renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres passou de 30 para 1, em 1960, a 74 para 1 em 1997. A do capital acumulado pelas diferentes camadas da população mundial, conforme apurou a Universidade das Nações Unidas (2006) é ainda maior. Os 10% mais ricos detêm 85% do capital global enquanto metade dos habitantes do planeta possuem apenas 1%.(SEN,KLIKSBERG ,2010, p 9-10).

No quadro de assimetria social, verificamos que poucos usufruem dos benefícios produzidos por muitos que ficam à margem do desenvolvimento, ou seja, à margem dos benefícios da técnica e da possibilidade de escolha. A participação nos benefícios requer, dessa forma, algum tipo de organização envolvendo a ajuda mútua, a cooperação. Para Thenório Filho (2002), o cooperativismo é um caminho possível para modificar o padrão socioeconômico da pessoa humana. Segundo ele, uma cooperativa é criada a partir de uma necessidade econômica dos seus membros. Apesar de apresentar como princípio de criação uma necessidade econômica, tem um caráter social, porque nela a pessoa humana é o centro e a razão de sua existência e, porque não apresenta como finalidade o lucro, uma vez que visa à produção e à distribuição de condições de desenvolvimento a partir da cooperação.

Mas, de onde vem a ideia do associativismo cooperativo que conhecemos hoje? Segundo Abrantes (2004, p. 37), a cooperativa mais antiga documentada é de 1760 e foi criada por trabalhadores dos estaleiros de Woolwich e Chatam, na Inglaterra, para ter uma associação para “moer os cereais dos associados, reduzindo os custos cobrados pelos moleiros estabelecidos”. Neste período, ainda não havia o direito ao cooperativismo, conquistado em 1826 e, reconhecido primeiramente, pela Inglaterra. Rios (2007) explica que o cooperativismo, legalmente reconhecido, surgiu na Europa como expressão de um movimento operário em reação às condições de exploração existentes, a exemplo de jornadas diárias de trabalho superiores a 12h e à inexistência de direitos trabalhistas e de associação. Condições, às quais, as crianças também eram submetidas.

Devido à repressão do governo, em torno de 1833, a organização sindical operária e o cooperativismo, principalmente na Inglaterra, passaram por um período de pouco movimento. Em contrapartida, as inovações tecnológicas avançaram, o capitalismo foi fortalecido, o desemprego aumentou e, juntamente, houve a concentração da renda (ABRANTES, 2004). Foi neste contexto, que “as numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz

reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo” (BARCELOS, RASIA E SILVA, 2010, p. 43).

A Revolução Industrial, nos meados do século XIX, trouxe significativas conquistas técnicas e científicas que transformaram o mundo nos aspectos morais e econômicos. A mecanização industrial trouxe como vantagem a organização dos trabalhadores em classes assalariadas, porém gerou desemprego em massa, causando miséria coletiva e, como consequência, desajustes sociais e crises (THENÓRIO FILHO, 2002). Diante disso, sufocados pelo desemprego e influenciados pelas ideias de Robert Owen, no dia 21 de Dezembro de 1844, tecelões que habitavam a cidade de Rochdale, na Inglaterra, criaram a associação denominada Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, que, mais tarde, tomaria o nome de Cooperativa de Rochdale (ABRANTES, 2004, p. 42).

As ideias de Robert Owen foram fundamentais para a organização dos operários de Rochdale. Mas, quem foi Robert Owen? Segundo Abrantes (2004, p.40-41), foi um dos mais importantes ideólogos da filosofia cooperativista, é considerado pai do cooperativismo inglês. Na sua fábrica, em New Lanark, praticou ideias humanistas, melhorando as condições de trabalho com bons salários, educação para os filhos dos operários, redução da jornada de trabalho diário de 17 para 10 horas e proibindo o trabalho de menores de 10 anos. Foi o primeiro a organizar, cientificamente, o cooperativismo, articulando-o com a sociedade. Ele divulgava a filosofia cooperativista como forma de reduzir a pobreza. A ele, atribuiu-se o uso do termo “cooperação” em oposição à “competição”.

Segundo Rios (2007), a Cooperativa de Rochdale, associação de operários, permitiu a criação do cooperativismo caracterizado pela *propriedade cooperativa*, uma associação de pessoas e não de capital, em que a propriedade é atribuída aos associados, independentemente das contribuições financeiras e individuais, à constituição da sociedade. Caracterizado, também, pela *gestão cooperativa*, na qual o poder de decisão último é de competência da assembleia dos associados e, ainda, caracterizado pela *repartição cooperativa*, que diz respeito à distribuição das sobras líquidas anuais para os cooperados, segundo a participação nas operações da cooperativa.

Assim, podemos dizer que as organizações cooperativas e sindicais tiveram seu embrião nas “sociedades de ajuda mútua” criadas no contexto da Revolução Industrial. Embrionada no princípio da solidariedade humana, a organização cooperativa tem como objetivo prestar serviços a seus associados sem visar a lucros, devendo, o “excedente disponível”, ser restituído aos associados na proporção de sua participação nas operações comerciais e estender para outros a possibilidade de participar da organização. Na Europa, como vimos, o cooperativismo iniciou

como um movimento urbano nos estaleiros e fábricas. E no Brasil, como surgiram as primeiras organizações cooperativas?

1.2 O cooperativismo no Brasil

No Mundo, o cooperativismo teve suas primeiras expressões no espaço territorial urbano. No Brasil, o movimento teve formação inicial no espaço rural e foi organizado pela elite agrária exportadora.

Segundo Abrantes (2004), o movimento cooperativista no Brasil, apresenta cinco fases. A primeira, introdutória, chegou até 1907. Nela, encontram-se as primeiras tentativas de formação de cooperativas e a primeira legislação. A segunda fase abrange o período de 1907 a 1926 e corresponde à criação das primeiras leis, portarias e decretos voltados, exclusivamente, para as cooperativas de crédito, tipo Raiffeisen, e bancos populares, tipo Luzzati. Neste período, existia o “sindicalismo-cooperativismo”.

A terceira fase corresponde ao período de 1926 a 1964. É caracterizada como fase da elaboração de legislação específica para o cooperativismo, desvinculando-o dos sindicatos. Neste período, em relação aos anos anteriores, surgiram muitas cooperativas por todo o Brasil. A quarta, de 1964 a 1988, é a fase na qual o cooperativismo foi controlado pelo governo e passou a apresentar grandes restrições. Nesta fase de restrições e controle governamental, em 1971, foi promulgada a lei que rege as cooperativas brasileiras e que está em vigor até os dias de hoje. A quinta fase, é a fase da atualidade do movimento no Brasil e aconteceu com a promulgação da nova Constituição Brasileira, a qual permite mais liberdade e condições para a organização de associações.

O cooperativismo, na Europa, foi criado pelos trabalhadores urbanos a fim de superar os problemas socioeconômicos. No Brasil, ao contrário, o cooperativismo foi promovido pelas elites econômicas e políticas agrário-exportadoras e como mecanismo de controle social e de intervenção estatal. Resultou em um movimento, caracteristicamente rural e de base conservadora; um cooperativismo de serviços e não de produção; um cooperativismo voltado para a exportação e para a indústria, tendo uma incidência marginal no setor de produção de alimentos básicos. Este contexto foi consolidado com políticas voltadas, predominantemente, à destinação de recursos à lavoura de exportação. Por exemplo, em 1975, “mais de 50% dos recursos creditícios alocados às cooperativas foram destinados às de trigo e soja, concentradas no sul do país. Já o volume de crédito para cooperativas que tinham arroz, feijão ou milho como seu principal produto, ficou em menos de 8% do total” (RIOS, 2007, p. 54).

Em relação às associações operárias brasileiras, Rios (2007) explica que surgiram na época dos engenhos como sociedades de ajuda mútua. Um exemplo dessa forma de organização foi a “Associação dos Galileus”, criada em Pernambuco e, atualmente, considerada o embrião das Ligas Camponesas. As associações operárias, no entanto, não responderam às demandas sociais. Os problemas sociais ainda são uma realidade no Brasil, como mostram os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007-2008, publicados por Sen e Kliksberg (2010), onde consta que os 10% mais ricos possuíam em 2008, 44,8% da renda total, restando para 90% da população 55,2% da renda total, o que resulta em uma distância entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos em 51,3 vezes.

No Sul do Brasil, as dificuldades coletivas, em parte, foram minimizadas ou solucionadas pela prática do cooperativismo, o que se deve às ideias associativas implantadas, segundo Thenório Filho (2002), por italianos e alemães. Ideias essas, que foram postas em prática em vários ramos de atividades, mas apresentando maior expressão no cooperativismo de produção.

Assim, podemos dizer que, enquanto no Brasil, como um todo, o cooperativismo foi implantado pela elite agrário-exportadora, como um cooperativismo de serviços, no Sul do Brasil foi implantado, também, visando ao ramo da produção. É, também, no Sul do Brasil que encontramos as primeiras manifestações do cooperativismo de crédito.

1.3 Do cooperativismo ao cooperativismo de crédito no Rio Grande do Sul

Após ter percorrido a trajetória de formação do cooperativismo, é preciso entender como está sendo conceituado e como o cooperativismo de crédito foi instituído no Estado do Rio Grande do Sul, visto que o Sicoob Oestecredi é uma cooperativa de crédito.

São muitos os teóricos e estudiosos do cooperativismo, mas as caracterizações que trazem sobre o termo são semelhantes e complementares. Abrantes (2004, p.35) traz para a discussão a legislação, explica que “do ponto de vista jurídico e legal, o termo cooperativismo está ligado à associação entre pessoas e meios de produção, existindo, obrigatoriamente, relações econômicas e financeiras e devendo se submeter à legislação específica brasileira”. As cooperativas são sociedades civis e não comerciais, pois pressupõem a não existência de lucro e, de acordo com a Lei 5.764/71, com alterações da Lei 7.231/84, são definidas da seguinte forma:

Cooperativa é uma associação sob a forma de sociedade, com número aberto de membros, que tem por escopo estimular a poupança, a aquisição de bens e a economia de seus sócios, mediante atividade econômica comum. É uma modalidade especial de sociedade simples, sujeita à inscrição na Junta comercial. É uma forma de organização de atividade econômica, tendo por finalidade a produção agrícola ou industrial ou a circulação de bens ou de serviços, voltada ao atendimento de seus sócios. Pode ser

constituída, até mesmo, sem capital e apenas com serviços, não tendo objetivo de lucro (ABRANTES, 2004, p. 83-84).

Além do aspecto jurídico, há o aspecto cultural, o conteúdo da palavra. A palavra cooperativa, segundo Cenzi (2012, p. 17), vem do “verbo latino cooperari, uma junção de cum e operari, resultando no significado de operar juntamente com alguém, prestação de auxílio para um fim comum.” A ideia de cooperação que está presente no termo, traz implícito o princípio da solidariedade, a superação de dificuldades e de necessidades vividas pelo grupo que se solidariza. Neste sentido, o mesmo autor, diz que,

[...] a cooperativa, enquanto sociedade de pessoas e não de capital, não está voltada ao lucro, embora tenha fins econômico-sociais. Como associação de pessoas, estas assumem o papel de sócios, usuários e clientes ao mesmo tempo, resultando daí o afastamento do intermediário [...], bem como, o objetivo do lucro, típico das sociedades de capital (CENZI, 2012, p.19).

O autor, ao usar a expressão “enquanto”, deixa claro que a forma cooperativa é uma associação de interesse e este interesse é optativo. Deve ser o social, contudo, nem sempre é o que ocorre. Em muitos casos, a competição e os valores econômicos são os fatores preponderantes. Além dos valores que sustentam a organização, há vários tipos de cooperativismo e, entre estes, o cooperativismo de crédito.

Rios (2007) coloca que a “associação-empresa cooperativa” compreende tantas variedades quantas são necessárias para atender a uma economia moderna. Segundo Thenório Filho (2002), no Brasil, o artigo 21 da revogada lei cooperativista nº 22.239, de 19 de Dezembro de 1932, definia, já naquela época, 16 principais categorias: cooperativas de produção agrícola; de produção industrial; de trabalho (profissional ou de classe); de beneficiamento de produtos; de compras em comum; de vendas em comum; de consumo; de abastecimento; de crédito; de seguros; de construção de casas populares; editoras e de cultura intelectual; escolares; mistas e centrais de cooperativas (federações).

Atualmente, não existe qualquer forma de classificação, porém na prática, as organizações cooperativas estão vinculadas a ramos ou modalidades de atividades, divisão adotada pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras): Ramo Agropecuário; Ramo de Consumo; *Ramo de Crédito*; Ramo Educacional; Ramo Habitacional; Ramo de Saúde; Ramo de Serviços; Ramo de Trabalho; Ramo Especial/Mineral/Produção. Ou seja, atualmente, a ideia de cooperativismo é mais aberta e, entre os diferentes ramos de atividades em que pode haver a ação cooperativada, está o ramo do crédito.

Rios (2007) diz que o crédito cooperativo pode ser realizado por associações de primeiro grau ou por seções especializadas em cooperativas mistas que recebem depósitos de seus

associados e de terceiros, e com esses recursos e com o capital subscrito, realizam empréstimos a seus associados, como podem, também, ser realizados por empréstimos de bancos para cooperativas de outros tipos.

Na Alemanha, o cooperativismo de crédito foi organizado devido às dificuldades sociais e à exploração econômica a que estavam submetidos comerciantes, industriais e trabalhadores em geral. Esta realidade levou Herman Schulze a organizar Sociedades de Crédito, que iniciou em Delitzsch, com uma pequena Caixa de Socorro para atender, prioritariamente, a casos de doenças ou morte. Essa foi a primeira cooperativa de crédito constituída. Isso foi em 1850 e teve a Alemanha como berço da iniciativa (THENÓRIO FILHO, 2002).

Logo a ideia emergiu no meio rural. O alemão Friedrich Wilhem Raiffeisen, filho de agricultores pobres, vivendo grandes dificuldades financeiras por causa da exploração dos negociantes que compravam a produção agrícola por preços mínimos e revendiam com altos lucros, teve a ideia de fundar, em 1854, na cidade de Heddesdorf, uma caixa de socorros para produtores rurais, dando, assim, origem ao cooperativismo de crédito rural. Essas cooperativas passaram a se expandir por toda a Alemanha e ficaram conhecidas como Caixas Rurais de Raiffeisen (FIGUEIREDO apud ABRANTES, 2004, p. 38 – 39).

No Brasil, o cooperativismo de crédito teve suas bases lançadas no Estado do Rio Grande do Sul em 28 de dezembro de 1902, com as ideias do Pe. Theodor Amstadt. As formas reais de cooperativismo de crédito rural foram lançadas na reunião da Sociedade de Agricultores Rio-Grandenses e, a seguir, foi fundada a primeira Cooperativa de Crédito, denominada de Caixa Rural Cooperativa, nomeação, posteriormente, alterada para Cooperativa de Crédito (THENÓRIO FILHO, 2002) e, atualmente, conhecida como “SICREDI Pioneira” (PAGNUSSATT, 2004, p.22).

A participação do governo na formação da primeira associação de crédito agrícola no Estado do Rio Grande do Sul encontra-se, segundo Thenório Filho (2002), no começo deste século, quando os agricultores e industriais, Senhores Abramo Eberle e Antônio Pieruccini, exportavam suas primeiras safras de vinho para São Paulo e outros centros do País, onde eram adulterados e desvalorizados. Procurado por uma comissão de Caxias, criada para solucionar o problema, o Presidente (assim era chamado o governador do Estado na época) do Estado sulino, Dr. Carlos Barbosa, em pronunciamento, anunciou aos agricultores que, para defender seus produtos, deveriam associar-se, formando cooperativas.

Na mesma época, o Governo Federal, através do Ministro da Agricultura e Comércio, Dr. Pedro de Toledo, trouxe da Itália um técnico e doutrinador cooperativista Dr. Giuseppe di Stéfano Paternó, que chegou a Porto Alegre no dia 1º de setembro de 1911 e, já no dia 15 do

mesmo mês, fundou uma cooperativa agrícola, com seção de crédito na localidade de Vila Nova. Em 12 de Outubro de 1911, foi criada a primeira cooperativa agrícola da região, a Cooperativa Agrícola de Caixas, junto à qual funcionava uma caixa de crédito rural. Da necessidade da criação da cooperativa agrícola na Região de Caxias, surgiram, também, as cooperativas de crédito para apoio financeiro, “chamadas cooperativas agrícolas com seção de crédito” (THENÓRIO FILHO, 2002, p. 120).

As cooperativas de crédito rural, também foram conhecidas como caixas rurais. Segundo Rambo e Arendt (Org., 2012), as Caixas Rurais foram implantadas para atender ao público poupador e tomador de empréstimos de pequenos valores, porque as agências bancárias só existiam nos grandes centros, dificultando o acesso das comunidades rurais. Além disso, não era de interesse dos bancos, pequenos investimentos. Utilizando dados publicados no Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2010, publicado em “Expressão do Cooperativismo”, de janeiro-junho de 2011, do Sistema Sescoop/RS, os autores divulgaram a existência, no ano de 2011, de 606 cooperativas, com 1.944.482 associados, empregando 49.072 pessoas. Também, colocaram que estes números representavam 10,11% do PIB do Rio Grande do Sul e 59,57% do PIB agropecuário. Um resultado que mostra, além da significativa participação na economia do Estado, o predomínio do crédito cooperativo para o setor agropecuário.

1.4 Município de Frederico Westphalen: localização e caracterização socioeconômica

O Município de Frederico Westphalen tem um território de 264,976 km². Sua economia está predominantemente vinculada à agricultura e à pecuária leiteira, é caracterizado por pequenas propriedades rurais. Está situado no Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, abriga três cooperativas de crédito com atuação na área do crédito rural.

A Região Norte, da qual faz parte, foi caracterizada como uma das mais pobres do Estado do Rio Grande do Sul, segundo estudos econômicos realizados Snhneider e Waquil (2001). Os autores classificaram o território do Rio Grande do Sul em cinco categorias: A, B, C, D, E.

Na categoria A, colocaram os municípios pequenos, pobres e, predominantemente rurais. Neste grupo, as características principais estão relacionadas à ruralidade e à pobreza e a alta proporção da população rural em relação à população total. Em média, 61,71% da população residem nas áreas rurais em estabelecimentos agrícolas de pequeno tamanho, em torno de 28,53 hectares, apresentando baixa produtividade da mão de obra ocupada. O VBP – PO (valor bruto de produtividade por pessoa ocupada) é de R\$ 3.751,96, ficando inferior à média do Estado, que é de R\$4.704,06.

Na categoria B, situaram os municípios grandes, pobres e, predominantemente urbanos, municípios que apresentam estabelecimentos agrícolas com área média de 111,87 hectares, consideradas grandes propriedades. Nestes estabelecimentos, a produtividade da terra é baixa, pois o VBP por hectare é de R\$ 177,50, alcançando apenas um terço em relação à média do Estado. A maioria da população destes municípios reside em áreas urbanas e apenas 35,74% no meio rural.

Na categoria C, os autores colocaram os municípios pequenos, desenvolvidos e, relativamente rurais. Neste grupo, a área dos estabelecimentos agrícolas é a mais baixa do Estado, com uma média de 17,39 hectares. A produtividade da terra chega a R\$ 935,51, ficando inferior somente em relação ao grupo “E”. Este grupo é o que se encontra mais próximo da média do Estado. Um percentual de 49,51% da população reside em áreas rurais. Embora compostos por pequenas propriedades, os municípios apresentam boa infraestrutura.

Na categoria D, colocaram os municípios grandes, desenvolvidos e predominantemente urbanos. A categoria é formada por um conjunto de municípios nos quais os estabelecimentos agrícolas alcançam a maior média de área, chegando a 304,19 hectares. Nessas propriedades é realizada a produção agropecuária em larga escala onde os gastos com manutenção e custeio são cinco vezes maiores do que a média do Estado. O VBP por estabelecimento agrícola e a produtividade por pessoa ocupada são, também, significativamente superiores (em torno de quatro vezes) à média do Estado. Do total da população, 77,61% reside nas áreas urbanas.

Na categoria E, os autores colocaram os municípios pequenos, desenvolvidos e essencialmente urbanos. Nela está o Município de Porto Alegre onde, somente, 2,62% da população têm domicílio no meio rural. Os estabelecimentos agrícolas possuem uma área média de 34,70 hectares. O VBP por estabelecimento agrícola é o mais alto do Estado, o mesmo valendo para a produtividade do trabalho e da terra.

Na classificação, o Município de Frederico Westphalen, consta na Categoria A, juntamente com outros municípios que podem ser identificados na figura 01.

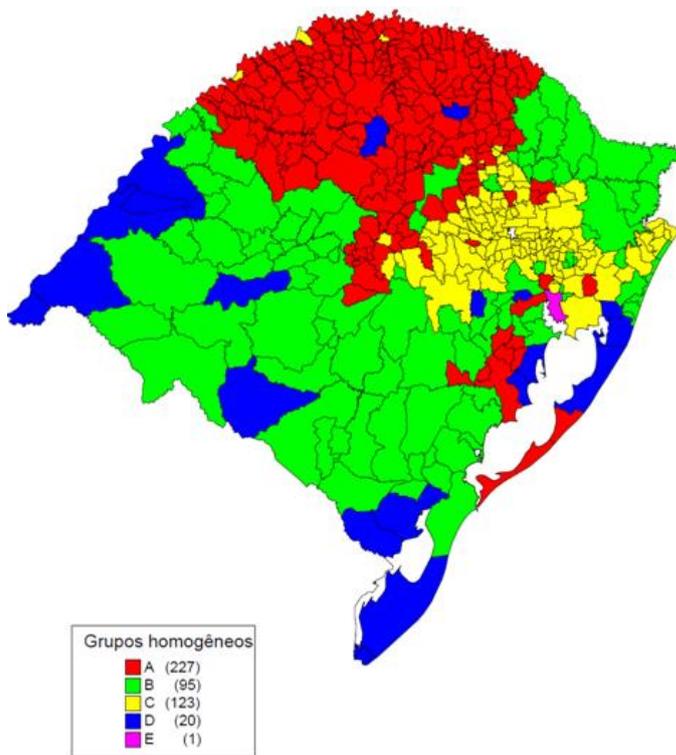


Figura 01: Classificação dos Municípios do Rio Grande do Sul, 2001.
Fonte: SCHNEIDER e WAQUIL, 2001, p.20.

O Município de Frederico Westphalen tem sua economia, predominantemente vinculada à agricultura e à pecuária leiteira, é caracterizado por pequenas propriedades rurais, contudo, difere dos dados catalogados por Snhneider e Waquil no que diz respeito à média de população rural. Em 2010, conforme dados da Revista do PTDRS (2010), somente 19,13% da população residia na área rural. Os censos do IBGE mostram que os anos 90 foram definidores de uma inversão significativa na ordem de ocupação territorial campo-cidade. A partir deste marco, temos um processo de esvaziamento ocupacional na área rural do Município, situação que fica visível na tabela que segue.

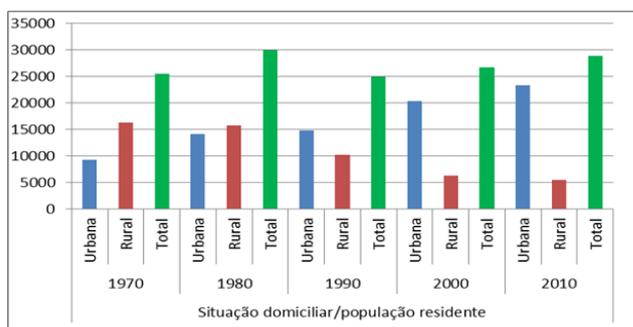


Gráfico 01: População residente por situação de domicílio: 1970 a 2010.
Fonte: IBGE - Censos demográficos 1970, 1980, 1990, 2000, 2010.

Além da migração rural-urbana, é preciso considerar alguns números significativos a respeito da extrema pobreza. Observamos que o número de pessoas em condição de extrema pobreza passou de 625 pessoas, em 2010, para 1145 famílias, em 2013. Também, elevou o número de famílias com renda per capita de até R\$ 140,00, conforme dados apresentados na tabela 01.

Ano	População Total	Total de famílias cadastradas no Cadastro Único	Cadastrados com renda per capita mensal de até R\$70,00	Famílias com renda per capita mensal de até R\$140,00
2010	28.843	1.762	625 pessoas	1.011
2013	28.843	3.182	1.145 famílias	2.092

Tabela 01: Dados da situação de pobreza familiar nos anos de 2010 e de 2013.

Fonte: SAGI, Boletim A extrema pobreza segundo Censo de 2010 e Relatório do Cadastro Único e Bolsa Família, Maio de 2013.

Vale considerar que, das 625 pessoas cadastradas em condições de extrema pobreza, no ano de 2010, 446 residiam no meio rural e 179 residiam no meio urbano. Segundo dados de 2010, cadastrados no portal “Perfil do Município de Frederico Westphalen, RS/ Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013”, a renda per capita do Município chegou a R\$ 875,00. Contudo, coube aos 20% mais pobres, 4,26% da renda produzida e aos 20% mais ricos, 52,19%. Ou seja, os números evidenciam expressiva concentração de renda.

Soma, aos aspectos regionais e municipais apresentados, o estudo dirigido pelo professor Germano José Hartmann, relacionado ao “Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai” e, divulgado pelo “Jornal O Alto Uruguai” em uma reportagem realizada por Favero (2014, p.6). Conforme a reportagem, o Médio Alto Uruguai, é a Região mais pobre do Estado do Rio Grande do Sul, visto que, os municípios vêm apresentando perdas anuais na renda “per capita” e, em população. Em relação à renda “per capita”, o Município de Frederico Westphalen, por exemplo, entre os anos de 2010 e 2011, apresentou uma perda de 13, 71%.

A diminuição da população relacionada à diminuição da renda “per capita”, parece revelar fuga de capital ou diminuição de produção e, conseqüentemente, de renda, visto que a diminuição da população, mantida a renda, deveria ter, como consequência, um aumento na renda “per capita”. A situação fica agravada ao se agregar, ao contexto de diminuição da população e da renda “per capita”, a concentração das riquezas.

É nesse contexto, caracterizado pelo fluxo migratório campo-cidade, pelo aumento de famílias dependentes do Programa Bolsa Família e pelo número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, que encontramos várias cooperativas operando no território.

Entre as várias modalidades que temos, estão as cooperativas com oferta de créditos com extensão ao crédito agrícola: Sicoob, Cresol e Sicredi.

O Sicredi, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai – Sicredi Alto Uruguai RS/SC, foi fundada no Município em 12 de março de 1993 e faz parte de um sistema de crédito cooperativo. O Sicredi, a primeira cooperativa de crédito instalada no Município, atuou com exclusividade até 2008, quando no dia 05 de setembro foi instalada a Cresol - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária. Em 2011, no dia 9 de junho, somou às anteriores, a instalação de um Ponto de Atendimento do Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil – Sicoob - que faz parte da Associação Sicoob Oestecredi.

1.5 Do crédito ao crédito cooperativo e extensivo à agricultura no município de Frederico Westphalen

A cooperação foi uma prerrogativa utilizada pelos imigrantes por ocasião da ocupação do território do município de Frederico Westphalen. Segundo dados históricos, as primeiras ocupações datam de 1917. Os agricultores tinham como uma das características das relações de vizinhança as trocas de favores, de serviços e de recursos econômicos. Essas eram as primeiras formas de empréstimo que tinham como princípio a honestidade e a confiança entre vizinhos. Logo, no ano de 1932, foi criada a primeira cooperativa vinculada à produção e ao comércio agrícola, a Cooperativa Vinícola Vitória LTDA. Em 1938, a Cooperativa da Banha e Produtos Suínos e, em 1944, a Cooperativa Agrícola Brasil, que deu origem a Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen. (JACOMELLI, 2013). A Cooperativa Tritícola, no seu Estatuto de fundação, traz como um de seus princípios funcionais a efetivação de empréstimos aos filiados. Contudo, este não era o seu objetivo principal. Desde 1940, o Município conta com serviços de crédito bancários. Segundo Fritzen (2014, p. 49),

A primeira agência bancária do município, trazida por Virgínio Cerutti em 1944, era de capital alemão: Banco Pheiffer S/A. O serviço era uma franquia, usando-se o nome do banco para recebimentos, depósitos e pagamentos, e Vergínio Cerutti & irmãos forneciam os recibos.

Em 1 de outubro de 1948 surgiu nova instituição bancária para substituir o Banco Pheiffer S/A, que foi absorvido pelo Banco Industrial e Comercial do Sul [...], Banco Agrícola Mercantil. Em 1967 o Banco Agrícola Mercantil fundiu-se com o Banco Moreira Salles e o Banco Predial, criando assim a União de Bancos Brasileiros – Unibanco.”

A partir de 1951, o Distrito de Frederico Westphalen (emancipado em 1954 e instalado em 1955) passou a contar com o Banco Agrícola Mercantil. O Banco Agrícola Mercantil, segundo

informações de Ferigollo (2014) um funcionário, que nele atuou no período que a instituição prestava serviços no município, tinha como uma de suas atividades bancárias a prestação de crédito agrícola. Prestava esse serviço observando a “Resolução 69 que funcionava com capital de giro de 90 dias” e conforme “Legislação do SUMOC”. Os empréstimos eram feitos com o uso de “Nota de Crédito Rural (NCR)”, a qual “favorecia o produtor rural na comercialização da produção agrícola com 1% ao mês.” Também fornecia empréstimos para outras situações como financiamento de “dentadura e pintura de automóveis”. Este Banco prestou serviços no município no período de “1951 a 1987”. Foi diretor do Banco o senhor “Kurt Weishemer, casado com a senhora Celina Westphalen, filha do senhor Frederico Westphalen.” O Banco “tinha, em Iraí, uma casa de veraneio para hospedagem e um automóvel para transporte que era utilizado pelo diretor e família” conforme mostra a figura 02. Em 1968 foi instalado no Município o Banco do Brasil; em 1963 o Barrisul; 1964 o Banco de Expansão; em 1967 a Caixa Federal e neste mesmo ano o Banco Agrícola Mercantil foi transformado em Unibanco (Funcionário do Banco Mercantil, Entrevista do dia 02 de junho de 2014).



Figura 02: Casa de veraneio no Município de Iraí e automóvel do Banco Agrícola Mercantil
Fonte: Arquivo Histórico do Município de Frederico Westphalen, pasta 08.

Com base no pequeno histórico do crédito agrícola, cooptado pela pesquisa, podemos dizer que inicialmente, no Município, houve a prática de crédito de *tipo solidário*, tipificado pelas relações de vizinhanças, seguida da prática do crédito via atividades particulares vinculadas a instituições bancárias e, a partir da década de 60, coincidindo com o processo de emancipação do município, esse serviço passou a ser prestado por entidades bancárias e, em pequena escala, pela Cooperativa Tritícola. Somente a partir de 1993 foram sendo instaladas no Município as Cooperativas de crédito.

1.6 O Sicoob Oestecredi no município de Frederico Westphalen

Para entender a participação do Sicoob no desenvolvimento territorial, trazemos um breve histórico do Posto de Atendimento do Sicoob Oestecredi, instalado no Município tendo como referências o Estatuto, a Agenda 2014 e, questionários aplicados à gerência da Instituição e a cinco associados que buscaram crédito agrícola junto à Instituição.

O Posto de Atendimento do Sicoob, instalado no Município de Frederico Westphalen, faz parte da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Oeste Catarinense - Sicoob Oestecredi. A Cooperativa foi constituída em Santa Catarina, em 1º de fevereiro de 1985. Vale registrar que a primeira iniciativa de cooperativismo de crédito agrícola, naquele Estado, é datada de 1932, quando foi criada a Caixa Rural União Popular de Porto Novo no Município de Itapiranga.

Conforme Estatuto atual (2012), O Sicoob Oestecredi é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas e de natureza simples e sem fins lucrativos. Possui sua sede e administração na cidade de Palmitos, no Estado de Santa Catarina. O estatuto, criado em 2012, é observado por todos os pontos de atendimento. A associação, a partir desse Estatuto, tem como objeto social,

I. o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;

II. prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos; e

III. a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

§ 1º No desenvolvimento do objeto social, a Cooperativa deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional dos associados, tendo como base os princípios cooperativistas.

§ 2º Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa, devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da discriminação religiosa, racial e social. (ESTATUTO, 2012, p. 1-2).

Apesar de não ser uma cooperativa especificamente voltada para o crédito agrícola, tem, como uma de suas prerrogativas, a oferta de crédito agrícola, abrangendo os territórios dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, atende aos municípios de Palmitos (Sede), Belmonte, Caibi, Descanso, Iporã do Oeste, Mondai, Riqueza e Santa Helena. Em todos esses municípios, possui pontos de atendimento.



Figura 03: Instalações do Posto de Atendimento no município de Frederico Westphalen.
Fonte: Imagem fotográfica produzida em 18 de Junho de 2014.

No Estado do Rio Grande do Sul, o Posto de Atendimento, a mostra na figura 02, foi instalado no município de Frederico Westphalen e atende aos municípios de Alpestre, Ametista do Sul, Caçara, Cristal do Sul, Erval Seco, Iraí, Jaboticaba, Liberato Salzano, Pinhal, Planalto, Rodeio Bonito, Seberi, Taquaruçú do Sul, Trindade do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre e Frederico Westphalen.

Como podemos observar na figura 03, sua área, no Norte do Estado do Rio Grande do Sul, é bastante expressiva, abrangendo quase todos os municípios da Região do Médio Alto Uruguai, o que permite dizer que participa do desenvolvimento econômico local e, também, regional.

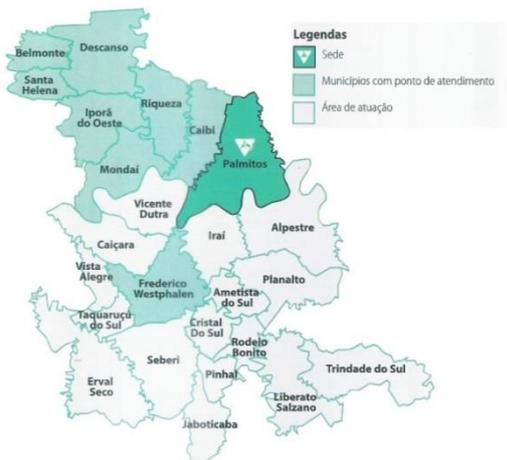


Figura 04: Área de abrangência do Sicoob Oestecredi
Fonte: Agenda Sicoob Oestecredi, p.3, 2014.

Segundo dados, obtidos a partir de questionário, para a instalação do Posto de Atendimento no Município de Frederico Westphalen, foram realizados vários estudos. Nos estudos foram consideradas a análise de mercado e a análise de estratégia de expansão. Com base

nestes critérios, o Município de Frederico Westphalen, ficou situado como referência regional, sendo, desta forma, o único na Região do Médio Alto Uruguai, a ter um ponto de atendimento.

Tendo em vista a estratégia de expansão, além da abrangência territorial, o Sicoob Oestecredi foi criado em 1985 e, no ano de 2007 foi instituído como uma Cooperativa de Livre Admissão, o que permite a associação de pessoas vinculadas a diferentes ramos de atividade. O processo de expansão e criação do Ponto em Atendimento de Frederico Westphalen foi dirigido por lideranças do Sicoob, com equipes técnicas qualificadas e com a participação de membros do Conselho de Administração e Colaboradores. Entre as lideranças, consta a pessoa de Lauri Inacio Slomski, atual presidente do Sicoob que faz parte da cooperativa desde 1994 e que possui graduação em Ciências Contábeis.

Também foram citados, Mario Stahl, Vanderlei Soprano, Adolfo Jones Oesterlein e Eliana Berlt. Mario Stahl exerce, atualmente, a vice-presidência da Cooperativa. Atua no Sicoob desde 1993 e possui diversos cursos em Gestão de Cooperativas. O Sr. Vanderlei Soprano, atua na cooperativa como secretário, faz parte da instituição desde 2000 e é Engenheiro Agrônomo. O Sr. Adolfo Jones Oesterlein é, atualmente, diretor operacional e faz parte do Sicoob desde 1987. Sua formação é Técnico Contábil. A Sra. Eliana Berlt é diretora administrativa. Faz parte do Sicoob desde 1995 e é graduada em Matemática.

O Sicoob Oestecredi trabalha com diferentes tipos de crédito. Em relação ao crédito agrícola e suas tipificações, disponibiliza soluções que atendem desde a agricultura familiar à agricultura empresarial. Possui linhas específicas de financiamento, como as linhas de custeio e de investimento de repasse. Os créditos são disponibilizados a partir de recursos próprios e, ou, a partir de linhas de créditos ofertados pelo BNDES, observado o caso e o interesse do associado. Para a atividade agrícola, disponibiliza, também, vários tipos de créditos vinculados a programas de incentivo governamental, como o DIR, DIR-Pronaf e Pronamp.

A oferta de créditos variados está vinculada ao objetivo de “promover o desenvolvimento econômico, social e profissional dos cooperados e da comunidade a partir da implementação de políticas financeiras e da prestação de serviços, promovendo o crescimento e a melhoria da qualidade de vida dos associados.” (Entrevista de 14 de maio de 2014).

Em maio de 2014 o Posto de Atendimento no Município contava com 940 associados entre agricultores e não agricultores. Desses, 63 tomaram junto a instituição algum tipo de crédito, sendo que 11 deles tomaram o crédito especial, ou seja, da instituição. A quantidade de recursos disponibilizados para o crédito especial, aos Postos de Atendimento é deliberada pela Matriz. De posse dos recursos, esses são disponibilizados aos associados. Os tipos de crédito disponibilizados ao setor agrícola estão especificados no quadro 03, conforme segue.

Linha de Créditos	Programas	Prazo /anos	Disponibilidade de recursos	Taxas	Associados beneficiados	Saldo devedor
Custeio Agrícola e Pecuário	Pronaf DIR	1	Trimestralmente	1,5%a.a à 3,5%a.a.	24	569.733,93
Investimento Agrícola e Pecuário	Pronaf DIR	5	Trimestralmente	1% a.a. à 2,0%a.a.	11	186.192,08
Custeio Agrícola e Pecuário	Pronamp DIR	1	Trimestralmente	5,5%a.a	05	352.588,19
Investimento Agrícola e Pecuário	Pronamp DIR	5	Trimestralmente	5,5%a.a	01	65.038,16
Investimentos BNDES	Pronaf Mais Alimentos	10	Ano Safra	1% a.a. À 2%a.a	10	866.379,58
Investimentos BNDES	Finame Agrícola402	10	Ano Safra	4,5%a.a.	01	72.374,33
Recursos Próprios - Empréstimos	Crédito Especial	5	Mensalmente	0,98%a.m.+CDI e 1,25%a.m. +TR	11	402.225,04

Tabela 03: Créditos ofertados pelo Posto de Atendimento de Frederico Westphalen no período de 2012 a 2014.

Fonte: Sicoob Oestecred Posto de Atendimento de Frederico Westphalen. Pesquisa participante junto a gerencia do Posto Local em 18 de Novembro de 2014.

Em relação aos créditos agrícolas, observamos que no Posto de atendimento há a disponibilização ao agricultor de sete programas de crédito voltados para investimento e custeio.

CONCLUSÃO

Ao iniciarmos a discussão, tivemos como proposta realizar estudos bibliográficos para a construção do termo cooperativismo e cooperativismo de crédito em sua trajetória histórica no espaço europeu e brasileiro de sorte a situar o Posto de Atendimento Sicoob Oestecredi no contexto do Município de Frederico Westphalen.

Atendendo a proposta, em termos de trajetória histórica situamos o modelo de cooperativismo que temos como uma forma de organização que faz parte do Sistema capitalista, como uma organização econômica com finalidade social. Surgiu na Europa e sua primeira institucionalização legal foi na Inglaterra em resposta às demandas dos operários que necessitavam uma saída para a exploração econômica a que estavam submetidos. O Cooperativismo de crédito, por sua vez, foi institucionalizado, primeiramente na Alemanha, no espaço urbano, no ano de 1850, em resposta às necessidades de organização de diferentes grupos sociais, operários, comerciantes e industriários. Funcionava como uma caixa de socorro.

Em 1854, foi organizado no espaço rural como uma caixa de socorro e por agricultores pobres que eram explorados na comercialização de seus produtos.

No Brasil, o cooperativismo foi, inicialmente, um movimento elitizado. Foi criado no rural e sob o domínio dos grupos da agricultura de exportação. Somente mais tarde, foi desenvolvido no espaço urbano por meio de associações de ajuda mútuas, organizadas pelo operariado. O Cooperativismo de crédito foi institucionalizado no ano de 1902, no Estado do Rio Grande do Sul em uma reunião de agricultores. Nela, foi criada a primeira Cooperativa de Crédito identificada como Caixa Rural Cooperativa, nome posteriormente alterado para Cooperativa de Crédito. Atualmente, a instituição é conhecida como “Sicredi Pioneira.”

O Município de Frederico Westphalen tem sua base econômica rural, mas apresenta uma população predominantemente urbana e uma crescente e constante migração campo-cidade. Além disto, possui elevado índice de concentração de renda, fator que distância as pessoas e inibe as melhorias sociais.

As cooperativas de crédito, com extensão para a atividade agrícola, são uma realidade no Município desde o ano de 1993, quando houve a instalação da primeira agência, o Sicredi. Coincidentemente, no contexto municipal, no período, foi registrado o desenrolar de um movimento migratório campo-cidade, invertendo os índices populacionais nas duas áreas do território. Em 1970, a população rural representava 63,90% do total. Em 1991, chegou a representar 40,78%; chegando, em 2010, ao índice de 19,13% do total. Diante do exposto, observamos que a oferta de crédito agrícola no período de 1993 até os dias de hoje não alterou o quadro de êxodo rural desenhado no território.

O pequeno histórico de instalação do Sicoob Oestecredi no Município nos permite dizer que, sua presença é recente, contudo, é um Ponto de Atendimento de abrangência regional que, de alguma forma, vem contribuindo para o desenvolvimento econômico local por situar Frederico Westphalen como referência no Médio Alto Uruguai, tornando-o, assim, um ponto de conversão populacional e econômico. Por outro, caracteriza a eficácia das metas empresariais que motivaram a sua instalação: a análise de mercado e a análise de estratégia de expansão.

Também, tendo em vista que a Cooperativa é caracterizada como de “Livre Admissão”, apresenta um programa de abrangência geral, não tendo como especificidade a agricultura familiar. Para a atividade agrícola, disponibiliza vários tipos de créditos vinculados a programas de incentivo governamentais como o DIR, DIR-Pronaf e Pronamp e, a partir de recursos próprios o que mostra a sua ação social.

Registramos, finalmente, a importância de conhecermos a trajetória histórica do cooperativismo, visto que nela se encontram os pilares que devem sustentar esta instituição. O cooperativismo foi criado, pela classe trabalhadora, em um cenário de desigualdade social e de exploração e, por isto, foi fundamentado com um cunho social. A palavra cooperativa vem do verbo latino “cooperari”, que quer dizer realizar junto com alguém e com a mesma finalidade. Assim, a ideia de cooperação incorpora os princípios da solidariedade e da união para a superação das dificuldades ou das necessidades vividas pelo grupo que se solidariza.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Associativismo e Cooperativismo**. Rio de Janeiro: 2014.

AGENDA 2014 SICOOB. Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Oeste Catarinense. Palmitos: Sicoob Oestecredi, 2014.

CENZI, Neri Luiz. **Cooperativismo: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social**. São Paulo: Atlas, 2002.

ESTATUTO DO SICOOB OESTECRED. **Cópia disponibilizada pela gerência do Posto de Atendimento do Município de Frederico Westphalen em Maio de 2014**.

FAVERO, Anderson. Municípios registram perdas econômicas. **Jornal O Alto Uruguai**. Frederico Westphalen, 10 mai. 2014. Caderno Geral. p. 06.

FREITAS. Prefácio. In: OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FRTZEN, Denise. **Cultura política e comportamento eleitoral no município de Frederico Westphalen**. Toledo, 2014, 88f. Dissertação de Mestrado na área de Ciências Sociais – Universidade Estadual do Oeste de Santa Catarina – UNOESC.

IBGE: **Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo – Indicadores Sociais Municipais**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430850&idtema=79&search=rio-grande-do-sul|frederico-westphalen|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais-->>>. Acesso em: 30 out. 2013.

IBGE. **Banco de dados agregados SIDRA: Universo – Tabela 202 – População residente por sexo e situação de domicílio**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp>>. Acesso em: 30 out. 2013.

JACOMELLI, Jussara. **Literatura fotográfica: a memória associativa no município de Frederico Westphalen**. In: PORTO, Ana Paula Teixeira et al. **Travessias e Tessituras: a literatura e outros processos culturais. Anais**. Frederico Westphalen: URI, 2013

PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do cooperativismo de crédito: organização, governança e políticas cooperativas.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.

PERFIL DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN, RS/ **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Disponível em: <atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/Frederico-westphalen_rs>. Acesso em: 15 nov. 2013.

QUESTIONÁRIO aplicado a um funcionário do Antigo Banco Agrícola Mercantil, em 02 de junho de 2014.

QUESTIONÁRIO aplicado ao responsável pelo Posto de Atendimento Sicoob Oestecredi no município de Frederico Westphalen, em 14 de maio de 2014.

QUESTIONÁRIOS aplicados aos associados tomadores de crédito especial junto ao Posto de Atendimento Local no Município de Frederico Westphalen, em Outubro e Novembro de 2014.

RAMBO, Arthur Blasio; ARENDT, Isabel Cristina (org.). **Cooperar para prosperar: a terceira via.** Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2012. 196p.

REVISTA DO PTDRS. FORES, Antonio Joreci; PRESTES, Rose Maria (org.). **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável.** 2ed. Frederico Westphalen, URI/FW, 2010. 144p.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo.** 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense SA, 2007.

SAGI. **Relatório de informações sociais. RI Bolsa Família e Cadastro Único** – Frederico Westphalen, 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Visão_Geral>. Acesso em: 30 out. 2013, às 15hs.

SAGI. **Relatórios de informações sociais. Relatórios Dados Municipais.** MDA. A extrema pobreza em seu município, Frederico Westphalen, 2010. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza>. Acesso em: 30 out. 2013, as 15: 25hs.

SAGI. **Relatório de informações sociais. Bolsa família e Cadastro Único.** Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php>>. Acesso em: 30 out. 2013, as 15: 25hs.

SCHNEIDER, S. ; WAQUIL, Paulo Dabdab . **Caracterização Socioeconômica dos Municípios Gaúchos e Desigualdades Regionais.** In: Revista de Economia e Sociologia Rural. SOBER. Brasília, v. 39, p. 117-142, 2001. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/379.pdf>. Acesso em: 06 out. 2013.

SEN, Amartya; KLIKSBEG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras: 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná de (Org.). **Conceitos e termos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. **Pelos caminhos do cooperativismo**: com destino ao crédito mútuo. 2 ed. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 2002.

Convicções necessárias para o desenvolvimento da agricultura familiar

*Valdir Sangaletti¹
Luis Pedro Hillesheim²*

INTRODUÇÃO

A necessidade da região com base na agricultura familiar ter uma organização cooperativa forte recai num sistema educacional que preserve elementos de cultura, diferenças étnicas e valorização social de seus agentes de desenvolvimento.

Um cooperativismo solidário com olhar mais voltado nas pessoas que no processo de formação de capital, bem como na importância da participação no processo de gestão cooperativa e também a importância do processo de capacitação e formação cooperativa de seus cooperados, dirigentes e parceiros.

A importância da formação, ser evidenciada e fortalecida no decorrer da formação dos jovens, das fases de desenvolvimento do ser humano para que possa construir em si fundamentos emancipatórios da sua responsabilidade frente ao mundo e as demais pessoas.

Quanto a questão do gênero, precisamos destacar essa abordagem a fim de valorizar a participação e o trabalho feminino na gestão e organização das cooperativas, e do sistema de produção familiar da região.

Finalmente destacar que a formação precisa considerar a realidade do sujeito, esse processo de formação valoriza a ideia e ação de cada membro, isso é processo é construção e que definimos na alternância como não ser necessário se ter o conhecimento o que precisamos é saber articular os diferentes espaços de conhecimento existente.

1 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA FORMAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES

1.1 Pedagogia da alternância

A Pedagogia da alternância numa visão moderna é entender que “não precisamos ter o saber” o que precisamos é fazer com que o saber seja mediado pelos agentes de desenvolvimento de um determinado território, utilizando-se do saber do outro em conformidade com o saber

¹ Assistente Técnico Regional da EMATER.

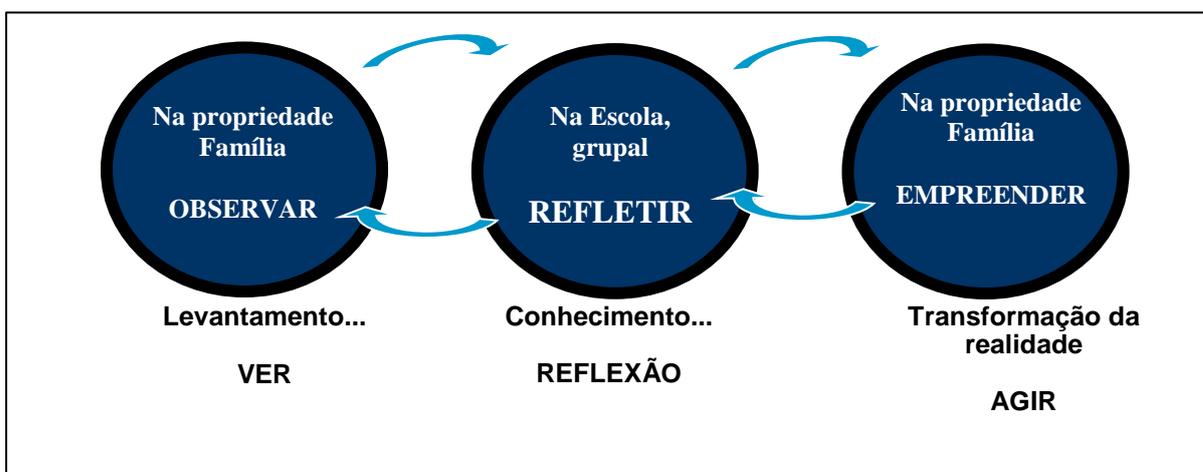
² Professor Me. Coordenador do Curso de Tecnologia em Agropecuária da URI - Campus de Frederico Westphalen.

existente, então não precisamos ter o saber, precisamos saber como construir o saber, mediar, enfim velar o conflito entre os diferentes saberes que já existem e que levarão após a reflexão a novos saberes.

Essa construção acontece num processo educativo dialógico, em que o educando realiza sua formação alternando os períodos de estudos na ambiente escolar, grupal e outros na propriedade, na família relacionando a sua pratica com a teoria. A dinâmica dessa Pedagogia considera a realidade de cada educando, tendo como princípios a participação e organização das famílias, a educação integral, o desenvolvimento do meio e a formação em Alternância. Ela rompe com os modelos tradicionais de ensino, pesquisa e extensão, atuando em espaços e tempos diferentes, utiliza atividades e instrumentos próprios que possibilitam uma formação dos agricultores familiares voltada à realidade social e cultural em que se encontram.

Numa proposta interativa, o processo educativo é desenvolvido em três momentos e espaços significativos:

- O meio socioprofissional familiar, onde o jovem realiza atividades e observa a própria realidade, considerando esses saberes e experiências importantes para o seu desenvolvimento;
- No espaço escolar, grupal, na qual ocorre o estudo teórico, refletindo sobre os conhecimentos já construídos em seu meio socioprofissional familiar, e que é possível problematizá-los e aprofundá-los;
- O meio socioprofissional familiar, novamente, retornando a esse com conhecimentos novos que lhe possibilitem novas experiências sobre a prática, a fim de melhorar suas atividades e produção familiar.



Fonte: Projeto Pedagógico Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen.

Considera-se, portanto, nesse processo desenvolvido através Pedagogia da Alternância que os saberes teóricos e práticos são construídos na relação da Propriedade-Escola, grupo-

Propriedade com o contexto do agricultor familiar. Ademais, para facilitar essa interação, concretizando as ações e facilitando o contato com a realidade e as experiências, faz-se uso de instrumentos pedagógicos coerentes e participativos atuam de maneira dinâmica com o objetivo de envolver os jovens, as famílias e os monitores, “agentes do desenvolvimento rural”.

Dentre esses instrumentos encontramos inicialmente a aplicação da pesquisa participativa com as famílias e os jovens agricultores interessados na sua formação, quando através de um questionário traça-se o perfil existente na região, suas características e realidades. A partir disso, constitui-se o Plano de Formação o qual propõe para cada Alternância, um projeto de estudo no meio familiar, o que permitirá ao jovem desenvolver seu conhecimento e, partindo do seu conhecimento, chegar à curiosidade de conhecimentos de caráter técnico e científico. Os conteúdos são voltados a um tema gerador, o qual abrange as diversas áreas do conhecimento, tendo em vista à realidade do jovem e sua família.

1.2 Os instrumentos pedagógicos da alternância

Os Instrumentos Pedagógicos representam uma das características da Pedagogia da Alternância, ou seja, a alternância possui um dispositivo pedagógico específico. Este texto apresenta sucintamente um conjunto das ferramentas e atividades metodológicas que contribuem para o processo pedagógico da alternância. São estes instrumentos e atividades que podem fazer a diferença. Se bem manuseados pelos Professores, Monitores e outros atores implicados que colaboram com a formação, eles podem fazer com que a alternância seja "um processo formativo contínuo que acontece na descontinuidade das atividades". É importante salientar que estas atividades e instrumentos não são soltos. O Plano de Formação, na verdade, constitui-se no que chamamos de um dispositivo pedagógico onde estas atividades e ferramentas são organizadas e articuladas. Neste texto não vamos aprofundar sobre este dispositivo, mas apresentar cada um das atividades e instrumentos na forma de verbete.

As atividades e Instrumentos tratados neste texto são:

1. Plano de Estudo
2. Atendimento Personalizado – tutoria – orientações
3. Colocação em Comum
4. Caderno da Realidade – caderno do Acadêmico
5. Caderno Didático – Polígrafos
6. Visitas e viagens de estudo
7. Intervenções externas- palestras

8. Experiências
9. Visitas de acompanhamento às famílias e comunidades
10. Estágio
11. Projeto Profissional do jovem
12. Calendário de Planejamento das alternância
13. Avaliação

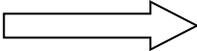
2 PLANO DE ESTUDO

Para cada sequência de alternância: família-universidade-família, a unidade e a ação pedagógica são dadas através de uma organização temática. Os temas têm sua fonte na realidade dos alunos, nas atividades da vida profissional, familiar e social, afirma Gimonet (1998). Na experiência brasileira, influência de Paulo Freire, os temas são denominados "temas geradores". Dos temas geradores subtraem os Planos de Estudo que são, na verdade, sub-temas variados de um tema mais geral.

O Plano de Estudo é o principal instrumento pedagógico na articulação entre os, conhecimentos empíricos e teóricos, trabalho e estudo. Ele é um caminho de mão-dupla, uma que traz os conhecimentos da cultura popular para a Universidade e a outra é responsável de levar para a vida cotidiana as reflexões aprofundadas na Universidade.

O quadro abaixo representa o funcionamento da alternância de uma forma orgânica, onde o Plano de estudo é o ponto de partida do processo, elo de integração entre a vida e a escola. Ele se articula com diversas atividades e demais instrumentos específicos da alternância.

Escolar, grupal Vida Coletiva no meio escolar	FAMÍLIA meio socioprofissional Vida familiar, profissional e social	Escolar, grupal Vida Coletiva no meio escolar	FAMÍLIA meio socioprofissional Vida familiar, profissional e social
Preparação da Estadia Aplicação do Plano de Estudo sobre uma atividade, um tema gerador, uma disciplina do curso.	Observação/ Discussão Descrição/ síntese pessoal Relato de vida no caderno de Análise/ Reflexão	Colocação em comum Problematização Aprofundamento Teórico das disciplinas na Universidade por parte dos professores Aulas/ palestras/ visitas	Aplicação Experimentação Questionamento crítico Olhar novo (atividades Retorno)

		conceitualização	
		Aplicação do novo PE	

2.1 Atendimento personalizado

Se o Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária, na Universidade, tem como uma de suas finalidades a formação integral e personalizada a tutoria seria uma das estratégias para se buscar a formação personalizada e reforçar a formação integral.

A Tutoria consiste no acompanhamento personalizado do aluno. Cada monitor/a acompanha um grupo de aluno e o assiste dando a cada aluno a oportunidade de um momento a sós para tratar do Plano de Estudo, do Caderno da Realidade, da convivência em casa, na Universidade. Formalmente, a acolhida personalizada se dá no início da sessão na Universidade, mas se estende informalmente ao longo da sessão. Ou seja, o Professor/a e Monitor/a acompanha o/a aluno/a ao longo de toda a sessão escolar.

2.2 Colocação em comum

Ao retomar da família, meio socioprofissional o jovem traz a pesquisa do Plano de Estudo numa síntese pessoal. O Professor aprecia o trabalho de cada um, individualmente, utilizando o recurso tutoria como vimos acima.

Em seguida, vem a Colocação em Comum, momento de socialização do Plano de Estudo. Neste processo busca-se construir um texto comum, uma espécie de síntese do conhecimento de cada um. Os Professores e monitores acompanham e facilitam o processo para que haja participação efetiva e ativa dos Acadêmicos. Além do mais, provocam o debate, problematizam o tema e levantam os pontos de aprofundamento para as aulas e disciplinas a serem administradas posteriormente.

2.3 Caderno da realidade – caderno do acadêmico

É o registro de conhecimentos sobre a realidade. Nasceu da necessidade de sistematizar a pesquisa; nele o jovem registra todas as suas reflexões e estudos aprofundados. É o elemento que permite a sistematização racional da reflexão e ação provocadas pelo Plano de Estudo. "Lugar" onde ficam ordenadas as informações e experiências realizadas em casa e na Universidade.

A nível didático o Caderno da Realidade representa:

- a) Tomada de consciência e uma particular percepção da vida cotidiana do acadêmico alternante;
- b) Desenvolvimento de formação geral, porque retrata a história da família, da propriedade onde trabalha, da Comunidade, das organizações, profissionais e de outros aspectos que compõem a estrutura familiar, social e profissional regional;
- c) Representa um elemento de orientação profissional porque as reflexões registradas são frutos dos trabalhos do acadêmico, da vida profissional e social da família.

A nível pedagógico o Caderno da Realidade representa um instrumento precioso no aprofundamento das aulas e na avaliação do desenvolvimento psíquico-afetivo , motor, intelectual, organizacional e profissional do alternante.

2.4 Caderno didático

É como se fosse o livro didático. Constitui um material específico com uma metodologia própria, elaborada para aprofundar teoricamente o Plano de Estudo. A título de exemplo: O plano de estudo sobre criação de Bovino de Leite ou Matemática pode e deve sugerir Cadernos Didáticos.

2.5 Visitas e viagens de estudo

As visitas de estudo têm por finalidade levar os acadêmicos a observarem a prática em ambientes diferentes àquele em que vivem; experiências existentes, seja no campo profissional, ou social. Visam o conhecimento de novas realidades e de novas técnicas, o confronto com realidades diferentes da sua e realizar intercâmbios de informações e experiências práticas no campo profissional e social.

As visitas são motivadas pelo Plano de Estudo. É uma forma de complementar o tema em estudo, valorizando o conhecimento prático de profissionais da região. É mais uma estratégia de aprendizagem a partir da experiência dos outros.

As viagens de estudo são realizadas uma vez, pelo menos, a cada semestre para locais mais distantes do município e região. Elas seguem os mesmos objetivos e recomendações de preparação e acompanhamento propostos para as visitas.

2.6 Intervenções externas

As intervenções Externas são atividades livres. Elas consistem em palestras, cursos,

seminários, realizados para complementar os Planos de Estudo. São convidados agricultores, pais, mães de alunos, produtores, técnicos, profissionais que tenham afinidade e algo a contribuir a partir da experiência pessoal. Eles transmitem o saber fazer, através de testemunhos. De acordo com a criatividade do grupo as intervenções externas podem variar muito de temas incluindo também outros temas transversais ligados aos interesses mais diversos dos acadêmicos. Aspectos lúdicos, espirituais, entre outros, têm espaço nesta atividade que muito enriquecem e valorizam a vida do alternante.

2.7 Experiências

As Experiências consistem na fase conclusiva de um tema de Plano de Estudo. Cada professor de disciplina planeja com os educandos a forma como retomar a pesquisa para a família, Comunidade ou entidades sociais e produtivas onde a pesquisa foi realizada.

Uma atividade retorno, poderá ser por exemplo: a realização de uma palestra na comunidade, o desenvolvimento de uma campanha, a demonstração de uma técnica. etc.

A experiência consiste na realização de uma pesquisa, ou de uma demonstração mais complexa. Exigem preparação e acompanhamento dentro de critérios técnicos para se obter os resultados esperados. Por exemplo: provar que o plantio de mandioca com um determinado espaçamento e preparo do solo poderá produzir mais e render mais lucro; as experiências são realizadas tanto na Universidade, quanto em casa ou nas comunidades.

2.8 Visitas às famílias e comunidades

Atividade desenvolvida pelos professores e monitores no meio familiar do aluno. Têm por objetivos:

- a) Aproximar a universidade da família e comunidades;
- b) Facilitar conhecimento da realidade do aluno;
- c) Criar condições para o estabelecimento do diálogo entre professores, monitores, pais e entre pais e filhos, proporcionando discussões e entendimento sobre as responsabilidades de cada um no processo educativo dos acadêmicos; sobre questões técnicas e pedagógicas da universidade;
- d) Incentivar mais os pais no acompanhamento do filho durante a alternância no meio sócio-profissional, de forma que eles se tornem monitores durante este período de aprendizagem em seu meio.

e) Envolver mais os pais na vida da Universidade e na participação junto a organização dos estudos.

2.9 Estágio

Constitui em mais um dos recursos utilizados na estrutura pedagógica. São atividades programadas, com duração de um, dois dias ou até uma semana em propriedades agrícolas, empresas, entidades sociais, órgãos de pesquisa, assistência, serviços etc. Os estágios devem estar ligados e orientados pelos professores e as disciplinas de Elaboração e Implantação Prática de Projetos.

2.10 Projeto profissional do jovem educando

Ao iniciar seus estudos na Universidade, o educando será orientado a construir o seu Projeto de vida. Será um meio do acadêmico concretizar as pesquisas dos Planos de Estudo, buscando conhecer melhor a realidade socioeconômica, cultural, política e profissional regional. Começar a pensar no futuro como profissional. O Projeto será um meio de buscar inserção no mundo do trabalho, ou seja, de implementar um empreendimento que gere emprego e renda para o educando e sua família. Com este instrumento o curso pretende proporcionar aos educandos uma alternativa de futuro para o campo. Por isso, os Planos de Estudo deverão orientar-se nesta linha, da Orientação Profissional de acadêmicos empreendedores rurais. Esta estratégia dependerá do grau de compromisso do educando, sobretudo, do apoio da família.

2.11 Calendário de planejamento das alternâncias

É um meio de comunicação entre a universidade e a família. Com ele a família se envolve no processo, acompanhando e orientando o membro da família que está fazendo o curso, sobre o que fazer durante a estadia em casa; realização de um Plano de Estudo, um estágio, uma experiência, uma atividade retorno, uma pesquisa por matéria, etc. A família sabe dos temas em estudo na Universidade, inclusive das avaliações de convivência, habilidades práticas e aprendizagem. Por outro lado, o calendário de planejamento traz informações sobre o tempo de estudos no meio socioprofissional que auxilia os alunos na realização de suas tarefas e atividades comunitárias.

2.12 A avaliação

Podemos perceber que a vivência representa uma aprendizagem contínua, assim necessitamos de instrumentos adequados que nos permitam avaliar o desenvolvimento do aluno, nas novas atitudes, suas relações práticas no momento em que passa no meio familiar e no meio universitário, nos permitindo apreender; seu nível de capacidade de expressão, aquisição de novos conhecimentos, a nível intelectual, humano/ social e de aplicação prática. O ator principal desse processo é o próprio aluno, os agentes auxiliares são os pais, professores e monitores, que devem colaborar com os métodos de avaliação, tendo em vista que seu objetivo é averiguar em que o aluno necessita ser apoiado para melhorar seu desenvolvimento e também para que a família, professores e monitores percebam se precisam melhorar suas técnicas de orientação. Portanto, a avaliação no curso é um processo formativo contínuo, que busca diagnosticar para aprimorar o processo de aprendizagem, as habilidades e atitudes.

As avaliações no curso são contínuas e levam em conta todo o processo. Considera-se que a avaliação é formativa e não para classificar o aluno com uma nota.

3 COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Cooperativismo é uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, cooperativa pode ser entendida: “Como uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum através de criação de uma empresa de propriedade conjunta e gerida de democrática”.

As empresas cooperativistas são organizações que oferecem uma importante contribuição para o desenvolvimento econômico, incorporada à geração e à repartição de renda e à criação de empregos. Todavia as cooperativas facilitam a distribuição dos resultados econômicos proporcionais às operações com seus associados. (BENECKE, 1980).

Os sócios são os responsáveis pela constituição e gestão da sociedade, na qual deve garantir a igualdade de direitos e deveres.

As sociedades cooperativas estão reguladas pela Lei nº 5.764, de 1971 que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas. Dispõe o art. 5º, inciso XVII, da Constituição Federal, que a criação de associações e, na forma da lei, a de

cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

São sociedades de pessoas de natureza civil, com forma jurídica própria, constituídas para prestar serviços aos associados e que se distinguem das demais sociedades pelas seguintes características:

- a) Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- b) Variabilidade do capital social, representado por cotas-parte;
- c) Limitação do número de cotas-parte para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade;
- d) Inacessibilidade das quotas partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- e) Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da assembleia geral;
- f) Quorum para o funcionamento e deliberação da assembleia geral baseado no número de associados e não no capital;
- g) Indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica educacional e social;
- h) Neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- i) Prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- j) Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Os artigos 1.094 e 1095 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, dispõem também sobre características das sociedades cooperativas.

Nos termos do art. 6º da Lei nº 5.764, de 1971, as sociedades cooperativas são consideradas:

- 1) Singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;
- 2) Cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;
- 3) Confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados. Normativo: Lei nº 5.764, de 1971, artigos 6º e 7º. Estas sociedades poderão, com o

fim de viabilizar a atividade de seus associados, adotar qualquer objeto, respeitadas as limitações legais no sentido de não exercerem atividades ilícitas ou proibidas em lei.

O capital social das sociedades cooperativas é subdividido em quotas-partes e a subscrição pode ser proporcional ao movimento de cada sócio. Para a formação do capital social poder-se-á estipular que o pagamento das quotas-partes seja realizado mediante prestações periódicas, independentemente de chamada, em moeda corrente nacional ou bens.

A legislação cooperativista prevê que a integralização das quotas-partes e o aumento do capital social poderão ser feitos com bens avaliados previamente e após homologação em Assembleia Geral ou mediante retenção de determinado porcentagem do valor do movimento financeiro de cada sócio. Por outro lado, o artigo 1.094 do **Código Civil** estabelece que capital social, será variável, a medida do ingresso e da retirada dos sócios, independentemente de qualquer formalidade homologatória, ou seja, basta que o interessado em associar-se se apresente, comprove sua afinidade ao escopo da sociedade cooperativa e comprometa-se a pagar o valor das quotas-partes que subscrever, nas condições que lhe forem oferecidas e na saída, é suficiente que se apresente como retirante e receba o valor de suas quotas e o que mais tiver de direito, consoante às regras vigentes na entidade.

O Código Civil traz como novidade a dispensa da sociedade cooperativa de formar o capital social inicial com quotas-partes dos sócios, ou seja, o início da atividade econômica da sociedade poderá ocorrer sem que lhe seja oferecido qualquer recurso inicial. (Normativo: Lei nº 5.764, de 1971, art. 24; Código Civil - Lei nº 10.406, de 2002, art. 1.094).

4 PRINCÍPIOS E VALORES DO COOPERATIVISMO

Os Pioneiros de Rochdale, ao fundarem a sua cooperativa de consumo em 1844, decidiram compilar um conjunto de princípios, buscados em múltiplos precursores do cooperativismo, para servirem de base para o seu funcionamento. Posteriormente, os Congressos e Assembleias da Aliança Cooperativa Internacional em Paris (1932), Viena (1966), Tóquio (1992) e Manchester (1995) os reafirmaram, realizaram modificações e acrescentaram outros. Podemos nos valer deles para entender as proposições de funcionamento da cooperativa, mas também precisamos manter uma postura crítica sobre os seus limites e implicações. Tradicionalmente, costuma-se dizer que foram seis os princípios originalmente compilados. Outros dois foram acrescentados posteriormente. E um foi excluído.

Na consolidação proposta no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional de Manchester (1995), houve uma revisão desses princípios. O resultado obtido naquele congresso

foi, primeiramente uma declaração a respeito dos valores e a definição de sete princípios cooperativistas. Sobre tais valores, Irion afirma que:

Valores são experiências morais, de caráter permanente que se constituem no arcabouço do pensamento e da conduta dos cooperativistas. A interação dos valores e dos princípios com as ideias gerais constitui a base doutrinária que embasa e legitima o cooperativismo. Os valores são permanentes e os princípios, ao interpretar os valores, podem ser adaptados às circunstâncias relativas ao local e ao tempo em que é posta em prática a doutrina cooperativista Irion (1997, p. 47).

Nessa perspectiva, Irion acredita que os valores básicos do cooperativismo possibilitam a construção de pilares essenciais pela sociedade cooperativa, visando promover melhorias nos cooperados, de modo a refletir positivamente nas suas atividades e ações desenvolvidas na organização, que proporcionem benefícios à sociedade como um todo. Para o autor, os valores básicos que foram utilizados na confecção dos princípios cooperativistas são:

- **Solidariedade**

A solidariedade é um valor essencial que deve estar presente nas diversas instâncias de uma cooperativa, é um fator primordial para a existência e o fortalecimento da cooperação entre os associados da cooperativa.

- **Liberdade**

O valor cooperativista da liberdade permite aos associados da cooperativa retirarem-se do empreendimento no momento que lhe for conveniente e também aos pretendentes de tornarem-se cooperados por livre e espontânea vontade. A liberdade é relativa dentro da organização, limitada por regras de conduta impostas pelo próprio grupo.

- **Democracia**

A democracia não tem seu sentido aqui entendido apenas na forma de participação e organização política dentro das cooperativas, mas sim na participação de todos os associados nas reuniões, do direito de opinião, da oportunidade do exercício das funções diretivas entre outros. A aplicação do valor de democracia inibe a distinção entre pessoas, bem como o surgimento de grupos de interesse ou figuras de poder.

- **Justiça Social**

Com a promoção da Justiça Social, é adquirida a evolução pessoal dos indivíduos, que se concretiza através da promoção das pessoas, através da educação, cultura, qualidade de vida oportunidade de trabalho e de realização pessoal.

- **Equidade**

A equidade garante o tratamento igual, de acordo com o grau de participação nas relações humanas e de contribuição para os associados. Através da equidade, as cooperativas põem em prática um direito igual para todos os associados de participarem da organização, partilhando igualmente os benefícios resultantes. A equidade pode ser vista sob três aspectos: 1) Associativa que estabelece direitos e deveres iguais para todos os sócios, 2) A Econômica que garante a distribuição dos resultados proporcional à participação do associado nos negócios, 3) A Social que obriga a cooperativa a assistir aos associados sem discriminação.

- **Participação**

A participação ativa de todos os cooperados nos diversos estágios de desenvolvimento organizacional de uma cooperativa determina até que ponto os objetivos traçados pelo empreendimento serão alcançados de forma eficaz. A participação deve ser entendida ao mesmo tempo como um direito e um dever dos cooperados, pois do mesmo jeito que são donos do empreendimento e podem participar livremente da gestão e da tomada de decisões, são obrigados a participar para contribuir com o coletivo.

- **Universalidade**

Através do valor da universalidade as pessoas e os grupos associados descobrem o seu maior valor e enriquecimento não em ações individuais, mas no trabalho coletivo em prol de objetivos de interesse universal. A cooperação universal auxilia na inexistência de qualquer distinção de classe, raça, cor ou religião, estabelecendo a união entre todos em razão de interesses que atendam as necessidades da coletividade.

- **Honestidade**

A honestidade é um aspecto componente da formação do caráter do ser humano, cada vez mais desprezado na sociedade. Com a intenção de promover uma reforma moral das pessoas, os pioneiros do cooperativismo buscavam sempre alertar para as atitudes e o comportamento dos indivíduos na sociedade. Através da honestidade, a cooperativa é capaz de estender cada vez mais sua influência com o ambiente externo, haja vista que, devido às suas ações a sociedade acreditará cada vez mais no sistema cooperativista.

5 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Os sete princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática. Foram aprovados e utilizados na época em que foi fundada a primeira cooperativa do mundo, na Inglaterra, em 1844.

Em 1995, ao comemorar-se o centenário de sua fundação, em Congresso realizado em Manchester, a ACI – Aliança Cooperativa Internacional, estabeleceu os princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo, resumidos nas sete proposições a seguir: São eles:

- **Associação voluntária e aberta:** ou seja, podem associar-se às cooperativas todos aqueles que apresentem condições de utilizar seus serviços e queiram aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, raça, condição social, preferência política ou credo religioso.
- **Controle democrático dos membros:** significa participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões. Enquanto nas cooperativas de primeiro grau pratica-se a igualdade de direito (um membro, um voto), nos demais níveis os critérios de votação poderão ser estabelecidos segundo a representação dos associados por um determinado número de delegados devidamente credenciados.

Deve vir acompanhado da possibilidade de todos os sócios manterem uma posição de igualdade em termos de apropriação dos poderes políticos e econômicos, estar em condições de serem eleitos para qualquer cargo de direção e da possibilidade de usufruir de todos os benefícios que a cooperativa pode prestar.

Este princípio da organização democrática leva em conta também a necessidade das cooperativas manterem a sua autonomia frente ao Estado, o que, aliás, também é garantido pela atual Constituição Federal nos itens XVI a XX do artigo 5º.

- **Participação econômica dos seus membros:** ou seja, controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. A Assembleia Geral poderá fixar uma limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que associa-se à cooperativa (quotas-partes), bem como benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa. Poderão, ainda, ser criadas outras contribuições - para fundo de reserva, o desenvolvimento das atividades da cooperativa ou outras iniciativas aprovadas pelo corpo de associados.
- **Autonomia e independência:** decorrem do entendimento adotado pela ACI de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização. No caso de haver entendimentos para apoio de outras organizações, inclusive governos, ou captação de recursos de fontes externas, devem ser assegurada a autonomia e o controle democrático da cooperativa por seus próprios associados. As cooperativas devem poder se constituir e funcionar com liberdade e desenvolver as suas finalidades sem ter que se submeter nem ao Estado ou a outras instituições, bem como sempre buscar não se tornarem reféns de financiadores ou contribuidores de capital.
- **Educação, treinamento e informação:** dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento. Além disso, a natureza e os benefícios do cooperativismo devem estender-se ao público, em especial aos jovens e aos líderes da comunidade.
- **Cooperação entre as cooperativas:** o trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva.

- **Compromisso com a comunidade:** ou seja, os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades.

As organizações de agricultores se apresentam como ferramentas fundamentais para desenvolvimento rural sustentável, na produção de alimentos saudáveis contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida das pessoas, pois a região apresenta várias potencialidades que contribuem para o desenvolvimento do trabalho e das organizações como: A região é formada por famílias de agricultores familiares; o maior percentual da população reside no meio rural; a matriz produtiva da região é diversificada; existência de uma forte organização de pequenas cooperativas de agricultores familiares; existência de demanda para os produtos da agricultura familiar no comércio local, para o Programa de Aquisição de Alimentos e no Programa Nacional de Alimentação escolar; possibilidade de fornecimento de alguns produtos para outras regiões que tem dificuldade de produção; possibilidade e interesse das entidades e profissionais de desenvolver ações conjuntas, potencializando resultados, estão fortalecidos hoje na região, com a Emater/RS através da Unidade Regional de Cooperativismo, ADMAU-Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai e Universidades; é forte e presente a necessidade de valorização das famílias rurais e das organizações de agricultores; condições geográficas e climáticas que permitem a produção de vários produtos agrícolas e pecuários com sabor e qualidade.

Porém destacamos algumas fragilidades e limites que dificultam um maior desenvolvimento do processo, como: Falta de canais de distribuição e canais logísticos adequados à realidade local; pouco planejamento da produção, tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, para atender as demandas dos mercados; falta de sistemas de informação de apoio à comercialização; falta de um serviço de ATER pública nos três níveis de governo que atenda a demanda das famílias de agricultores familiares; falta de estrutura em vários municípios para realizar a inspeção municipal de produtos de origem animal; falta de um programa de capacitação continuada para os associados das organizações de agricultores; pouca política pública de apoio a comercialização da produção diversificada.

CONCLUSÃO

A construção do cooperativismo precisa considerar meio externo, os demais espaços da sociedade. O processo de construção da sociedade exige elemento de formação do ser humano como pessoa integral, capaz de desenvolver-se com auxílio dos demais, um sujeito aberto e que

atenda as necessidades reais existentes em seu meio. Difícil construir um sistema cooperativo com pessoas que não possuíram formação voltada aos princípios e valores da cooperação, é exigir algo do ser humano que não lhe foi proporcionado antes, então precisamos estar atentos para: a) uma escolarização voltada à dinâmica da cooperação, entendemos aqui que precisamos implementar nas séries iniciais e finais da educação básica a educação cooperativa; b) pensar num sistema de gestão e formação cooperativa; c) implementar na metodologia de ensino o espírito cooperativo e de trabalho cooperativo; d) manter nas cooperativas um sistema formal contínuo de formação e educação nas famílias dos associados; e) implementar políticas públicas nos três níveis de governo que possibilitem a capacitação e formação no cooperativismo, na produção e distribuição e organização da produção; f) um sistema de formação com base na alternância, ligação entre o pensar e o fazer, o que une o pensar e o fazer é o trabalho, e isso une as pessoas e as instituições.

Precisamos fortalecer todas as diferentes formas de organização dos agricultores familiares na sociedade, pois como segmento de sociedade representam 70% da produção de alimentos, para tanto sua dinâmica de existir exige um sistema que envolve diversos agentes do desenvolvimento, imaginamos nossa região sem esses agentes: sindicatos, associações, cooperativa, serviço de ATER público, produção coletiva de alimentos, sistema coletivo de lazer e organização dos agricultores.

Com isso, precisamos fortalecer o processo coletivo de formação, produção e comercialização dos agricultores familiares no intuito de ter mais qualidade de vida na família. Sem fortalecer o processo de formação cooperativa dos jovens e das mulheres na agricultura familiar, como poderemos ter continuidade desse segmento da agricultura?

REFERÊNCIAS

INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS DA ALTERNÂNCIA. In: AMEFA. Projeto Pedagógico da EFA. Belo Horizonte: 2000.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre: Coojornal; Recife: Assocene, 1980.

IRION, J. E. Oa. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: STS, 1997.

Sindicato Dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito: uma análise sociológica de sua história

Maico Celso Wolf¹

Tatiane Fontana Ribeiro²

Jussara Jacomelli³

INTRODUÇÃO

Para compreender o modo de pensar e agir das pessoas, é necessário analisar o conjunto de fatores que interferem nas suas relações. Para isso, um dos caminhos é o entendimento da sociedade a que pertence o ser humano, bem como suas relações interpessoais.

A sociologia é uma ciência que visa a compreensão mais precisa e detalhada dos fenômenos sociais. Consequentemente, ela possui caráter objetivo para estudar a sociedade. De acordo com Oliveira (1999, p.13), “a principal característica da observação científica é a objetividade.”.

Vila Nova (2010, p. 30), por sua vez, afirma que a sociologia é ciência e como tal se caracteriza como um “sistema de conceitos, proposições e teorias”, nos quais é essencial a observação da realidade e a análise de seus critérios. Para tanto, deve haver teorias significativas que orientem esse estudo para explicar como é a sociedade.

Toda ciência busca verdades que se aproximem de uma verdade absoluta. Nesse sentido, sempre inova conhecimentos já existentes, podendo-os transformar ou apenas ampliá-los e, com isso, contribuir para a resolução de problemas, sejam eles individuais ou coletivos, presentes nas relações sociais. (OLIVEIRA, 1999). A Sociologia é uma disciplina, que busca a partir do olhar interdisciplinar estudar a sociedade. Demo explica que a sociologia significa o tratamento teórico e prático do problema da desigualdade social (1985). Ela existe, exatamente, porque a Sociedade é desigual.

Diante da questão da desigualdade social e da necessidade de entender o modo de pensar e agir do homem, a partir do entendimento da sociedade da qual faz parte, o presente artigo aborda o tema do associativismo, tendo como enfoque o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rodeio Bonito, tencionando a realização de uma análise sociológica da sua trajetória histórica e do contexto de sua formação.

¹ Graduando do Curso de Matemática na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

² Graduando do Curso de Matemática na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

³ Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

1 CRITÉRIOS DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Cada pessoa é parte do meio social em que está inserido, isto é, suas características condizem e muitas decorrem do meio. Demo (1985, p. 19) acredita que “[...] o todo é maior que a soma das partes, ou seja, o indivíduo é algo diferente do indivíduo isolado.” Ou seja, o indivíduo faz parte de um contexto, assim como os resultados de sua organização social.

Para Demo (1985) deve haver uma adequação entre teoria e metodologia. Em suas definições afirma que há necessidade de uma metodologia dialética, ou seja, uma metodologia de contraposição, contradição que venha a calhar em novas ideias sobre o tema central da sociologia que é a desigualdade social.

Para explicar a ciência da realidade, levando a Sociologia para dentro da mesma, Demo (1985) salienta que há dois expedientes principais, sem a prática e as técnicas de experimentação. A contribuição decorrente do primeiro, é a possibilidade de imaginar a associação das teorias à prática e até que ponto ocorre a concretização das mesmas na realidade social. Quanto ao segundo, o autor explica que no final a realidade deve ser considerada como superior aos demais aspectos.

Já Vila Nova (2010) afirma que a sociologia deve se preocupar em explicar precisamente, a partir de observações e análises, como realmente é a sociedade e não buscar soluções ou pressupostos para transformá-la. Ainda nesse sentido, como afirma Demo (1985), é necessário repensar a teoria para que essa venha a se aproximar da realidade, visto que não é suficiente possuir um grande embasamento teórico sobre um determinado assunto, se a parte prática não condiz com a teoria. O autor exemplifica isso ressaltando a questão da democracia, a qual teoricamente existe e é um sistema aparentemente “perfeito”, porém isso não pode ser comprovado na prática.

Apesar das profundas evoluções e mudanças rápidas, a principal forma de comunicação continua sendo a linguagem, que se dá no diálogo, na oralidade. Oliveira ressalta a ocorrência de interações sociais na sociedade e, essa é importante porque provoca uma série de modificações de comportamento humano, “como resultado do contato e da comunicação que se estabelece entre eles.”(1999, p. 23).

Vivemos em uma sociedade marcada por uma globalização capitalista e permeada de complexos meios e mecanismos de competitividade, o que gera uma crescente diferenciação social. Diferenciação social, política e econômica que tem levado o homem a criar associações para a defesa de interesses comuns para determinados grupos. Nesse sentido, para estudar o sindicalismo rural no Município de Rodeio Bonito entendemos, com base nos conceitos dos

autores que trouxemos para o texto, que é necessária a realização de uma análise sociológica interdisciplinar de sua trajetória histórica e do contexto de sua formação.

2 DOS PROCESSOS SOCIAIS AO SINDICALISMO EM RODEIO BONITO

2.1 Realidade social e processos sociais

A partir do séc. XVIII, com a Revolução Industrial, o homem passou a concentrar seu potencial em função da lucratividade em todos os seus afazeres. As diferenças sociais ficaram cada vez mais claras, principalmente diferenciando burgueses de operários. Deserdadas do direito a terra, as populações expulsas do campo passaram a servir de mão de obra nas indústrias.

Essas populações, Injustiçadas pelo afastamento da terra, continuaram injustiçadas na exploração a que foram submetidas no trabalho industrial. Para superar as injustiças e a exploração, passaram a se organizar em associações, inicialmente de ajuda mútua, e que foram fomentando vários outros formatos, como o sindicalismo. Segundo Queiroz (2007, p. 19)

O movimento sindical como instrumento de defesa dos direitos humanos e interesses da coletividade em geral, e da classe trabalhadora, em particular, foi uma das invenções mais criativas da humanidade. De um lado porque permite a distribuição de renda de forma negociada, dentro do regime democrático no sistema capitalista e, de outro, porque reconhece a existência do conflito e permite a sua solução de forma civilizada, mediante regras e procedimentos que deem o mínimo de equidade aos entendimentos entre patrões e empregados.

De acordo com Oliveira (1999) o ser humano precisa se relacionar com seus semelhantes, para se habituar, se desenvolver e sobreviver. Disso surgem os contatos sociais que podem envolver ou não sentimento, sendo primários ou secundários, respectivamente, os quais dependem do contexto. Nos últimos anos os contatos secundários aumentaram significativamente em relação aos primários, já que com o avanço da globalização as pessoas passaram a se comunicarem através de redes sociais e a manter, primordialmente, relações técnicas com os outros, sem muito afeto, devido a prevalência demasiada de desejo por acúmulo de capital alimentado por um sentimento de egoísmo.

A partir do exposto, surgem os processos sociais que, conforme Oliveira (1999) provém dos contatos e da interação social entre os indivíduos e grupos presentes na sociedade. Os mesmos podem ser associativos ou dissociativos, sendo que os primeiros deveriam ocorrer mais frequentemente nas relações sociais, tendo em vista que objetivam que haja a cooperação, acomodação e assimilação entre as pessoas, enquanto que os processos sociais dissociativos preconizam a competição e o conflito, ideais que marcam a sociedade competitiva atual.

Sociologicamente tratando, a partir dessa pequena discussão, podemos dizer que as formas associativas, organizativas da sociedade podem envolver o ser humano em relações primárias ou secundárias. As relações entre patrões e empregados são formadas por contatos sociais de ordem “secundários”, mas as relações entre os oprimidos apresentam uma identidade de contatos sociais de ordem “primária” e, é essa dimensão da relação que viabilizou a formação das primeiras organizações operárias, bem como seus avanços e conquistas. Isso porque se constituíram como organizações associativas, cooperativas, solidárias.

2.2 Sindicalismo

Em razão do crescimento pessoal e o surgimento de várias comunidades, desenvolveu-se uma sociedade pautada no desenvolvimento da vida urbana, com ênfase no comércio e nas relações contratuais. Leis, costumes, e tradições passaram a constituir formas de regulamento do convívio social. (SAFFRAIDER, 2003)

Desse modo a sociedade, pode-se dizer, caracteriza-se por agrupamentos de pessoas que estabelecem relações econômicas, políticas e culturais, que se subdividem em grupos de pessoas com interesses e objetivos comuns, originando assim diversos modelos de associações dentre as quais se podem citar os partidos políticos e os sindicatos cujo principal objetivo é defender os interesses de determinada classe social, seja ela econômica ou profissional. (SAFFRAIDER, 2003)

A classe dos trabalhadores, livres e assalariados surgiu em função da expansão do capitalismo que se deu a partir da Revolução Industrial. Com essa nova realidade, os trabalhadores deixaram de trabalhar em suas residências, para operar equipamentos em fábricas, indústrias etc. O trabalho artesanal, então foi, gradativamente, sendo substituído pelas máquinas.

Com o intuito de evitar mobilizações de grupos organizados, que eram contrários a liberdade individual, vários Estados com ideais capitalistas passaram a coibir associações de trabalhadores. Todavia,

Dois anos após a Revolução Francesa sobreveio a famosa *Loi Le Chapelier*, de 14 de junho de 1791, considerada, pelos reflexos que trouxe o ponto final do regime corporativo. Essa lei proibiu associação de profissionais sob qualquer finalidade, punindo com multa e até prisão os que tentassem realizar assembleias ou de alguma forma procurassem executar suas decisões. (SAFFRAIDER, 2003, p. 16)

No ano de 1824, o direito inglês, embora não concedesse personalidade jurídica aos sindicatos, reconheceu o direito aos trabalhadores ingleses se associar cooperativamente. Nesse sentido, foi revogada a proibição de assembleias de trabalhadores e reconhecidos veridicamente

os movimentos associativos. No Brasil, o movimento associativo e sindical passou a ser fomentado a partir da chegada dos imigrantes europeus.

2.3 O sindicalismo no Brasil

Da Europa, as ideias de associações para suprir dificuldades comuns chegaram a diferentes lugares do Mundo. Para o Brasil, os imigrantes europeus trouxeram várias noções associativas, entre elas, a organização sindical. É importante dizer que a história do Brasil traz o registro da escravização humana e, nesse período, o desenvolvimento de associativismos de “tipo europeu” praticamente não aconteceu. Vianna e Pochmann, em seus estudos, traçam o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, subdividindo-o em fases.

Vianna (1978) divide a discussão da formação e atuação do movimento sindical no Brasil em nove fases. A primeira fase situa até 1889; a segunda fase localiza no período de 1889 a 1891; a terceira fase situa entre 1891 a 1919; a quarta fase, de 1919 a 1930; a quinta fase, coloca no período de 1931 a 1934; sexta fase, 1934 a 1935; sétima fase, de 1935 a 1946; oitava fase, de 1946 a 1964 e a nona fase a partir de 1964.

Na primeira fase, coloca o autor que o movimento operário era livre, contudo não reunia condições para intervir na política trabalhista. Sua ação se restringiu a atividades “mutualistas”. Na segunda fase, a organização operária não teria avançado em relação a fase anterior, mas o Estado passou a intervir disciplinando o mercado e o trabalho.

Na terceira fase, o autor cita a legislação sindical, criada em 1907, quando foi legitimado o direito de associação. Apesar, disso, foi dada prioridade ao movimento “natural” do capital como fator de produção. Isso significou que o direito sindical conviveu com os entraves de um sistema organizacional que não aceitava suas manifestações. A quarta fase foi marcada pela continuidade da ação reivindicatória do movimento operário, iniciada na fase anterior, com avanços para o âmbito da política e buscando a ampliação dos direitos de cidadania.

Com a Revolução de 1930, teve início à quinta fase. Nesta fase o Estado, “além de atuar sobre o mercado de trabalho, [...], restringe a autonomia da vida associativa operária nos termos da nova legislação.” (VIANNA, 1978, p. 38). Nesta fase, somente parte dos sindicatos teria conseguido manter a autonomia.

A sexta fase teve como marco a Carta de 1934, onde foi constitucionalizado o direito de autonomia e de pluralidade sindical. Esse direito, segundo o autor, foi minimizado por decretos neutralizadores da ação sindical. Ao mesmo tempo o Estado ampliou o seu poder de intervenção sobre o mercado.

Na sétima fase, o “Estado assume forma plenamente corporativa”. Na oitava fase as questões trabalhistas (conflitos), “a “questão social”, antes relativa ao Estado, se transfere para o âmbito do judiciário.” (VIANNA, 1978, p. 39). Houve, então, a recuperação da ação sindical “livre”.

A última fase, tratada pelo autor (VIANNA, 1978), diz respeito ao período militar. Nela o Estado, embora conservando o caráter de “órgão privado” do estatuto institucional do sindicato, esse passa, via legislação, a ser controlado.

Pochmann (2007, p. 133), por sua vez, subdivide a atuação sindical no Brasil em três fases e inicia sua análise a partir da abolição da escravatura. Segundo ele, a primeira fase,

[...] transcorreu ainda quando o país não possuía efetivamente uma classe operária e industrial, tendo a maior parte de sua população trabalhadora comprometida com as atividades agropecuárias.

Até a década de 1930, prevaleceu a organização sindical livre, sem intervenções do Estado, com sedes modestíssimas e atuação marcada pela forte combatividade em algumas categorias profissionais. O mercado de trabalho urbano era ocupado fundamentalmente pela mão de obra estrangeira, cuja dinâmica se caracterizava pela fragmentação regional e sem regulação pública do trabalho (ausência de legislação social e trabalhista). (POCHMANN, 2007, p. 133).

A segunda fase do desenvolvimento sindical, o autor situa no período de 1930 e 1960,

[...] quando o país deixou de ser uma grande fazenda produtora de bens primários para se converter numa economia urbana e industrial com importante regulação do seu mercado de trabalho. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, ganhou dimensão a classe operária nacionalizada (restrições legais a imigração de mão de obra) e circunscrita a pequenas empresas e a organizadas por sindicatos oficiais (reconhecido pelo Estado), cuja base política de maior expressão era corporativa a defesa dos interesses sociais e trabalhistas do conjunto dos empregados formais distribuídos em âmbito cada vez menos regionalizados. (Pochmann, 2007, p. 133).

A terceira fase, segundo o mesmo autor,

[...] fundamentou-se a partir do plano de metas do presidente JK (1956-1960), quando se instalaram as grandes empresas privadas (nacionais e estrangeiras) e o Brasil apresentou um forte ritmo de expansão econômica, acompanhada de maior intensidade no assalariamento formal. Ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho alcançava dimensão nacional, avançou a estruturação do trabalho, com novas demandas, cada vez mais evidenciadas pelo chamado novo sindicalismo urbano, com o aumento significativo no seu poder de barganha no interior das grandes empresas estatais e privadas que se difundiam pelo país, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. (Pochmann, 2007, p. 133).

Tendo presente as colocações dos autores, fica evidente que o sindicalismo no Brasil, passou por momentos históricos de autonomia e momentos históricos de controle, contudo, mesmo ante o controle sobre os sindicatos, observamos o desenvolvimento dessa forma de organização social associativa e reivindicativa. Contudo, segundo Carvalho Neto (2001, p. 105),

“Desde sua constituição no Brasil, o modelo de relações de trabalho privilegiou as relações individuais em detrimento das coletivas”, o que, de alguma forma tem minimizado o poder sindical nas reivindicações coletivas.

Soma Nascimento (2000, p. 74), dizendo que a organização sindical brasileira, carece se desprender “das suas raízes corporativistas e estratégicas.” Segundo o mesmo autor, o sindicalismo brasileiro passou por várias experiências: foi precedido pelas corporações de ofício, foi legalizado, proibido, “corporativizado” e restabelecido.

2.4 Rodeio Bonito e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Rodeio Bonito é um município de base agrícola. O sindicalismo agrícola, é, portanto, uma referencia e uma necessidade para o desenvolvimento social e econômico do mesmo.

2.4.1 Município de Rodeio Bonito

Segundo consta no livro “Rodeio Bonito, sua terra e sua gente” (Projeto Raízes, 1987, p. 14), os primeiros indícios de ocupação do Município remontam à Revolução Federalista, quando, por “volta de 1893”, “fazendeiros das regiões de Palmeira das Missões e Sarandi”, procuraram um local seguro para esconder o gado.

No período de 1902 a 1920, o livro registra outro período de ocupação levado a efeito por caçadores e pescadores que se estabeleceram às margens do Rio da Várzea. A partir de 1928, teve início o estabelecimento de migrantes, inicialmente de origem italiana, seguida de alemães, poloneses e outras origens. Uma das importantes atividades desenvolvidas no local foi a extração de madeiras nativas, que eram comercializadas na Argentina. Outra atividade foi a agricultura. A atividade comercial estava vinculada à madeira e a produtos de primeira necessidade. O comércio de madeira era feito por balseiros e o comércio local era abastecido por carroceiros. Os produtos eram provenientes do Município de Palmeira das Missões. Os produtos iam desde querosene, soda, açúcar, sal, linha e remédios.

A posse da terra, inicialmente foi espontânea e depois a partir de Palmeira das Missões, capitaneada por agentes do Estado. Aos poucos todos os lotes foram regularizados. Algumas áreas foram regularizadas na década de 30 e outras, a partir da década de 40. Nos primeiros tempos, por não ter escolas, a educação foi sendo oferecida junto com a formação religiosa.

No ano de 1948, pela Lei nº 33, de 16 de Junho, foram demarcadas as divisas do Distrito de Rodeio Bonito, e o Sr. Francisco Palma foi nomeado para subprefeito, mais tarde substituído

por Primo Savoldi. “Em 1963, lideranças do Distrito de Rodeio Bonito reuniram-se na Casa do Agricultor para formarem a primeira Comissão Emancipadora.” (Projeto Raízes, 1987, p.52). Em 20 de Dezembro de 1963, pela Lei n. 4.667, o Município foi emancipado. Foi indicado para prefeito, o SR. José Acadroli e para vice-prefeito, Sr. Severino Três.

2.4.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Rodeio Bonito

O sindicato de trabalhadores rurais foi fundado no dia 4 de fevereiro de 1968 e seu escritório instalado em 29 de setembro desse mesmo ano. O mesmo iniciou em uma sala bem pequena no térreo do salão paroquial, que ficava em frente à Avenida Palmeiras (s/n), onde funcionou pelo período de 1968 a 1974, cuja ano foi de sua transição para a atual sede na Avenida do Comércio nº 975.

A Carta sindical que legalizava o registro do Sindicato Rural de Rodeio Bonito foi assinada no dia 25 de fevereiro de 1969 pelo ministro do trabalho Jarbas Passarinho. Após sua legalização no dia 18 de agosto de 1969 foi eleita a primeira diretoria composta pelo presidente Dórico José Savoldi; secretário, Sadi Bassi; tesoureiro, Valcir Bariveira. Segue a transcrição de parte da Ata, onde consta os assuntos tratados,

Aos quatro (4) dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito (1968) nesta cidade de Rodeio Bonito, a Avenida Palmeira s/n reuniram-se os trabalhadores rurais para resolverem a fundação e legalização do respectivo sindicato e demais assuntos constantes do edital de convocação. Havendo numero legal, foi aclamado para presidir a reunião o Sr: José André Acadroli prefeito municipal, que ao assumir , convidasse para secretario o Sr: Engeº Agrº Léo Ardenghi: iniciada a reunião determinou o Sr: secretario que procedesse a leitura do edital de convocação, concebido nesses termos: os abaixo assinados convocam todos os trabalhadores rurais do município de Rodeio Bonito, estado do Rio Grande do Sul para uma assembleia geral que realizar-se-á no dia quatro de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito (04/01/1968) as nove horas na casa do agricultor localizada na Avenida Palmeira s/n para tratar da fundação do sindicato dos trabalhadores rurais de Rodeio Bonito, e seu pedido de registro e conseqüentemente investidura sindical obedecendo a seguinte ordem do dia: 1ª Fundação do sindicato dos trabalhadores rurais de Rodeio Bonito, e seu pedido de registro e investidura sindical. 2ª Aprovação dos estatutos sociais. 3º eleições da diretoria provisória. 4ª Contribuição. Rodeio Bonito 2 de fevereiro de 1968. Ass: Dórico José Savoldi; Engº Agrº Léo Ardenghi; Julino João Miotto. (Ata n 1/1968).

Nessa mesma ata consta a aprovação do estatuto, a eleição e o empossamento da diretoria do mesmo. A função social do Sindicato de Rodeio Bonito é definida no estatuto, no Art 1º, onde consta:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito RS, é constituído para fins de defesa e representação legal da categoria profissional, na base territorial de Rodeio

Bonito – RS, visando: - Melhorias nas condições de vida e trabalho de seus representantes; - A Independência e autonomia de representação sindical; - A manutenção e defesa das Instituições democráticas brasileiras; - Defesa da solidariedade entre os povos para a concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo e luta pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito a justiça social e pelos direitos fundamentais do homem. (Estatuto Sindical).

O primeiro local que serviu de sede para o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito foi o Salão Paroquial, ou seja, inicialmente a entidade atuou sem ter um estabelecimento próprio. A figura 01 mostra o Salão Paroquial no ano de 2012. Mas, desde 1974, o Sindicato passou a atuar em estabelecimento próprio.



Figura 01: Salão Paroquial, primeira sede do sindicato em 1968. Fotografia atual, de 2012.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito.

A fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito, aconteceu nas dependências, no térreo do Salão Paroquial do Município, onde a instituição desenvolveu suas atividades até a aquisição de estabelecimento próprio. A figura 02 mostra o térreo do Salão Paroquial (parte externa) e o Padre em pronunciamento, por ocasião da fundação do sindicato, em 04 de Fevereiro de 1968.



Figura 02: Térreo do Salão Paroquial e fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito em 04/02/1968.

Fonte: SAVOLDI, 2012, p. 82.

Após assumir a presidência do sindicato, Dórico José Savoldi, juntamente com outros membros do mesmo realizaram o processo de compra e transição do terreno localizado na Avenida do Comércio, onde funcionou de 1950 a aproximadamente 1973 o Colégio de Freiras, figura 03. O lote então pertencia, por doação do Estado, à mitra diocesana. A compra resultou em um amplo processo, uma vez que, por ocasião da realização da demarcação das terras do município, o Estado doou uma quadra para cada entidade existente como foi o caso da paróquia, do ensino público e religioso. A doação, porém, continha uma cláusula definindo que em caso de venda das áreas doadas, as mesmas voltariam a ser propriedade do estado.

Como se tratava de uma dessas áreas doadas pelo estado e, em uso da Mitra Diocesana da Igreja Católica, o processo com o pedido de compra teve que ser encaminhado para assembleia legislativa para aprovação porque a mesma voltou a pertencer ao estado como estava previsto na cláusula contratual. Após ser aprovado o pedido de compra pela Assembleia foi encaminhado ao governador a cláusula que previa a doação da referida área para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito, sendo a mesma sancionada pelo governador do estado na época.



Figura 03: Antigo colégio de freiras (1958), onde funciona atualmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito. Ano: 1986
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito.

Após a compra do terreno e do prédio, o sindicato passou a realizar algumas reformas. O prédio, assim, continua o mesmo, contudo apresentando algumas reformas como na cobertura e frontão, como mostra a figura 04.



Figura 04: Prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito. Ano:2000
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito.

Efetivada a compra em 1974 a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito passou a ocupar a antiga sede do Colégio de Freiras, atualmente localizado na avenida do comércio nº 975. No ano de 2014 completou 46 anos, a frente da defesa dos direitos da classe trabalhadora rural.

A figura 05 mostra a sessão de posse do presidente do sindicato senhor Sadi Bassi (gestão 1978/81). Com a presença de Otavio Germano (vice governador), Sadi Bass (presidente eleito) e José Augusto de Amaral (Governador do Estado), Edegar Irio Simm (Secretario da Agricultura),

Lirio Colussi (Prefeito Municipal) e Dórico José Savoldi (Presidente do STR no momento da entrega do cargo). Ano: 1978.



Figura 05: Posse da diretoria para a gestão 1978-1981
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito.

Entre as ações desenvolvidas pelo sindicato rural do Município, está a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, na busca de melhorias de preços de produtos, condições de trabalho na agricultura, entre outros. A figura 06 mostra, a participação dessa representação sindical no protesto de agricultores que ocorreu em 1979.



Figura 06: Protesto contra o confisco da soja. Ano: 1979
Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito.



Figura 07: Assembleia presidida pelo atual presidente Romildo de Melo com associados (a). Ano: 2008
Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito.

A participação das mulheres em diretorias no Brasil é muito recente, principalmente tendo em vista a formação da sociedade brasileira em bases patriarcais. Em vista disso e das denúncias de injustiças das desigualdades de tratamento de gênero em termos de participação política, de diferenciação salarial, entre outros, a partir da redemocratização do País, houve encaminhamento de políticas públicas visando “[...] a Promoção da Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).” (ERUNDINA, 2007, p. 127). Em 1995, a legislação passou a prever no âmbito dos partidos políticos, o sistema de cotas,

Em 1995, foi aprovado o sistema de cotas para as eleições do ano seguinte, com reserva de 20% de vagas para as mulheres. A partir de 1997, seguindo tendência mundial, a reserva passa a ser de no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo. (ERUNDINA, 2007, p. 124).

A ideia de sistema de cotas para participação feminina, foi idealizada como indicativo de ação inclusiva nas associações que de alguma forma tem o cunho representativo, como sindicatos, cooperativas e outros.



Figura 08: Juramento de posse da diretoria. Participação de Mulheres. Ano:2002
Fonte: Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito.

O Município de Rodeio Bonito teve, desde sua formação, a agricultura como atividade econômica fundamental. A fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município, foi precedida pela fundação da Sociedade Agrícola Assistencial, em Outubro de 1950, a qual,

[...] deu grande impulso à comunidade, pois prestava assistência aos agricultores na comercialização de produtos e foi também a semente que fecundou, dando origem, mais tarde ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), em Setembro de 1968. (Projeto Raízes, 1987)

Podemos dizer que a organização do Sindicato dos Trabalhadores rurais do Município de Rodeio Bonito, acompanhou a história da organização e criação do Município, ou seja, a organização da sociedade Agrícola Assistencial, foi a semente organizativa com base em contatos primários, que levam a uma identidade de classe, extensiva para a identidade de Município, cuja atividade econômica principal era e continua sendo a agricultura.

CONCLUSÃO

Neste artigo foi abordado o tema do associativismo, tendo como enfoque o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rodeio Bonito. Para isso foi realizada uma análise sociológica da sua trajetória histórica e do contexto de sua formação. O sindicalismo responde a uma demanda por justiça social, clamada inicialmente pela classe operária devido as condições a que estavam submetidos no processo de industrialização.

Da Europa, as ideias de associações para suprir dificuldades comuns, chegaram a diferentes lugares do Mundo. Para o Brasil, os imigrantes europeus trouxeram várias noções

associativas, entre elas, a organização sindical. É importante dizer que a história do Brasil traz o registro da escravização humana. E nesse período, o desenvolvimento de associativismos de “tipo europeu” praticamente não aconteceu porque o clamor era por liberdade acima de tudo.

Ainda hoje, a globalização capitalista, permeada de complexos meios e mecanismos de competitividade, vem gerando crescente diferenciação social. Diferenciação social, política e econômica que leva o homem a criar associações para a defesa de interesses comuns para determinados grupos.

O sindicalismo no Brasil, podemos dizer, tem uma história “recente”, mas com características marcadas por momentos históricos de autonomia e momentos históricos de controle, contudo, mesmo ante o controle sobre os sindicatos, observamos o desenvolvimento dessa forma de organização social associativa e reivindicativa.

Essa forma organizativa chegou a todos os lugares e a todos os grupos sociais, inclusive de pequenos agricultores, como é o caso deste estudo. Desde 1893 há indícios de ocupação do Município de Rodeio Bonito, a partir da ação de criadores de gado dos municípios de Palmeira das Missões e de Sarandi. No período de 1902 a 1920 chegaram caçadores e pescadores que se estabeleceram às margens do Rio da Várzea. A partir de 1928, teve início uma ocupação mais planejada pelo Estado.

O sindicato de trabalhadores rurais foi fundado no dia 4 de fevereiro de 1968 e seu escritório instalado em 29 de setembro desse mesmo ano. Contudo sua origem está na fundação da Sociedade Agrícola Assistencial, em Outubro de 1950.

Diante desse pequeno estudo sociológico, podemos dizer que a organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rodeio Bonito, acompanhou a história da organização e criação do Município, ou seja, a organização da sociedade Agrícola Assistencial foi a semente organizativa com base em contatos primários, que levaram a uma identidade de classe, passou a ser ampliada para a identidade de Município, cuja atividade econômica principal era e continua sendo a agricultura.

REFERÊNCIAS

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. **Relações de trabalho e negociação coletiva na virada do milênio**. Belo Horizonte: Vozes, Irt, PUC Minas, 2001.

DEMO, Pedro. **Sociologia, uma introdução crítica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1985.

ERUNDINA, Luiza. O sindicato na construção do papel político da mulher. In: INÁCIO, José Reginaldo (org). **Sindicalismo no Brasil: os primeiros cem anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007.p. 116-128.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compendio de direito sindical**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2000.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. 21. ed. São Paulo: Ática, 1999.

POCHMANN, Márcio. Capitalismo tardio e sindicalismo brasileiro. In: INÁCIO, José Reginaldo (org). **Sindicalismo no Brasil: os primeiros cem anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 129-138.

PROJETO RAÍZES. **Rodeio Bonito, Sua terra e sua gente**. Rodeio Bonito: Prefeitura Municipal, 1987.

QUEIROZ, Antonio Augusto de. Movimento sindical: passado, presente e futuro. In: INÁCIO, José Reginaldo (org). **Sindicalismo no Brasil: os primeiros cem anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 19-44.

SAVOLDI, Altair. **Só a imagem retém o tempo: retrospectiva fotográfica de rodeio bonito**. Frederico Westphalen: Editora: Pluma, 2012.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANNA, Luis Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 5 ed. RJ: Paz e Terra, 1978.

A presença das mulheres rurais no movimento sindical em Frederico Westphalen

Ana Claudia Szydoski¹

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo mostrar a participação das mulheres rurais no movimento sindical no município de Frederico Westphalen. O sindicalismo no Brasil teve início com o operariado no governo de Getúlio Vargas, em 15 de março de 1931, o decreto conhecido como Lei de Sindicalização (decreto 19.770, de 19 de março de 1931). Até essa época todos os sindicatos eram formados por iniciativa de trabalhadores de uma profissão ou categoria e se mantinham através das contribuições de seus associados. Os sindicatos eram livres, independentes e funcionavam como organismos de luta por melhores condições de vida e salário. A lei de sindicalização definindo o sindicato como órgão de colaboração com o poder público, servindo de para-choques entre tendências conflitivas nas relações do capital com o trabalho.

O sindicalismo rural oficial surgiu na década de 1960, a sua expansão foi intensa a partir de 1962, como política do governo contra as manifestações por terra que ocorriam no campo. Esse período foi marcado por rupturas e mudanças no campo brasileiro, as transformações econômicas e as péssimas condições de relações de trabalho se desencadeavam em conflitos. Essas lutas impulsionavam o rompimento daquelas relações de exploração, e a classe dominante começava a se preocupar com o meio rural. Neste sentido, para, o sindicalismo oficial foi estendido ao campo numa tentativa do Estado de trazer a organização política autônoma do campesinato para o âmbito de seu controle. Assim os Sindicatos de Trabalhadores Rurais que surgiam eram estruturalmente controlados pelo Estado. Esse sindicalismo oficial estava dotado de práticas assistencialistas que minimizavam os problemas dos trabalhadores rurais nas questões relativas à saúde e à previdência. O sindicalismo oficial rural tomou conta de todo o país, porém, no final da década de 1970, iniciou-se um processo de oposições sindicais no campo.

¹ Graduada em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen.

1 O SURGIMENTO DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

O Sindicato de Trabalhadores Rurais no município de Frederico Westphalen foi fundado pelo Padre Grassi, em 04 de março de 1964. Além de presidente, o padre foi consultor jurídico do Sindicato. Exerceu este cargo até 1969. Padre Grassi organizava encontro de líderes rurais, que, posteriormente, transformou-se no Instituto de Educação Rural, com a intenção de formar lideranças no meio rural.

Em outubro de 1967 com o Decreto 61.554 foi criado pelo governo brasileiro, o FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural) levando a uma maior adesão dos agricultores aos sindicatos. Os sindicatos passaram a receber, por parte do Governo incentivo para a execução de tarefas ligadas à assistência social em geral, atendimento médico e odontológico, bem como a concessão de aposentadoria.

Por 10 anos (1970- 1980), sucedendo Padre Grassi, Ezidio Vanelli Pinheiro assumiu a presidência do sindicato. Após foi dirigente da FETAG e da CONTAG. Como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen, organizou uma Assembleia Geral Extraordinária em 10 de dezembro de 1979 com, aproximadamente, 10 mil participantes, entre sindicalizados e suas famílias, autoridades locais, representantes da Igreja e presidentes de sindicatos da região, políticos e também com a presença do presidente da FETAG, que na época era Zulmiro Ferri. Esta tinha como principal objetivo discutir a questão da assistência médica, ou melhor, os convênios de assistência médica entre o, Sindicato e Médicos de Frederico Westphalen.

Após os dez anos como presidente Ezidio Vanelli Pinheiro, deixou o cargo que foi assumido pelo senhor Guerino Zeni, que mudou o foco deixando de lado as questões de previdência e passando a lutar por políticas agrícolas. Nos anos que se seguiram as mobilizações tiveram como foco principal as lutas pela terra, os direitos previdenciários reforma agrária para os agricultores, melhores condições de saúde e habitação.

Foram vários os dirigentes sindicais que passaram pelo movimento, todos eles tendo sua importância e méritos frente ao movimento. Nos últimos anos tem-se como presidente o senhor Célio de Pellegrin, que tem se dedicado muito pelo movimento trazendo para os agricultores muitas conquistas em todos os setores da agricultura, como troca-troca de sementes, programa para financiamento para a compra de terras através do Banco da Terra - programa do governo federal com apoio dos governos estaduais e viabilizado pelos movimentos sindicais e sindicatos

dos agricultores. Também, programas governamentais para a construção e reformas de casas no meio rural

Também foi consolidado convênios com médicos na obtenção de descontos em consultas e exames melhorando a qualidade de vida dos mesmos e diminuindo o tempo de espera em filas no Sistema Único de Saúde; instalação de um consultório odontológico junto à sede do Sindicato para atendimento aos sócios e seus dependentes de forma gratuita. Além disso, o sindicato foi incorporando a mulher como agente participativo.

2 A ORGANIZAÇÃO FEMININA DENTRO DO MOVIMENTO SINDICAL

No final da década de 1970, início da abertura democrática no Brasil, uma série de movimentos sociais começam a ressurgir e estruturar-se, como o grupos de mulheres rurais que mais tarde iria formar um grande movimento social com expressiva repercussão. Em meio a uma sociedade dita como igualitária e justa, é possível encontrarmos exemplos muito claro de desigualdade: discriminação contra crianças, homossexuais, idosos, a proporção é ainda mais contra as mulheres. Silenciadas historicamente, as mulheres colocam-se, atualmente, como sujeito político instituíste e construtoras da história, questionando seu papel na história da humanidade e evidenciando a necessidade de transformar as estruturas perversas da sociedade e de reconstruir as relações humanas.

Como forma de diminuir a distancia que foi construída entre homens e mulheres, passam a se organizar buscando melhores condições de vida, e também direitos antes apenas assegurados aos homens, de forma tinham sua cidadania diminuída diante dos homens. Elas não podiam nem se quer ser filiadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, direito apenas assegurados aos homens. Se para os homens os direitos eram mínimos, o que sobrava para as mulheres? Apenas deveres: de trabalhar na roça, de criar e educar os filhos e de cuidar da casa e do marido. A grande maioria sequer possuía documentos próprios que as identificassem. A certidão de casamento era o seu documento, ainda constando a profissão como “do lar” ou “doméstica”. Não tinham acesso a crédito e tampouco faziam parte das associações organizativas, como sindicatos, por exemplo. Não se associavam, não votavam e não eram votadas.

Esse processo de luta e organização autônoma, segundo documentos do movimento, conduziu as mulheres trabalhadoras rurais a sentirem a necessidade de fundamentação para compreender o papel histórico das mulheres na evolução da humanidade. Foi por meio dessa recuperação histórica que elas puderam resgatar as suas lutas no desenvolvimento da sociedade brasileira e da agricultura, a luta pela conquista e garantia dos direitos sociais, políticos,

econômicos. Foi o tempo forte de as mulheres se reconhecerem como potenciais lutadoras e defensoras da vida na história passada e presente.

No entanto, as trabalhadoras rurais possuíam o direito de se filiar ao sindicato somente por intermédio de seus pais, no caso das solteiras, ou através de seus companheiros, no caso das casadas. O movimento de mulheres então começa a se articular em prol da sindicalização da mulher trabalhadora rural de forma independente, o que não era permitido, além de diversas outras ações, a exemplo da busca pelo direito à Previdência Social.

Mesmo elas trabalhando na agricultura da mesma forma como seus pais irmãos e também marido, elas não tinham nenhuma garantia nem direitos, eram limitadas a apenas trabalhar sem nenhuma garantia e nem condições nem se quer de estudar. A mulher era preparada para cuidar da casa do marido e dos filhos. A questão básica da exclusão feminina da esfera pública está ligada à limitação do próprio conceito de cidadania, construído a partir de pressupostos universais, racionalistas e de um modelo “masculino - branco - dominante” que não contemplou as especificidades femininas.

Chantal Mouffe (1992) propõe, por sua vez, um modelo de cidadania mais abrangente a partir de um projeto político contrário às múltiplas formas de subordinação. Nesse sentido, a luta das trabalhadoras do campo pela ampliação de sua cidadania implica diversos significados, conhecimentos, saberes e visões de mundo próprias que demandam maior compreensão e análise crítica. A ampliação da participação das mulheres na vida política tem contado com diversas estratégias de auto inclusão no espaço de luta e decisão. No campo, estas estratégias perpassam a atuação simultânea da vida doméstica associada a sua vida na lavoura e as instâncias de luta da categoria. Os artigos 5º e 7º, inciso XXX da Constituição Federal nos dizem que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza e que é proibido diferenças de salário, de exercícios de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade ou estado civil.

A Constituição de 1988 instituiu a proteção legal e do trabalho através da manutenção dos direitos do trabalho, garantido a introdução de normas para aumentar o poder dos sindicatos, a elevação do status de alguns direitos para o nível constitucional e a introdução de novos direitos institucionais substantivos (CAPPELLIN). Entretanto, o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho não tem assegurado a igualdade de Direitos e garantias não consistindo em “*bilhetes de entrada à cidadania*” (CAPPELLIN, 2006, p.37).

No mesmo ano, no Município de Frederico Westphalen um grupo de senhoras e moças que já estavam envolvidas com o processo de luta pelo reconhecimento de seus direitos se unem

e a partir de então formam a Comissão de Mulheres dentro do próprio Sindicato, com menos de 10% das participantes sendo sócias, e a partir de então começa a conquistar cada vez mais espaço e reconhecimento. E para garantir estes benefícios e serem sócias elas tem alguns deveres que são: ser agricultora e exercer a atividade agrícola; pagar taxa de associação; pagar mensalidade; participar das assembleias, para garantir o acesso aos benefícios e aos seus direitos.

Estes direitos foram garantidos através de um longo processo de luta das mulheres (não somente as do campo) que atingiu todo o país e contou, em determinados momentos com a articulação a nível nacional. As mulheres realizaram intensas mobilizações e fóruns de debate no Brasil, com o objetivo de incluir os interesses jurídicos e sociais deste grupo. Sob o *slogan*: “para o processo constitucional valer, ele deve incluir os direitos das mulheres” muitas lideranças femininas oriundas de movimentos autônomos e de organizações trabalhistas se articularam junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Dentre os avanços na Constituição no que se referem aos direitos trabalhistas, os benefícios de previdência social, incluindo o direito aos benefícios da Aposentadoria às trabalhadoras familiares não remunerada, direito ao seguro desemprego por invalidez e 120 dias de licença maternidade remunerada.

Contudo, na década de 1990 houve uma regressão no que diz respeito à garantia dos direitos dos trabalhadores. O governo Fernando Collor de Mello, em 1991, impediu a implementação da licença maternidade remunerada para as mulheres da agricultura familiar o que foi considerado um retrocesso já que este ponto estava garantido constitucionalmente. No que se referem ao reconhecimento do trabalho, as mulheres, principalmente, as trabalhadoras rurais, tiveram e ainda tem que travar batalhas árduas para serem reconhecidas como trabalhadoras.

Uma das mais importantes manifestações organizadas pelas mulheres é A Marcha das Margaridas onde podemos citar muitos avanços óbitos através deste movimento ,entre eles Podemos destacar o empoderamento das mulheres nos espaços de negociação das políticas públicas; o reconhecimento da sua capacidade propositiva e de controle social; o reconhecimento pelo governo federal da necessidade de articulação e integração entre as diversas áreas e âmbitos de governo para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento rural sustentável com igualdade de gênero; a ampliação da capacidade propositiva e de negociação de políticas no âmbito nacional, estadual e municipal. Obtiveram avanços significativos quando fizeram o debate sobre o crédito, levando em conta a emancipação e autonomia econômica das mulheres. Foi um debate muito rico, porque trouxe as desigualdades de gênero e a responsabilidade do Estado.

A Marcha aconteceu num contexto de efervescência neoliberal. E num momento político de maior abertura, inclusive para um processo de negociação. Podemos registrar muitos avanços,

em um contexto mais favorável, início do atual governo com uma visão mais ampla, com disposição para ouvir a sociedade, para estabelecer diálogos permanentes com os movimentos sociais e o movimento sindical das trabalhadoras rurais. O Estado incorporou questões fundamentais que foram traduzidas em programas e políticas como a Portaria que estabelece a Titulação Conjunta, o Pronaf Mulher, e entre tantos outros que ainda estão buscando junto aos órgãos governamentais e que certamente garantirão ainda mais benefícios a todos os trabalhadores rurais não apenas as mulheres, mas sim a todos que estão inseridos neste meio de produção e sobrevivência. Também lutam por políticas públicas para a agricultura que garantam a permanência no campo, a produção de alimentos saudáveis, crédito especial para mulheres, também recuperação, preservação e multiplicação das plantas medicinais e sementes crioulas; pelo direito e acesso a terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo os limites de propriedade de terras no Brasil.

Garantia de geração de renda e autonomia das famílias camponesas, fortalecendo a capacidade de criar e recriar formas de sustentabilidade no campo através de redes populares e solidárias de consumo e comercialização de alimentos e outros produtos; garantia do direito à Previdência Pública e Universal que assegure e efetive os direitos e benefícios já conquistados das trabalhadoras e trabalhadores, bem como a ampliação de direitos sociais; pela garantia do direito à Saúde Pública, integral de qualidade e com atendimento humanizado para todos com efetiva participação popular. Além de ter acesso à educação pública, de qualidade, libertadora, emancipatória e não sexista; voltada à realidade camponesa e de cada região; efetivada junto às trabalhadoras e trabalhadores que vivem no campo; com o princípio da construção da consciência emancipatória, valorizando e incentivando o saber popular. Isso é possível, através de programas de alfabetização de mulheres e homens no campo, garantia de escolarização com a criação de unidade infantil nas comunidades rurais, 1º e 2º graus, universidade pública do campo; também garantia de moradia digna, saneamento, luz e estradas para facilitar as condições de vida no campo, e lazer, com direito ao acesso de atividades culturais nas comunidades rurais. Bem como garantia de políticas públicas de combate à violência e proteção de mulheres e crianças; política de comercialização e aquisição direta de alimentos e produtos da agricultura camponesa, para os trabalhadores da cidade e entidades públicas.

A Divisão Sexual do Trabalho mantém a subordinação feminina no sentido de dar menos valor ao trabalho feminino e estimular a permanência da mulher nas atividades domésticas. Nos casos específicos, como a da trabalhadora rural, percebe-se a visível discrepância, já que estas têm jornada de trabalho maior que a oficialmente estabelecida para outras categorias da classe trabalhadora incluindo o cuidado dos (as) filhos (as), as obrigações da lavoura, as atividades

domésticas além do movimento sindical e, para muitas o envolvimento com atividades da Igreja, católica em geral.

Dois aspectos podem explicar a divisão de trabalho que se estabelece entre homens e mulheres rurais. O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família.

A divisão de trabalho na agricultura familiar continua maior para as filhas que residem com os pais na propriedade. Ou seja, as atividades domésticas desenvolvidas pelas mulheres são de 76,6% contra 9,8% dos filhos. Nas atividades agropecuárias, em média, são de 30% das filhas contra 67,7 % dos filhos. A necessidade da divisão de tarefa entre homens e mulheres nas atividades domésticas é fundamental para superar o machismo que ainda reina no meio rural nos atuais gerações. Os dados ainda apontam que 46,7% das filhas participam da gestão contra 57,6% dos filhos. Outro dado importante é que 53% das filhas pedem dinheiro para os pais sempre que necessário. Dos filhos, apenas 41,1% têm relacionamento externo na propriedade (em grupos de jovens, igreja, sindicato...); já 44,3% das jovens não participam de nada.

Deve-se destacar ainda a atividade da Pastoral da Terra, a campanha nacional “*Trabalhadora Rural Declare sua Profissão*” que incentivou muitas mulheres a não se declararem como “donas de casa” no censo de 1991 e, sim, como “trabalhadoras rurais”, objetivando a revisão dos critérios de pesquisa de órgãos como o IBGE. Este processo de reconhecimento da profissão partiria da própria mulher que a partir daí teria sua profissão reconhecida pelos órgãos federais e desta forma então seriam reconhecidas como agricultoras e não mais apenas donas de casa. Além também de incentivar à busca pela documentação civil e trabalhista pessoal, implementando ações que resgatem a cidadania das trabalhadoras da zona rural.

Destaca-se, também, no início da década de 80, a luta pelo reconhecimento social como trabalhadoras rurais, direito a sindicalização, previdência social e aposentadoria, a propriedade da terra, e aos serviços de saúde e trabalho. Com o passar do tempo à educação foi tomando uma proporção cada vez maior atingindo assim a todos não apenas aos meninos e desta forma também a implantação de escolas no meio rural. As atividades das mulheres trabalhadoras rurais que, historicamente, eram consideradas apenas como “ajuda” ao trabalho dos homens na propriedade rural, passam a ser reconhecidas e valorizadas pelas políticas públicas. O crédito específico para as mulheres - Pronaf Mulher - é um instrumento que contribui para a autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais.

O Pronaf Mulher é uma linha de crédito disponibilizado com recursos públicos a juros menores do que os oferecidos pelo sistema financeiro. Além disso, o seu acesso é facilitado por ser garantia de uma operação a mais por família, independente do crédito que tenha sido contratado pelo grupo familiar. Através dessa linha podem ser financiadas atividades agrícolas e não agrícolas, iguais ou distintas daquelas que vêm sendo praticadas pelas unidades familiares que elas integram. O acesso pode ser individual ou coletivo. Foram muitas as trabalhadoras beneficiadas pelo Pronaf Mulher na Regional Sindical de Frederico Westphalen, onde foi feito um amplo trabalho de divulgação dessa linha de crédito pela coordenação Regional de Mulheres.

Em 1979, o Congresso da Contag decidiu discutir propostas concretas como a defesa da Previdência Social pública e solidária, defesa da definição de produtor rural em regime de economia familiar e limite de idade para aposentadoria. Finalmente, em 1988, chega a grande e sonhada conquista. Estavam os trabalhadores/as rurais inseridos no Regime Geral de Previdência Social. O texto constitucional no seu art. 201, que vigora até hoje, assegura aos trabalhadores rurais aposentadoria por idade aos 55 anos a mulher e 60 anos o homem.

No entanto, a redação no texto constitucional estipulou que seria necessária uma lei que o regulamentasse. Dessa forma, havia a legislação, mas não se tinha ainda a implementação do direito. Muitos trabalhadores/as aguardavam com ansiedade esta normatização que só aconteceu em julho de 1991 quando foram sancionadas as Leis 8.212/91 e 8.213/91 que trata da organização, custeio e dos benefícios da Seguridade Social. Para que os direitos conquistados saíssem do papel foi necessária a constante e forte pressão do movimento sindical que se manteve sempre atuante, chegando a ocupar por 52 dias a sede do INSS em Porto Alegre, além da realização de outras mobilizações que ocorreriam em todo o país. Homens e mulheres se uniram em prol de uma única bandeira: garantir de fato os direitos previdenciários conquistados na Constituição Federal.

Havia ainda um grande problema a ser enfrentado pelos sindicatos para que, principalmente as mulheres, pudessem usufruir o direito à aposentadoria: a documentação. Poucas eram as mulheres que possuíam documento em seu nome. Para piorar a situação, a certidão de casamento constava como profissão da mulher “do lar” e não trabalhadora rural. Para obter a aposentadoria era preciso, além da idade (55 anos para a mulher) comprovar que exercia a atividade rural. Como então fazer esta prova sem documentação? Mais uma vez os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais fizeram um importante trabalho. Todos os pedidos de aposentadoria passavam pelo sindicato. Com os blocos do marido e outros documentos como Inca e escrituras e uma declaração do sindicato, que deveria ser homologada pelo Promotor de Justiça, as mulheres conseguiam se aposentar. A contribuição confederativa foi um documento significativo.

Pode-se dizer que era o único comprovante de atividade rural, que algumas mulheres tinham em seu nome.

Os sindicatos passaram, então, a realizar um amplo trabalho de conscientização para que as mulheres tivessem documentos em seu nome. Começando pela carteira de identidade, CPF e o bloco em conjunto, outro desafio que seria necessário traçar. Conquistou-se também a regularização da profissão da mulher como trabalhadora rural e não mais como doméstica ou do lar. Além das dificuldades da documentação, a legislação era muito rígida. Muitas mulheres ficaram excluídas de obter a aposentadoria em virtude de tais impedimentos. nº 8.861, de 25 de março de 1994, que alterou dispositivos da Lei 8.213/91, incluindo também o salário-maternidade à segurada especial. E assim se seguia a luta pela garantia e ampliação dos direitos previdenciários. Atualmente, as trabalhadoras rurais além da aposentadoria por idade aos 55 anos e salário-maternidade, têm direito ao auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, pensão por morte, auxílio - reclusão e auxílio-acidente.

Através de seus órgãos de classe (sindicatos, Federação e Confederação), os/as Trabalhadores/as rurais possuem representação em todas as esferas governamentais, como conselhos municipais, estaduais e federais. Participam em vários fóruns de debates inclusive em eventos internacionais, defendendo as políticas públicas e sociais e a garantia, com inclusão, dos direitos previdenciários a todos os/as trabalhadores/as rurais, proporcionando, crescimento econômico, qualidade de vida e dignidade para as famílias do meio rural. A habitação rural foi uma conquista que trouxe benefícios não só para as mulheres, bem como para toda a família.

As mulheres vêm conquistando cotidianamente direitos sociais que a história e a cultura reservaram aos homens durante séculos. Porém, relações significativamente desiguais, entre ambos os sexos, ainda persistem, sendo a mais grave dela, a violência contra a mulher. Não apenas as mulheres do meio urbano como também atinge o meio rural é um ponto muito importante a ser discutido tendo em vista que é mais uma conquista adquirida ao longo do tempo a lei de proteção às mulheres que são vítimas desta violência.

Alguns avanços já foram conquistados: campanhas contra a violência e normas técnicas do Ministério da Saúde que definem que a saúde deve ter recursos e pessoal habilitado para o atendimento de mulheres vítimas de violência. A publicação da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, denominada Maria da Penha, trouxe importantes mudanças processuais, que devem ser cumpridas pelas autoridades policiais e judiciárias a fim de garantir a segurança e a proteção de mulheres em situação de risco. Uma das principais mudanças é a rapidez de atuação assertiva das autoridades que, além de garantir a estabilidade no emprego para mulheres que, eventualmente, tenham de se afastar temporariamente das suas obrigações profissionais em decorrência da

violência doméstica. Há o número 100, que é um telefone grátis para qualquer atendimento.

As mulheres trabalhadoras rurais de Frederico Westphalen, filiadas ou não ao sindicato de trabalhadores rurais se uniram juntamente com o restante do país e foram em busca destes e de tantos outros benefícios que hoje são assegurados a todos que trabalham no campo. Se hoje as mulheres estão em igual condição com os homens, isto foi graças a união para enfrentar o machismo, o preconceito e toda forma de discriminação para que também pudessem se orgulhar daquilo que elas mesmas conseguiram conquistar para si mesmas e para também suas famílias, afim de terem vida digna e de qualidade também no campo.

2.1 Histórico das mobilizações

Além de trabalhadora rural, a agricultora realiza todo o trabalho doméstico. Este não vem sendo reconhecido, inclusive das empregadas domésticas, as quais também deve ser estendido este direito. Como formas de incentivar a permanência delas no campo as lideranças sindicais foram para as ruas se organizaram para terem algumas garantias e desta forma ainda se manterem no campo, foram vários anos de buscas e de organização muitos caminhos percorridos nenhuma certeza ou garantia, mas um sonho, um desejo, e um enorme desafio teriam de ser vencido e a partir de então muitos encontros muitas reuniões muito planejamento e em nosso Estado são quase 30 anos de organização e lutas pelos direitos das trabalhadoras rurais.

Desde 1981 acontecem encontros pelo Estado com o intuito de haver o reconhecimento da profissão, o direito ao sindicalismo também das mulheres, a necessidade de formarem lideranças femininas bem como fazer encontros do dia 8 de março, o dia internacional das Mulheres, estes encontros aconteciam de forma individual, por Municípios de certa forma isoladamente, mas sempre visando o mesmo objetivo.

Já no ano de 1987 ocorreu o encontro Estadual no Gigantinho em Porto Alegre com aproximadamente 25 mil mulheres agricultoras. Nesse encontro foi tratado da luta contra a discriminação não apenas por serem agricultoras, mas também por serem mulheres; pelo reconhecimento da profissão que foi conquistado mais tarde, além de uma educação voltada ao campo, voltada para a realidade agrícola; políticas agrícolas como amparo e assistência para toda a família. No ano seguinte, em 1988, os encontros continuaram com as temáticas anteriores inserindo nas discussões a integração nos movimentos sindicais, a unificação das bandeiras de luta e de organizar as trabalhadoras rurais a nível nacional no MSTR (Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais). Como conquista houve a concessão do direito ao benefício da aposentadoria para a trabalhadora rural.

Nos anos que seguiram os encontros trataram da importância da organização e da participação em cargos de diretoria especialmente na FETAG/RS, da conquista de mais espaços e de terem uma participação mais ativa em todos os setores da sociedade. Desta forma, foi dado prioridade aos encontros Municipais para que as mulheres agricultoras pudessem discutir formas de participação, organização e inserção em mobilizações regionais e nacionais.

Até o ano de 1994 as discussões foram mais no âmbito municipal tendo por objetivos informar e conscientizar as mulheres a participação na sociedade no geral bem como a serem sócias dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais para que assim pudessem reivindicar seus direitos que já haviam sido conquistados. Também foram feitos alguns seminários abordando algumas propostas no que se refere aos direitos e deveres iguais, além de incentivar ainda mais a sindicalização da mulher. A luta era para que a “Contribuição Confederativa” fosse considerada um documento de comprovação do exercício da atividade rural.

O oito de março, dia Internacional das Mulheres, a partir do envolvimento da mulher agricultora no seu sindicato, vem sendo um dia de mobilização regional como encontro informativo, comemorativo e de mobilização.

3 AS CONQUISTAS DAS AGRICULTORAS

As mulheres sempre foram vistas apenas como donas de casa e nada mais do que isso, sendo uma sociedade extremamente machista e dominada pelos homens as mulheres apenas cabia o cuidado da casa e dos filhos, e ao marido cabia trabalhar para assim prover o sustento da família. Além de discriminadas quanto ao gênero e exploradas enquanto classe, as mulheres da zona rural são excluídas socialmente, sofrem de ausência de poder, mas assim com o passar do tempo e vendo que tinha sim novas possibilidades e que não estavam obrigadas a aceitar tudo que lhes era imposto, começam a partir de então se organizarem em movimentos e através deles conhecer pessoas novas e adquirir novos conhecimentos, ainda limitados mas que já davam certas dimensões de que o mundo era muito maior lá fora e que não estavam fadadas a viver isoladas do restante do mundo.

Na década de 70, por influência do marxismo, houve uma preocupação acentuada em se diferenciar “trabalho produtivo” de “trabalho improdutivo”, referindo-se o primeiro às atividades que produzissem mais valia, enquanto o trabalho doméstico seria improdutivo. Por muitos anos esta era a única realidade vivida por praticamente toda a população feminina do meio rural, desamparadas por todos os órgãos do governo que não tinham políticas públicas que fossem de encontro as reais necessidades de quem tinha a vida no campo e que, portanto viviam

praticamente isolados do restante da população. A formação dos sindicatos rurais enfrentou muitas dificuldades. Até os anos 60 era praticamente inexistente o sindicalismo rural no país. Um dos maiores problemas enfrentados era a grande resistência por parte dos proprietários rurais em admitir algum tipo de organização vinda dos trabalhadores.

Os sindicatos de trabalhadores rurais atendiam apenas aos homens que, por sua vez, estavam organizados. As mulheres careciam de organização e de direitos. Com organização, a profissão de trabalhadoras rurais foi reconhecida em nível de Rio Grande do Sul, com a Lei nº. 8.690 de 14/ 07/1987. Anterior a isso, apenas o homem tinha o reconhecimento como trabalhador rural. Após o reconhecimento no Estado do Rio Grande do Sul, no ano seguinte o mesmo acontece em nível federal mostrando assim, para toda a sociedade que de sua união, organização, mobilização, elas tinham sido capazes de fazer com que fossem reconhecidas como classe trabalhadora e que não parariam por aí, para que assim fossem conquistando seus espaços e também sendo respeitadas.

Além do reconhecimento como profissão o ser agricultora, conquistou o direito de participar do bloco de produtor rural (o nome da mulher, por extenso, ao lado do nome do homem) e o direito de aposentadoria. O direito foi estendido as agricultoras com 55 anos, no valor de um salário mínimo. Isso significou uma garantia de renda e deu maior estabilidade as agricultoras, que nesta idade já não tem mais tantas condições de trabalhar. A aposentadoria de um salário mínimo foi levada também aos homens com 60 anos de idade (anterior a esta conquista, o homem tinha direito a meio salário mínimo de aposentadoria).

Foi concedido ainda a todos os trabalhadores rurais auxílio funeral disposto na Lei Nº. 6.260, de 6 de Novembro de 1975 que garante o benefício a qualquer trabalhador rural sendo proprietário de terras ou sendo apenas funcionários, garantindo integralmente os gastos com o funeral. Outra grande conquista significativa foi sem sombra de duvida o auxílio natalidade e também o auxílio maternidade que passa a atender também as mães trabalhadoras rurais, no valor de um salário mínimo mensal pelo tempo de quatro meses, desde que comprovado atividade rural pelo tempo, de pelo menos dez meses antes do nascimento do bebe uma garantia a mais para as agricultoras que por este período estavam impedidas de trabalhar. Também houve a conquista de auxílio doenças e também acidente, pensão por morte, participação em cargos como direção de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, cargos de vereadoras e algumas prefeitas, além de direção em clubes, comunidades, escolas e em sociedades, o que faz delas cidadãs com direitos perante os mais diversos setores da sociedade de modo geral fazendo com que se sintam importantes.

O Sindicato de trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen para orientar as mulheres, costuma realizar reuniões, palestras, cursos e seminários sobre formas de melhorar a qualidade de

vida saúde, meio ambiente, melhoramento dos produtos, cursos de artesanato, saúde preventiva e higiene, levar até elas informações sobre seu próprio corpo e formas de se prevenir de varias doenças que estão relacionadas a falta de informação e de tratamentos de saúde que estão disponíveis nos postos de saúde e que muitas vezes por falta de informação e até mesmo por terem vergonha não procuravam tratamento, milhares de mulheres morriam todos os anos por falta de informação e foi através de reuniões muitas vezes realizadas pelo movimento sindical onde eram levados palestrantes para falar sobre os mais diversos temas e tiradas as mais diversas duvidas que elas forma tomando conhecimento de todo o mundo ao seu redor.

3.1 Marcha das margaridas

A Marcha das Margaridas foi organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) junto com diversas outras entidades parceiras realizada em Brasília e reconhecida em todo o país e tem sido reconhecida no exterior como a maior mobilização de mulheres realizada na historia do País, tendo uma repercussão nunca antes vista.

A Marcha das Margaridas teve uma capacidade extraordinária de mobilização jamais vista, reunindo mais de 20 mil mulheres na capital federal além das milhares que participaram das mobilizações que estavam acontecendo em seus estados e municípios, com o objetivo de mostrar ao governo que não dava mais para aceitar a situação que estavam vivendo, situação de extrema carência miséria e muitas vezes de fome até mesmo no campo, e contaram também com a participação de muitos homens também neste processo.

A união destas mulheres conseguiu resultados excelentes sendo elaborada uma pauta de reivindicações e garantiu um processo de negociação com o governo. Desta forma mostrou a capacidade das trabalhadoras rurais em formular suas propostas de reivindicações e garantiu que suas propostas fossem atendidas, era a primeira vez que o poder publico sentava para negociar reivindicações especificas das mulheres trabalhadoras rurais.

Também era a primeira vez na historia do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais em que as mulheres eram as protagonistas no processo de negociações de interesses da categoria.

Entre as reivindicações e conquistas podemos citar:

- ❖ A redução da taxa de juros para o custeio agrícola de 5,6 % para 4% ao ano.
- ❖ Acesso das mulheres a linha de credito do Pronaf no grupo B, no valor de R\$ 500,00.
- ❖ Acesso oficial das mulheres a terra, com revisão da norma de execução do Incra para assegurar que o cadastramento seja feito no nome do casal ou no nome da mulher quando ela seja solteira.
- ❖ Realização de oficinas de capacitação nas áreas da agricultura familiar e reforma agrária.

- ❖ Articulação para garantir acesso às mulheres a documentação civil
- ❖ Manutenção da aposentadoria diferenciada para as trabalhadoras rurais
- ❖ Aceitação por parte do Ministério da Previdência Social da Declaração do Sindicato como prova plena para comprovação de atividades rurais.
- ❖ A realização de ações de prevenção e promoção á saúde das vitimas de violência sexual e intrafamiliar, envolvendo a capacitação de agentes comunitários de saúde profissionais das equipes de saúde da família e lideranças comunitárias que atuam nas áreas rurais.

A Marcha das Margaridas mostrou ao país inteiro que as mulheres estavam organizadas e estava indo em busca de melhores condições de vida, e contaram com o apoio dos Movimentos Sindicais de todo o país e a partir daí começaram também a ocupar seus espaços como dirigentes dos Movimentos Sindicais.

É um trabalho de muitos anos e deve sempre ter continuidade para tanto as mulheres tem que se manter sempre unidas e articuladas prontas para novas mobilizações, desta forma o dia 8 de março dia Internacional da Mulher é o dia dedicado as comemorações ao mesmo tempo em que acontecem debates a cerca das mobilizações e lutas em defesa de seus direitos.

Além de aglutinar forças de todos os setores do campo, a Marcha das Margaridas também conseguiu reunir diferentes representações sociais urbanas em torno da mesma proposta; lutar pelos direitos das mulheres e por uma sociedade mais justa e igualitária.

CONCLUSÃO

O sindicalismo tem sido desde o inicio das mobilizações dos operários a maior forma de organização e “lutas” dos trabalhadores em busca de seus direitos, e em busca de reconhecimento como trabalhadores muitas vezes explorados e marginalizados pela sociedade que tem de certa forma abandonado os trabalhadores a sua própria sorte e através dos movimentos Sindicais se fazem ouvir e desta forma tem seus anseios atendidos pelos governantes.

O sindicalismo rural não é diferente os camponeses que tiram seu sustento de suas lavouras e que depende da natureza para poder produzir, na maioria das vezes ficavam esquecidos pelo restante da população principalmente pelos governantes que esqueciam dos produtores rurais.

Principalmente das produtoras as agricultoras que muitas vezes são elas que tocam a produção das suas propriedades, pois são cada vez mais comum elas estarem na frente, no comando, mas nem sempre foi assim muitas vezes elas nem se quer podiam participar ou nem eram vistas frequentado uma comunidade muito menos frequentando, ambientes predominantemente masculinos como era o caso das sociedades e comunidades e exercendo

qualquer cargo que seja.

Foi através de encontros realizados por mulheres com um pouco mais de conhecimento levando ao encontro das demais, que elas não estavam sozinhas e que se reunindo podiam alcançar muitos objetivos e desta forma terem o reconhecimento que tanto estavam buscando e que tanto necessitavam formando assim lideranças entre elas mesmas tornando-as mais informadas e levando a elas mais conhecimentos e informações importantes.

Percebemos que foi somente através dos movimentos Sindicais que as mulheres agricultoras foram tomando conhecimento do mundo ao seu redor e também foi através dele eu elas perceberam que podiam sim ser muito mais do que apenas donas de casa e que mesmo sendo donas de casa eram cidadãs tinham direitos, e que mesmo morando no interior poderiam ter acesso a informação e ao conhecimento antes tão difícil e restrito a apenas uma pequena parcela da população e que agora através de seus movimentos organização eram levados até elas onde quer que elas estivessem e desta estavam fazendo parte de toda a sociedade de modo geral não apenas espectadoras mas autoras de suas própria história, estavam construindo seu futuro sem esquecer seu passado, podiam melhorar de vida sem ter que sair do ambiente em que viviam, podiam ter qualidade de vida apenas aproveitando melhor os recursos que possuíam muitas vezes no quintal da própria casa.

O movimento sindical levou informação e credibilidade às mulheres que viviam no meio rural, mostrando a elas que elas podiam ser muito mais e só dependia delas mesmas, desde que elas tivessem união determinação coragem para fazer diferente, e fazer a diferença mostrando que sim elas eram capazes, fazendo com que elas saíssem de suas casas fossem até as sedes de suas comunidades, e também a sede do próprio Sindicato discutir o que julgavam ser importante e necessário para melhorar suas vidas.

E a partir destas discussões irem para frente das sedes dos governos e mostras suas indignações, bem como sua força sua determinação em não se deixar abater pelas dificuldades, e que estavam dispostas a vencer desafios que ano eram poucos e que certamente não iriam parar por aí.

Sabemos o quanto foi e continua sendo importante a inclusão das mulheres no quadro social dos sindicatos. No início da luta das mulheres, tínhamos como prioridade o reconhecimento de nossa profissão. Hoje, temos consciência da importância para as mulheres em ter o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais. A partir daí, muitas foram as conquistas que vieram, principalmente no que diz respeito à Previdência Social. Outra vitória bastante significativa foi a do espaço dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, hoje, estamos aí com várias companheiras engajadas em uma única luta e o Movimento Sindical dos

Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (MSTTR) fortalecido. Atualmente, em vários sindicatos nós, mulheres, somos 50% do quadro social. Em outros, até mais do que isso. (Revista das Mulheres, FETAG/RS; 2008).

A sindicalização não foi apenas um ganho material, mas muito além disso foi a consideração, o reconhecimento, a conquistas de espaço, e de lugar diante da sociedade, machista e exploradora, em que vivemos, a maior de todas as conquistas foi o se sentir parte da sociedade fazer parte como membro que colabora, ajuda e faz a diferença, que ajuda a construir um mundo melhor.

Se sentir mulher por completo, com os mesmos direitos que seus pais, irmãos, maridos tinham diante da sociedade poder tomar decisões, opinar e decidir por aquilo que consideravam ser o mais justo, o correto, o que mais lhes agradava, ter a alto – estima e saber que tudo isso foi graças a sua “luta”, o seu grito de basta diante das injustiças e da falta de respeito e reconhecimento por tudo aquilo que era graças a elas que se tornava possível de existir, perceberam que sozinhas não eram capazes de conquistar nada já que não teriam como se fazer ouvir. Pois sua indignação e revolta seriam caladas e sufocadas pelas forças maiores, mas que se estivessem unidas e organizadas seriam cada vez mais fortes, maiores, e com muito mais poder, pois seriam muitas e não seria fácil calar milhares de vozes que estariam clamando por justiça, respeito, igualdade, e reconhecimento.

Por formarem organizações, se unirem em comunidades, e mais tarde em Sindicatos, foi formando lideranças e assim tomando conhecimento de tudo que era possível de ser alcançado, tomaram conhecimento de sua força, perceberam que não eram tão frágeis, nem tão impotentes como a sociedade machista as considerava, mas sim que eram muito capazes de transformarem, suas vidas e garantir um futuro cada dia melhor.

Sem duvida a sindicalização foi o que garantiu a liberdade e autonomia das mulheres agricultoras, já que foi através do sindicato que elas tomaram conhecimento de muitas avanços antes nem imagináveis: mudaram suas percepções, adquiriram conhecimentos, novas técnicas, informações para cuidar melhor de suas próprias vidas e de saúde. O sindicato trouxe para as agricultoras bens materiais que foram de muita importância, mas ao mesmo tempo trouxe coisas que o dinheiro não compra, que foram a felicidade, a vontade de viver, o orgulho de ser mulher, o reconhecimento como mulher cidadã, a autonomia, a autoconfiança. O fato de não ter que depender de alguém para tudo, mas poder tomar as rédeas da própria vida e mudar o rumo dela quando sentir necessidade, ser “dona” de si mesma. Valores e sentimentos que jamais terão como ser explicados, apenas quem viveu estes momentos ou desfruta destas conquistas pode entender o significado que a união, determinação, persistência, do Movimento Sindical representou a ainda

representa nas vidas dos agricultores, e principalmente das mulheres agricultoras.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma ((Coord.)). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis, RJ 198a 1984.

CAMPOS, F. M. de. **Da Diversificação da Agricultura Familiar à Pluriatividade no Município de Frederico Westphalen - RS**. 2004. 145f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

CAPPELLIN, Paola. Viver o Sindicalismo no Feminino. In: **Revista Estudos Feministas** (nº especial). Rio de Janeiro, CIEC. 1994. Pp. 271-290.

CARNEIRO, M. J. e TEIXEIRA, V. L. **Mulher rural nos discursos dos mediadores. Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, UFRRJ, nº5, 1995.

CARREIRA, Denise ((Coord.)). **Igualdade de gênero no mundo do trabalho: projetos brasileiros**. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

GAMBIM, Daniela. **O sindicato rural de Frederico Westphalen**. Frederico Westphalen, RS, 2006. Monografia de conclusão do curso de História - URI-Campus de Frederico Westphalen-RS.

LIVRO DE ATAS DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS – Frederico Westphalen

MEDRADO, Benedito. **Pelo fim da violência contra as mulheres, um compromisso também dos homens**. Brasília: AGENDE, 2006.

NOBRE, Miriam. **Relações de gênero e agricultura familiar**. In. Feminismo e Luta das mulheres: análise e debates. São Paulo: SOF, 2005.

ÓRGÃO DA FEDERAÇÃO E DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL - Ano X - Nº 10 - Março 2007.

REVISTA DAS MULHERES, Órgão da Federação e dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – Ano Xi – Nº 11 – Janeiro 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **“As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial”**. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 1995.

STECANELA, Nilda; FERREIRA, Pedro Moura. **Mulheres e direitos humanos: desfazendo imagens, (re) construindo identidades**. Caxias do Sul: São Miguel, 2009.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed Passo Fundo, RS Ediupf, 1999.

Aspectos históricos da colonização e emancipação de Palmitinho

*Cleonir da Silva Zibetti¹
Dina dos Santos Cauduro²*

1 A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL

A conjuntura da Europa no século XIX reestruturava-se. As transformações socioeconômicas e políticas apresentavam condições propícias para a imigração da população. A situação se apresentava mais favorável ao movimento internacional da força de trabalho nas regiões onde a miséria e a falta de mercado de trabalho, que pudesse assimilar a mão de obra excedente, somava-se a instabilidade política.

O movimento migratório vai proporcionar uma movimentação de capitais apreciáveis. A emigração passa a ser fenômeno desejável, tanto para acalmar os grupos políticos, como para desafogar o país da pressão social, criada pelo crescimento demográfico e pela incapacidade de absorção de mão de obra pelo mercado disponível. Com isso, imigrantes italianos enfrentaram as péssimas condições, pelas quais essas pessoas chegam até o Brasil.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil apresentava transformações sócio-políticas ainda mais significativas, no que diz respeito à substituição da mão de obra pela livre e a política de terras. No caso do Rio Grande do Sul, a imigração tornou-se necessária para a revitalização da agricultura e para completar o povoamento nas terras devolutas pertencentes ao império. O imigrante italiano enfrentou sérias dificuldades em sua vida de modo geral; muitos conflitos étnicos foram gerados porque traziam consigo seu idioma, seus costumes em fim sua própria maneira de vida no contexto familiar. (DACANAL, 1996).

O principal motivo desta política imigratória era fazer com que os estrangeiros formassem grupos de trabalhadores no período de maior necessidade, que os fazendeiros tinham em suas propriedades. A imigração estava voltada aos interesses dos latifundiários.

Quanto à participação política dos imigrantes e seus descendentes na República Velha foi pequena, pois dependiam da integração cultural e econômica. Paralelamente a sua evolução econômica, a atuação política foi marcante, apoiando o partido do governo, formando uma nova composição de forças no Rio grande do Sul. (DACANAL, 1996).

¹ Professora da Rede Municipal de Ensino do Município de Vista Alegre- RS.

² Professora no Instituto Estadual de Educação 22 de Maio.

2 POVOAMENTO DE PALMITINHO

Por meados do ano de 1925, em busca de terras férteis, influenciados pelo Dr. Frederico Westphalen, representante do governo na qualidade de Chefe da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, saía da pequena comunidade de Vila Maria, município de Marau, o Sr. Eugênio Balestrin, sua esposa Dona Amabile Balestrin, juntamente com 8 filhos, rumo à nova terra, já sabendo que o destino lhe reservava enfrentar vasto sertão, cuja paisagem natural era uma extensa mata nativa.

Os poucos utensílios da família foi carregada em uma carroça puxada por 6 mulas que era de propriedade do Sr. Mattana, carroceiro na época, pois era o único meio de transporte que trafegava pela região.

A viagem de carroça demorou 15 dias, sendo que foi preciso ser descarregada em Osvaldo Cruz, até que seu Eugênio escolhesse o local para se estabelecer e construir a casa para a família. Neste local só havia uma picada por onde passavam os cargueiros de mula que vinham de Porto Novo- Itapiranga com destino às regiões colonizadas do Estado.

A permanência da família em Osvaldo Cruz foi de aproximadamente um ano, onde nasceu mais um filho da família. Enquanto a mãe e os filhos mais novos permaneceram neste local, o Sr. Eugênio e os filhos mais velhos entraram na vasta mata para a escolha de um local para construir sua casa.

Passando pela picada, onde atualmente fica a Rua Duque de Caxias no atual cidade de Palmitinho, encontraram uma lagoa onde havia diversos coqueiros nativos, e percorrendo os arredores a procura de vertente de água para construir a moradia, encontraram o lugar para estabelecer-se, o local este onde hoje está família Borella. A casa foi construída com tabuas lascadas e coberta de tabuinhas. Se estabelecer no sertão foi um sacrifício. A primeira casa foi feita de tábuas lascadas com cunhas e marretas de madeira (cfme. João Isidoro Balestrin).

O Sr. Eugenio busca a família, a mudança vem com o cargueiro de mulas e aproximadamente 150 suínos que a família possuía e foram tocados a pé até a nova moradia.

Após estabelecida a família Balestrin, passados dois anos, chegam a este local as famílias Pedon, Negrini, Otobelli, Matana, Verdi, Espanhol e posteriormente outras. Influenciadas pelas boas notícias de promissora prosperidade da nova terra, local este que pertencia ao município de Palmeira das Missões. Essas famílias chegaram, se depararam com uma mata cerrada, entraram abrindo piques com machado, facões, enxadas e foices e estabelecendo-se, conforme achassem interessante a terra vistoriada - na verdade no meio do mato não havia muita escolha: "Não tinha

nada. Era só mato verde, mato negro mesmo! Era só mato mesmo quando nós entramos aqui, só mato..." (cfme. Erminia Espanhol).

A vida das famílias que desafiaram o sertão ocupando-o para subsistência foi muito difícil, sobre os primeiros roçados é interessante notar a participação da mulher no trabalho duro, suado e desafiante como era a luta pela sobrevivência no sertão. Por isso nada melhor do que reproduzir as próprias palavras de uma das poucas pessoas colonizadoras que ainda vive e que "pegou parêlho", lado a lado com o seu marido, na derrubada do mato e na preparação dos primeiros hectares de terra.

Era assim: se fazia um alqueire de roça, eu e ele, só, por ano (...).

Primeiro se roçava, depois com um machado cada um, se fazia à barriga da madeira e depois com o serrote (...).

Pergunta: Mas havia alguma madeira reforçada? (suspiro) Não qué nem alembra! E tinha força, tinha coragem! Eu fiz de boi, fiz de mulher, fiz de homem, fiz de tudo (...). O serviço não mata ninguém (cfme. Erminia Espanhol, apud ENDERLE 1996:81).

Sem dúvida, é um depoimento impressionante e revelador. Expressa, sobretudo a coragem e determinação, a participação da mulher na vida da comunidade palmitinhense vai sendo resgatada e valorizada (ENDERLE, 1996).

As famílias que aqui chegaram se dedicaram ao cultivo da terra para sua subsistência. Cultivando milho, feijão, trigo, mandioca, abóbora etc., criavam galinhas, suínos e gado, além de cavalos que serviam como meio de transporte da família; vendiam apenas o excedente. Somente adquiriam no armazém o indispensável para a família, sendo que o comércio mais próximo era em Osvaldo Cruz e o moinho colonial ficava em Seberí. O comércio era feito na base da troca entre as famílias e também com o dono do armazém, a onde o agricultor entregava os produtos agrícolas em troca de tecidos, sal, fósforo, açúcar branco, etc. O dinheiro circulava muito pouco, as vestes eram confeccionadas pela mãe e os filhos não usavam calçados.

As dificuldades eram muitas, não existia nenhum atendimento médico, as doenças eram quase sempre tratadas com chás de ervas medicinais, curandeiros e benzeduras etc.; médico e hospital naquela época só em Palmeira das Missões ou em Porto Novo (atualmente Itapiranga), a locomoção do doente era muito difícil devido a falta de estradas e meios de transportes.

Nos primeiros anos, sem estradas, sem médico, sem escola, sem igreja; com muita vontade o sertão foi sendo desbravado à muque, não restando outra alternativa aos colonizadores a não ser enfrentar com o trabalho, era a rotina da família de segunda a sábado. No domingo as famílias se reuniam para rezar o terço, aproveitavam também para caçar, pescar, jogar bocha,

baralho, visitar os vizinhos, tomar chimarrão, descansar, aguardando o início da nova semana para continuar sua rotina.

Com a vinda das famílias, que gradativamente vinham se estabelecer no Palmito (como era primitivamente chamado), por volta de 1929 e 1930 começaram a surgir as primeiras associações, sendo a Igreja Católica a primeira e a Escola a segunda. Foi escolhido o Sr. Francisco Matana para cuidar da igreja, rezar o terço e ensinar o catecismo e a senhora Dozolina Balestrin para ser a professora. A primeira missa na capela Santa Terezinha de Palmito foi celebrada pelo Padre Luis Quattropanni de Palmeira das Missões e mais tarde, com a criação da Paróquia Santo Antônio de Frederico Westphalen, o Monsenhor Vitor Battistella.

Com o aumento do número de famílias surgiu o primeiro comércio (armazém) de propriedade do Sr. Ricardo Pocolati, depois o de Valdemar de Barros e mais tarde Vitório Pagno e Vitorio Zanatta, e progressivamente foram surgindo mais comerciantes na vila.

Os primeiros grandes líderes da comunidade de Palmito a se destacarem foram os senhores Eugenio Balestrin, Anacleto Negrini, Batista Ottobelli, Francisco Pedon e Francisco Matana e talvez outros que tenham escapado da memória dos entrevistados.

Com o passar dos tempos a vila foi crescendo e novos líderes foram surgindo, entre eles, destacam-se João Isidoro Balestrin, Tranquilo Piaia, Angelo Albarello, Vitório Negrini, Angelo Negrini, Angelo Bonafé, Primo Negrini, Honorato Espanhol, Antonio Barro, Emilio Verdi, Vitório Pagno, Francisco Zancan, Natal Franceschi, Herminio Trombetta, Vitório zanata e outros. Muitos destes líderes foram várias vezes presidentes das entidades sociais da comunidade. A luta dessas lideranças sempre teve como objetivo comum alcançar o progresso e o crescimento da nossa comunidade.

Graças ao ânimo e a força de vontade dos primeiros líderes, seu trabalho e espírito comunitário, Palmito foi crescendo e aos poucos se transformando em uma bela vila.

Por volta do ano de 1950 a Vila de Palmito passa a ser Distrito de Palmeira das Missões e o Sr. Elias Kerndi assume como primeiro subprefeito, mais tarde substituído por Alfredo Santini e este substituído por Guilherme Argenta.

Palmitinho, na condição de distrito apresentava um rápido desenvolvimento, com persistência e coragem as dificuldades iam sendo vencidas, preparando-se para a futura emancipação.

Ao desencadear-se o processo emancipacionista do Distrito de Frederico Westphalen constatamos a participação ativa da liderança de Palmito, as comunidades interioranas foram atingidas pelos interesses políticos partidários, alguns contrapondo-se a emancipação.

Surpreendentemente, um número significativo de palmitinhenses colocou-se contra emancipação de Frederico Westphalen. Às vésperas do plebiscito vieram a Palmitinho oito vereadores de Palmeira das Missões para fortalecer o voto não, contrário à emancipação. Como encontramos nos registros pessoais do Padre Luizinho Sponchiado, do dia 19 de agosto de 1953, podemos constatar a notar a influência do clero nas decisões políticas no nosso município:

Chegando em Palmito, de fato no Hotel do Vitorio Pagno, se encontrava grossa caravana de vereadores de Palmeira das que vinham pressionar o pessoal contra na votação de amanhã (ENDERLE, 13).

Nessa ocasião entrou em ação o poder e a iniciativa do Padre Coadjutor Luizinio Sponchiado. Em ligação telefônica...

Atendeu-nos Monsenhor Vitor Battistella, a quem em latim comunicamos o que havia com os vereadores e qual a única solução que encontrávamos era enviarem de lá [FW] conduções e mais conduções como nós conduzirmos o eleitorado, antes deles, para as urnas (id 131).

Entre os habitantes de Palmitinho, 1.374 eleitores estavam aptos a votarem, apenas comparecendo 744 votantes. Destes, 558 responderam sim, enquanto 186 responderam não ao plebiscito.

Havia interesses mais fortes e determinantes que estimulavam a presença da igreja nestas ocasiões: o fator político partidário. Por isso, a participação do Poder Eclesiástico não se justificava apenas pelo fator local.

Com a instalação do município de Frederico Westphalen, em 28 de fevereiro de 1955, o Distrito de Palmito passou a pertencer ao município emancipado.

3 O PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE PALMITINHO

Com a conquista da Paróquia, a instalação da escola e o desenvolvimento da vila, contando com várias casas comerciais e as comunidades do interior bem estruturadas, parcela da comunidade do Distrito de Palmitinho aspirava sua autonomia politico-administrativa

Sendo pioneiro na ideia de emancipação o Sr. João Isidoro Balestrin, que, leitor assíduo do jornal Correio Rio-grandense, leu a notícia de que os distritos que quisessem se emancipar e preenchesse os pré-requisitos exigidos deveriam manifestar-se. Comunicou a notícia ao Padre Bruno Paris e entre conversas informais com outras pessoas com liderança na comunidade discutiam vantagens e desvantagens de se investir e propugnar pela conquista da emancipação.

"Foi que eu encontrei no jornal que dizia o seguinte: quem quer ser mancipado, tá na hora de fazer levantamento e se manifestar" (cfme. João Isidoro Balestrin) .

As primeiras viagens à capital do Estado (Porto Alegre), sobre assuntos referentes à emancipação, foram feitas pelo Sr. Francisco Balestrin e Dr. Luiz Pinto da Silva. Foi, depois organizada uma Comissão Emancipadora a fim de que Palmitinho pudesse ter a sua imediata autonomia.

Conforme Ata nº 1, constante no Processo de Emancipação, foi realizada a primeira reunião oficial em 15 de dezembro de 1962, no salão de festas da paróquia Santa Terezinha de Palmitinho, sendo na oportunidade eleita a Comissão emancipadora Provisória, ficando composta pelos seguintes membros:

- 1- Tristão Antônio de Matos
- 2- Henrique Zanatta
- 3- Olímpio Covatti
- 4- João Albarello
- 5- Doracy Peron
- 6- Emilio Hugo Flack
- 7- Pacifico Garcia da Rosa
- 8- Odário José de Simas
- 9- Afonso Senger
- 10- Primo Lourenço Albarello
- 11- Francisco Maurilio Balestrin
- 12- Eurico Piaia

Em agosto de 1964, o assunto da emancipação tornava-se obrigatório, objetivando agilizar os encaminhamentos legais, a Comissão Emancipacionista, escolheu através de voto secreto e entre os membros da comissão foi eleita a seguinte diretoria:

Presidente: Francisco Maurilio Balestrin

Vice-presidente: Eurico Piaia

Secretário: Primo Lourenço Albarello

Tesoureiro: Henrique Zanatta

Conselho Fiscal: Tristão Antônio de Matos, Olímpio Covatti, Pacifico Garcia da Rosa, Odário José de Simas, Darcy Perón, Emilio Hugo Flack, João Albarello, (ENDERLE, 1996 p.133).

Após a definição de cada membro da comissão, agilizou-se de imediato o encaminhamento e o preenchimento dos quesitos legais, através da tramitação processual normal. Foi providenciado pela Comissão o credenciamento junto à Assembléia Legislativa em 4 de agosto de 1964, conforme consta no processo de emancipação encaminhado a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Um grupo de líderes, encabeçado pelo Sr. João Isidoro Balestrin, iniciaram uma intensa campanha para tornar o Distrito de Palmito em Município. Segundo depoimentos e entrevistas com algumas pessoas que viveram este momento importante da história do nosso município, entre tantas dificuldades enfrentadas, percebe-se que a comunicação com o povo dos mais distantes recantos do município era muito difícil.

Fazia-se necessário percorrer todos os cantos do município, as péssimas condições das estradas da época e não dispondo de outros meios de transportes, a campanha de conscientização foi feita a cavalo pelo Sr. João Isidoro Balestrin, chegando a ficar até um mês fora de casa. Enquanto seu irmão Francisco Maurilio Balestrin, presidente da comissão emancipacionista, e demais membros da comissão cuidavam dos trâmites legais com longas viagens a capital do Estado. O Sr. João Isidoro Balestrin percorria o distrito em busca do apoio do povo.

Eu fui o "cabeça" de "manchipação" li uma notícia no Jornal Correio Rio Grandense, que tava na hora de "manchipa" então eu "garei" reuni os principais e percorri a área a ser "emanchipada". A maior parte da campanha do sim fiz a cavalo percorrendo todo o distrito (cfme Sr. João Isidoro Balestrin).

Não foi fácil divulgar esta ideia e enfrentar oposição por parte de muitos que a achavam desfavorável as suas comunidades.

Eu era contra e grande parte da comunidade do Pinheirinho; achávamos que para nós era melhor que Caiçara se emancipasse e Pinheirinho ficasse pertencendo para lá. Eu fui um dos que votei contra a emancipação de Palmitinho (cfme. Professor Marcos Otto Barth).

À medida em que a Comissão Emancipacionista, num trabalho sério, persistente e incansável, preenchia todos os pré-requisitos legais, a Assembleia Legislativa e Leis complementares autorizavam a realização da consulta plebiscitária dos distritos a serem emancipados. Graças à garra e a dedicação desses líderes seus objetivos foram alcançados.

A data do plebiscito foi no dia 5 de setembro de 1965. Foi um dia histórico. Sobre ele encontramos o seguinte registro do Pe. Paris.

O dia amanheceu de cara feia, porém as urnas de boca rasgada tragam os votos do valoroso eleitorado que, no cumprimento de seu dever, não ouve o trovão que muge a

não faz conta da chuva que desanda aos cântaro; Palmitinho, mobilizado em todas as suas forças, arde no anseio de sua emancipação. O Sr. João Balestrin chefe da campanha, assessorado por bravos auxiliares ao volante do Toyota do vigário, rasga as estradas quase intransitáveis, camisa ensopada, mãos e rosto respingados de lama, coordena o movimento nos pontos mais afastados (Cfme. Livro Tombo da Paróquia Santa Terezinha).

Houve apenas dois focos de resistência à emancipação. Concentravam-se eles na sede do Distrito de Pinheirinho, cuja resistência era por motivo de que a comunidade desejava pertencer ao município de Caiçara, que situava-se próximo ao mesmo, e que neste mesmo período cogitava também sua emancipação. Havia também divergências entre a comunidade do Palmito e Linha Boa Vista quanto à instalação da sede do município. Os moradores da Linha Boa Vista desejavam que a sede do município fosse instalada naquela comunidade, devido ao grande número de habitantes e a infraestrutura que a comunidade possuía, esse conflito justifica a resistência à emancipação.

O resultado do plebiscito acusou: Sim 817 votos; Não 420 votos; Brancos 12 votos; Nulos 15 votos.

A tantos esforços por parte dos faustores do sim, não correspondeu trabalho organizado algum pelos contrários que se limitavam a gargantear pelas bodegas, na certeza de que essa gentinha de Palmitinho nada arranjaria. A contagem de votos, todavia revelou-se favorável à emancipação na proporção de dois terços por um (Livro Tombo, p.10v)

Apesar da vitória folgada do "sim" foi expressivo o número de votos contrários à conquista da autonomia para o Distrito de Palmito. Esses focos contrários poderiam representar um problema maior para o primeiro mandatário não tivesse ele bom trânsito entre os mesmos (ENDERLE, 1996).

A Assembleia Legislativa decreta com a sanção do governador, a criação do município que por força da lei e tendo em vista a existência de outro município com o mesmo nome, passou a chamar-se pela forma diminutiva "Palmitinho".

A instalação oficial do município ocorreu no dia 22 de Maio de 1966, época em que o país vivia um período de ditadura Militar tendo em vista a recente "revolução" de 31 de março de 1964.

O governador do Estado nomeou como interventor para governar o município o Sr. Eurico Paia até a realização das eleições municipais.

A respeito da escolha do interventor constatamos que a pessoa que tanto batalhou e foi pioneiro na ideia de emancipação e que por mérito deveria ser escolhido para ser o interventor, o Sr. João Isidoro Balestrin, por ser do partido de oposição do governo (MDB) não foi aceito.

No Livro de Tombo encontramos o seguinte registro.

Em reunião da qual participaram os principais chefes de família da Vila para determinar quem por primeiro regeria a sorte da nova comuna, a escolha recaiu em pleno e comum acordo sobre o nome do Sr. Eurico Piaia, honesto e bem relacionado negociante daqui, que encabeçando o termo a ser apresentado ao Presidente da República, automaticamente seria nomeado interventor Federal do novo município e solenemente empossado no dia oficial da instalação. (Livro de Tombo, V :18)

Os resquícios da Ditadura Militar ainda atemorizam a população local, que quando instigados, falam com receio e deixam transparecer o medo de serem ainda reprimidos, embora vivendo numa outra época.

Bom, eu acho que a pessoa que mais lutou e que por merecimento deveria ser indicado, o seu João Balestrin, mas como ele era do partido contrário do governo ele não foi escolhido, porque ele não era da ARENA, era do MDB, "o partido do Brizola, do comunismo" como diziam na época. Então foi escolhido o seu Eurico Piaia que era da ARENA (cfme. Marieta Verdi).

Em 22 de maio de 1965 tomou posse a primeira autoridade do município, o interventor Sr. Eurico Piaia, administrando como interventor, durante 2 anos, a fim de que coincidissem com as próximas eleições municipais do Estado. O Padre Bruno Paris, por ocasião da instalação do município registrou para a História:

Palmitinho herdou o nome dos grupos de palmeiras que com seus numerosos leques rendilhavam o banhado da quadra. E por isso talvez em seus dias históricos Palmitinho não dispensa a chuva. O largo da Prefeitura, ornamentado no dia anterior, o estrado para autoridades, o altar para a missa, arcos, flores, enfeites, tudo debaixo de um aguaceiro insistente inutilmente esperando só uma hora de paz e de bonança

O Sr. Bispo, o Padre Luiz Hoffmann, rezou a Santa Missa, aos pés de Santa Terezinha, Padroeira de Palmitinho. Estavam presentes além do delegado, o Sr. Bispo, Monsenhor Vitor Battistella, o Juiz da Comarca, o Prefeito de Frederico Westphalen, Seberi, Everal Seco, o Dr. Leonel Flores da Rosa e outras personalidades vindas do Município-Mãe e de fora.

Fizeram uso da palavra além do Juiz da Comarca a quem coube o encargo de instalar oficialmente a nova comuna e seu primeiro Edil na pessoa do Sr. Eurico Piaia, Monsenhor Vitor Batistella e o Sr. João Muniz Reis, prefeito de Barril que evocaram os primeiros tempos da colonização desta zona que eles palmilharam a cavalo em toda a sua extensão.

O interventor apresentou sua pessoa simples e despretensiosa, porém cheia de boa vontade, em nome do povo falou o Sr. João Balestrin o Padre Vigário convidou a honrar a autoridade constituída que pelos seus predicados pessoais impõe-se o respeito e a benevolência de todos Por fim, o Sr. Francisco Balestrin, comandante da campanha agradeceu a quantos colaboraram pela emancipação. (Livro de Tombo, V. L 11 v).

Quanto à trajetória dos imigrantes de origem italiana, percebe-se o seu crescimento na participação política regional. Nota-se que a maioria dos líderes que participaram do processo emancipacionista de Palmitinho descendem de italianos, o município foi administrado pelo

interventor Eurico Piaia por dois anos, a fim de que coincidissem com as próximas eleições municipais do Estado.

Em 15 de novembro de 1968 o povo de Palmitinho foi às urnas para escolher seu primeiro mandatário e apurados os resultados foi eleito para prefeito o Sr. Oterno Sommer e para vice-prefeito o Sr. Marcos Otto Barth, para administrar o município no período de 31 de janeiro de 1969 a 31 de janeiro de 1973.

Os descendentes de italianos que haviam participado ativamente na colonização e no processo de emancipação do município ficaram espantados com a sua ausência na "testa" da primeira administração eleita.

O resultado surpreendeu as lideranças que encabeçaram a criação do município, onde o candidato favorito, Sr. João Isidoro Balestrin, pioneiro na colonização do município, bem relacionado e participante ativo na comunidade, que lutou com garra, dedicação, pujança, responsabilidade e compromisso em prol do progresso da comunidade. Cidadão honesto acreditava que o povo votaria consciente na sua pessoa levando em conta seu trabalho e colaboração na sociedade, a sua derrota foi polêmica, gerando uma divisão social.

Essa divisão foi causada pela disputa do poder, onde o "*forasteiro*" recém chegado ao município vence as eleições conquistando a simpatia popular, identificando-se com as pessoas mais simples. No decorrer da campanha política refugiou-se nas comunidades interioranas integrando-se com o povo humilde.

O candidato usou várias manhas para conquistar o povo, usando trajes típicos gaúchos promovia noitadas regadas a comensais e bebidas como: churrasco de cabrito, cachaça e mandolates provenientes de sua fábrica instalada no município, pernoitando e fazendo as refeições nas famílias visitadas (cfme. Gelsmino Candaten).

O preconceito dos descendentes italianos em relação às demais origens, e o estilo autoritário de seus líderes de impor suas ideias prejudicou a campanha política dos candidatos de origem italiana, facilitando a vitória do "forasteiro", que

Teve facilidade de conquistar os lusos, caboclos que eram em grande número no interior do município, pois a cultura italiana era muito preconceituosa em relação às demais origens. Os italianos não aceitavam a mistura das raças e o povo sentia-se rejeitado, como o Oterno Sommer era simples e amigo de todos, conquistou esse povo (cfme. Professor Marcos Otto Barth).

Agindo dessa forma soube explorar muito bem os sentimentos dos eleitores e assim conquistando a sua vitória nas urnas.

Da vitória nasceu o descontentamento da oposição, que não aceitando o prefeito eleito, levantou uma suspeita contra o mesmo, denunciando-o de ter fraudado títulos eleitorais, resultando na sua prisão, o qual permaneceu preso durante cinco meses.

Entre tantas acusações nada foi provado, o prefeito foi absolvido pela justiça, reassume seu cargo, mas as divergências e intrigas políticas continuaram dificultando o andamento e o desenvolvimento dos trabalhos administrativos da época.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e Gaúchos- Os anos Pioneiros da colonização italiana no Rio grande do Sul.**2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra. 1982.

BALESTRIN, João Isidoro. Fevereiro 2001. Entrevista a Dina dos Santos Cauduro.

BARTH, Marcos Otto. Abril 2001. Entrevista a Dina dos Santos Cauduro.

CANDATEM, Gelsumino. Março 2001. Entrevista a Dina dos Santos Cauduro.

DACANAL, José H; e GONZAGA, Sergius. **Rio grande do Sul: imigração e Colonização.**2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

DE BONI Luis A e COSTA, Rovílio. **Os Italianos no Rio grande do Sul.** Porto Alegre:EST São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS/ Correio Rio-grandense,1984.

ENDERLE, Armando Triches, **Palmitinho, Origem e Trajetória, Histórico Cultural.** Frederico Westphalen- RS: Editora da URI, 1996.

LIVRO DE TOMBO V.I Paróquia de Santa Terezinha Palmitinho.

VERDI, Marieta. Fevereiro 2001. Entrevista a Dina dos Santos Cauduro.

Políticas públicas no Alto Uruguai: análise e interpretação de dados

Nailé Locatelli Fantin¹

Antonio Joreci Flores²

INTRODUÇÃO

Com o avanço do capitalismo neoliberal, modificando a economia, a política e a sociedade, impondo em nosso dia a dia o consumismo cada vez mais como uma idéia falsa de realização pessoal, onde os sentimentos de ganância e egoísmo são estimulados pelo “ter”, a população torna-se alienada em tudo o que é voltado ao espírito do “ser”. Mas nem todas as classes estão aptas a acompanhar tais avanços capitalistas, onde os níveis de exclusão social tornam-se significativos, o sistema do capital não abre exceção àqueles que não têm poder aquisitivo para consumir os produtos que a mídia divulga. O mundo torna-se globalizado, mas para apenas uma parcela da população.

As políticas públicas, então, vêm para minimizar os níveis de exclusão existentes em nossa sociedade, através de vários programas e projetos, estimulando assim as pessoas menos favorecidas a participarem de programas sociais, e dentro desta perspectiva, com o tempo, adquirirão autonomia, pois ao passo que está incluída na sociedade, não mais necessitará depender do auxílio governamental. Buscando-se assim alcançar a igualdade social, objetivo maior das políticas públicas.

Os programas de renda mínima no Brasil começaram a ser discutidos por volta de 1975, onde era pretendido que aqueles que recebessem uma renda anual inferior ao valor estipulado (como um salário mínimo na época, por exemplo), seriam isentos do pagamento de impostos de renda. Este foi apenas um impulso para que influenciassem a prática do Plano de Combate à Fome e Miséria, durante o Governo de Itamar Franco (DALLA NORA, 2007).

Depois disso, os programas foram crescendo e modificando, conforme a necessidade e ampliação de abrangência dos mesmos, assim como aspectos de natureza financeira do Governo Federal, vinculando também à educação e saúde, bem como práticas sociais de orientação e necessidade de pessoas aptas para trabalhar em cada município, atendendo as necessidades da população de baixa renda, essencialmente.

¹ Graduada em História pela URI-FW. Pós-graduada em Lato Sensu em Africanidades e Cultura Afro-Brasileira pela Unopar.

² Professor Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC), orientador da pesquisa.

Assim sendo, o Estado é o órgão que garante a cidadania da população, através de serviços públicos e da seguridade social, apesar disto representar apenas o mínimo necessário para garantir a cidadania. Nos dias atuais, vivemos em um sistema político democrático, apesar da democracia vigente ter, na prática, um modo diferenciado do sentido teórico da palavra. É garantia de que todos são iguais perante a lei, não havendo assim discriminação de raça, cor ou crença, acesso a um emprego digno e recebimento de um salário que venha a suprir suas necessidades básicas para uma vida honesta e condizente com o restante da sociedade, tendo o direito ao acesso à educação, saúde, habitação, lazer, liberdade de expressão, lutar por seus valores e acima de tudo, ter uma vida digna de ser homem. (COVRE, 1998)

1 ANÁLISE COMPARATIVA DA QUESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DAS ENTREVISTAS³ REALIZADAS EM CRISTAL DO SUL E VICENTE DUTRA – RS COM AS ASSISTENTES SOCIAIS MUNICIPAIS

1.1 Formatação dos dados identificados na pesquisa de campo e bibliográfica

Na manhã do dia 13 de março do presente ano, foi realizada a entrevista com a Assistente Social do município de Vicente Dutra que há mais tempo exerce a função (8 anos) e por envolver-se em todos os programas sociais entre outras funções, diferente das outras assistentes, que envolvem-se em alguns apenas, facilitando o desempenho. Mostrou-se segura ao responder as questões, onde se pode manter um diálogo constante, facilitando assim a comunicação entre entrevistador/entrevistado. Gosta do que faz e se dedica, mostrou conhecimento sobre todas as questões, facilidade em interpretar e responder, bem como dando alguns exemplos, o que pareceu ser uma pessoa que lê e busca saber de coisas novas, deixando isto claro já na resposta da primeira questão, sendo ela também quem realiza as pesquisas e os planejamentos sobre a sociedade para implementação de programas, deu para perceber que ela é quem “puxa a frente”, quem mais se manifesta e assim, acaba estimulando as demais pessoas que trabalham no local. A entrevista deu-se a partir de um diálogo através de questões pré-elaboradas, o que possibilitou extrair os resultados para a pesquisa.

No dia 06 de abril de 2009, foi realizada a entrevista no município de Cristal do Sul - RS,

³ As entrevistas, realizadas em 2009, tiveram como alvo as assistentes sociais dos municípios de Cristal do Sul – RS e Vicente Dutra – RS, ambas pertencentes à Região do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, foco de nossa pesquisa. As perguntas foram semiestruturadas antes, para que se pudesse, caso oportuno, perguntar algo que não estivesse programado e que fosse pertinente à pesquisa. O objetivo principal do projeto é realizar um estudo interpretativo dos dados identificados na pesquisa no que se refere às tipologias de políticas públicas existentes, em municípios da região do Médio Alto Uruguai - RS, e suas condições de implementação, visando à inclusão social dos segmentos da sociedade, característicos da problemática da exclusão.

no local onde trabalha a assistente social que está a mais tempo em exercício, por ter mais conhecimento dos assuntos abordados na entrevista. Já de início, demonstrou interesse sobre o projeto, perguntando para que servirá a entrevista, se iria ser realizado algum trabalho no Município, enfim, como funciona e qual a intenção do projeto e da pesquisa. Ao começar a entrevista, a assistente demonstrou-se um pouco insegura, mas conforme foi avançando nas perguntas através de uma conversa, de um diálogo contínuo, começou a sentir-se mais confiante ao responder as questões, apesar de respondê-las na maioria de forma objetiva, foi preciso fazer algumas perguntas que não estavam no roteiro para conseguir uma resposta mais abrangente, o que foi obtido daí com mais facilidade. Apesar das dificuldades ocorridas na entrevista, pode-se perceber também que a assistente é uma pessoa interessada e desenvolve seu trabalho dentro das possibilidades, inovando sempre que possível. Foi seguido o mesmo roteiro de perguntas pré-estabelecidas da entrevista realizada em Vicente Dutra-RS.

Ao comparar os Municípios de Vicente Dutra e Cristal do Sul - RS quanto às políticas públicas, nota-se concordância em alguns aspectos e algumas diferenças relevantes. Serão analisadas as questões em comparação das respostas de ambos os Municípios:

Ao questionar sobre como os municípios são informados sobre as políticas públicas, houve concordância: as entrevistadas responderam que a informação ocorre através da internet no site do governo, o qual é acessado com frequência em busca de novidades pelas assistentes sociais e outros funcionários envolvidos, e-mails recebidos e por divulgação, além de correspondências.

1.2 A sistemática de operacionalização das políticas públicas para a inclusão

Na questão onde o assunto era relacionado sobre como ocorre a implementação dos programas nos municípios, novamente foram obtidas respostas parecidas, onde uma assistente complementou a outra, apesar de tratarem-se de municípios diferentes, destacaram que é realizado o pedido de implementação através de um projeto realizado pelo município, onde é pesquisado aquilo que ainda está dificultando a inclusão social das pessoas, e escolhido um dos programas oferecidos que visa às necessidades do município para que possa, dentro de sua metodologia e público-alvo predefinido, atingir as pessoas que precisam de auxílio e suprir suas necessidades básicas. Quando aprovados estes projetos, são assinados consórcios/convênios, onde existe um prazo para os municípios assinarem e sanar aquela dificuldade de inclusão que tem no município, sendo incluído nele as pessoas que possuem o perfil já predefinido no próprio programa.

Segundo Koop (2007), ao mencionar sobre a necessidade da assistência social de forma abrangente, diz que:

[...] assume uma natureza de promoção social através de um conjunto de programas e projetos que lutam pela melhoria das condições de vida da população excluída, exercendo-se dessa maneira, seu poder de participação política, podendo com isso conquistar a cidadania. (KOOP, 2007, p. 11).

Ao comentarem sobre a eficiência dos programas (se é aplicado conforme as exigências e passos de cada programa) que estão em vigor em cada município, foram obtidos comentários consistentes, que diferem em alguns aspectos. Em análise a estas respostas, pode-se destacar que é pretendido seguir conforme o que o programa preconiza, alguns dão mais abertura, onde o município pode optar a forma de trabalho e grupo, outros não dão tanta abertura, e o que se faz é tentar adaptar dentro das possibilidades, pois existe uma fiscalização sobre os mesmos, onde os prazos devem ser cumpridos. Há divergências nas respostas quanto às exigências, se são seguidas ou não, pois em Vicente Dutra - RS foi concluído que nunca é como na teoria, pois na prática, ao lidar com pessoas, às vezes é difícil seguir conforme sugerido ou criar algo além, e em Cristal do Sul - RS, busca atender/cumprir o que está pedindo o programa, pois é enviada a prestação de contas ao governo responsável pelo programa, como uma espécie de fiscalização.

1.3 Interpretação e análise da eficiência na implementação das políticas pela esfera municipal

Em relação às perspectivas futuras, sobre o que se pretende realizar nos municípios, as respostas foram positivas. Demonstraram preocupação com a renda das pessoas, em proporcionar situações em que as pessoas possam desenvolver atividades que gerem renda, não apenas de artesanato, e também a realização de projetos para a implementação de novos programas sociais, como é o caso de Vicente Dutra, e criação de grupos, ampliando a abrangência de alguns programas já implementados e criação de uma horta familiar, também com o objetivo de sustentabilidade, em Cristal do Sul.

Vicente Dutra: existem projetos para realização de mais oficinas neste ano, haviam sido realizadas ano passado oficinas de artesanato (bordado, pintura em pano de prato, etc.), mas este ano a proposta é fazer oficinas que garantam também a renda das pessoas, para que depois possam dar continuidade sem depender do programa e sem depender de outros. Serão realizadas estas oficinas com vários grupos, com pessoas de várias idades. Estão tentando também, desde o

ano passado, implantar no Município o Programa ProJovem⁴, já foi feito o projeto, e estão aguardando resposta, ano passado foi recusado o projeto, e este ano foi realizada uma nova tentativa.

Segundo Dall’oglio (2003), ao analisar os comportamentos e resultados dos grupos sociais criados nos programas de auxílio social, diz que:

Os processos grupais [...] possibilitam a identificação e a troca de experiências que favorecem o crescimento e o desenvolvimento individual e grupal [...] criando assim possibilidade [...] de crescimento e amadurecimento pessoal, na medida em que começam a modificar a própria conduta, a processarem o autoconhecimento, da realidade. (DALL’OGLIO, 2003, p. 39).

Em Cristal do Sul, foi criada, no final do ano passado, uma complementação de subsistência ao programa Bolsa Família, onde foram selecionadas 20 famílias das que participam do programa, para participarem também do “Programa Bolsa Família – Incentivo à Produção Autosustentável”, onde os participantes recebem da prefeitura 3kg de feijão para plantarem, e depois de um período, devolvem à prefeitura 1,5kg do que colheram, utilizando recursos do IGD (Índice de Gestão Descentralizada), que segundo Aguiar (2008):

Os recursos do IGD devem ser aplicados nas seguintes atividades: gestão de condicionalidades, gestão de benefícios, acompanhamento das famílias beneficiárias, cadastramento de novas famílias, atualização e revisão das informações contidas na base de dados do CadÚnico, atendimento às demandas relacionadas à fiscalização do PBF e implementação de programas complementares ao PBF nas áreas de:

- alfabetização e educação de jovens e adultos;
- capacitação profissional;
- geração de trabalho e renda;
- acesso ao micro-crédito produtivo orientado; e
- desenvolvimento comunitário e territorial, entre outras. (AGUIAR, 2008, p. 01).

O benefício do IGD foi em parte destinado ao recurso de geração de trabalho e renda, ao incentivar o plantio de feijão em Cristal do Sul – RS. Este ano foi incluído também o Programa Piso Básico de Transição, que é destinado à crianças, famílias e idosos.

No PIM (Primeira Infância Melhor), foi criado um programa de incentivo ao plantio de árvores frutíferas, do qual participam as crianças de 0 a 1 ano, integrantes do PIM, onde recebem uma muda de árvore para plantarem e cultivarem no quintal de casa; até agora foram plantadas apenas árvores de laranja, mas pretende-se ampliar a variedade de árvores frutíferas. Estes auxílios aos programas foram criados para a subsistência das famílias que, segundo a assistente social, moram geralmente na área rural do Município, tendo condições de plantar o próprio

⁴ ProJovem: Programa destinado à jovens de 15 a 17 anos, com capacitação teórica e prática, por meio de atividades que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando para o mercado de trabalho. O benefício é de R\$ 65,00 mensais no período de até doze meses e, nesse período o jovem deve participar dos cursos desenvolvidos e atuar na comunidade. (MDS, 2007).

alimento, o que falta é estímulo e auxílio às pessoas, que ultimamente compram tudo aquilo que poderiam produzir em casa. Este problema não ocorre somente em Cristal do Sul - RS, mas em muitos lugares, é visto como uma tendência do consumo apenas, e não mais do cultivo familiar de produtos alimentícios, tendendo à compra de produtos com poucos nutrientes e industrializados se comparados ao que poderia ser produzido.

Muitas pessoas, diante desse contexto, paralisam, simplesmente permanecem estáticas, sem reação e não se entusiasmam a buscar alternativas. [...] não conseguem identificar possibilidades, nem mesmo “olhar” um outro tipo de vida que não o vivido, o qual já está marcado por inúmeras situações injustas e excludentes. [...] para muitas famílias, a preocupação em relação às necessidades básicas: o que comer no almoço ou no jantar origina dificuldades de criarem projetos futuros, mesmo para aqueles bem próximos. (DALL’OGLIO, 2003, p. 14).

Pretende-se dar continuidade a estas formas alternativas de subsistência, abrangendo esta iniciativa e fiscalizar a eficiência das mesmas nas propriedades. Há a possibilidade de cultivo por tratar-se de um Município essencialmente agrário, havendo espaço para o plantio nas moradias. Ainda esse ano, será criado um grupo de crianças e adolescentes com recurso do IGD (Índice de Gestão Descentralizada) do Bolsa Família, ampliar alguns programas, buscando atingir o objetivo e a implantação de uma horta familiar. Aguiar (2008) nos dá uma explicação sobre o funcionamento do Índice de Gestão Descentralizada:

O IGD (Índice de Gestão Descentralizada) [...] é um número indicador que varia de 0 a 1 e mostra a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito municipal, além de refletir os compromissos assumidos pelos municípios no Termo de Adesão ao Bolsa Família. [...] Com base nesse indicador, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa recursos aos municípios para que façam a gestão do Programa. É importante observar que quanto maior o valor do IGD, maior será o valor do recurso transferido ao município. (AGUIAR, 2008, p. 01).

Ao ser questionado sobre o valor recebido do governo federal, estadual e prefeitura municipal, se é suficiente para manter os programas sociais que estão em funcionamento, em Cristal do Sul foi mencionado que depende do programa, e em Vicente Dutra a resposta foi afirmativa, pois há planejamento por parte dos governos quanto aos gastos, onde tudo já é programado de maneira abrangente, ou seja, não são pensadas nas especificidades de cada região ou local, os gastos são planejados, mas de maneira ampla, para todo o Brasil e/ou estado, e às vezes tenta-se adaptar para não perder o benefício. Mas não há abertura e financiamento suficiente para que seja criado algo além, apenas cumprido o que é exigido pela metodologia do programa. Destacando que, segundo a assistente social de Cristal do Sul, quando necessário o Município dá a contrapartida nos demais programas, pois o Estado exige

também a contrapartida municipal.

Para encerrar as entrevistas, foi pedido para que as assistentes sociais de cada Município dessem sua opinião pessoal quanto às políticas públicas que estão em andamento na área de Assistência Social. As respostas foram positivas, apesar de não considerarem os programas completos, dizem que eles suprem aquilo que se julga como necessidade básica das famílias, os programas estão conquistando seus objetivos, apesar de, como destaca a assistente de Vicente Dutra – RS, *serem programas de custeio, e não investimento a longo prazo* e subsistência familiar. A assistente de Cristal do Sul complementa a questão ao mencionar que: *a gente busca trabalhar o que é uma deficiência tanto para a família como para a comunidade em geral.*

Quanto às estruturas de cada ambiente direcionadas ao atendimento social, são diferentes: Em Vicente Dutra – RS tem o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), localiza-se ao lado da prefeitura, próximo à Praça Municipal. Possui uma recepção, 3 salas de atendimento individual e uma sala grande para reuniões, entre outras atividades. Quanto às dependências do CRAS, existe um modelo padrão pré estabelecido pelo Governo Federal, o qual

Abriga no mínimo três ambientes: uma recepção, uma ou mais salas reservadas para entrevistas e salão para reuniões com grupos de famílias, além das áreas convencionais de serviços. O ambiente do CRAS deve ser acolhedor para facilitar a expressão de necessidades e opiniões, com espaço para atendimento individual que garanta privacidade e preserve a integridade e a dignidade das famílias, seus membros e indivíduos. [...] A estruturação e manutenção do espaço físico do CRAS é de responsabilidade do município/Distrito Federal como cumprimento do requisito de habilitação ao nível básico ou pleno de gestão do SUAS. (MDS - SUAS, 2008, p.01).

Pode-se afirmar então, comparando o espaço físico destinado ao CRAS em Vicente Dutra - RS com o que o Governo Federal prevê que no Município está se utilizando da determinação padrão, com pequenas distinções, devido a uma melhor otimização do espaço para a organização, no que prevê ainda, além da estrutura física, as pessoas que lá atuam, incluindo as assistentes sociais, secretários, entre outros funcionários e psicólogos.

Das pessoas que trabalham no CRAS, há uma Secretária de Assistência Social Municipal que iniciou suas atividades este ano, 3 assistentes sociais, dentre elas uma estagiária e também uma psicóloga e outros funcionários que ajudam, inclusive pessoas da comunidade que auxiliam nos cursos de artesanato, entre outros cursos e palestras.

Em Cristal do Sul, o local de atendimento não tem uma estrutura tão funcional, é atrás das dependências da antiga Prefeitura Municipal (onde hoje funciona o Posto de Saúde Municipal na parte da frente), não possui uma estrutura de divisão por salas, o espaço é um local aberto. São atualmente três assistentes sociais trabalhando nessa sala, onde duas delas são estagiárias recém contratadas e a outra assistente já está há algum tempo nesta função

(mais ou menos 3 anos) e um secretário de Assistência Social que trabalha na prefeitura.

1.4 Conhecendo as políticas públicas existentes para minimizar essa problemática

Programas Sociais que estão sendo trabalhados nos municípios de Vicente Dutra e Cristal do Sul – RS:

PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAIS			
Programas	Descrição do Programa	Nº de beneficiados em Vicente Dutra	Nº de beneficiados em Cristal do Sul
Bolsa Família	Podem fazer parte do Programa Bolsa Família às famílias com renda mensal de até R\$ 120,00 por pessoa devidamente cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Após ter sido selecionada, a pessoa receberá uma ajuda financeira mensal, variando de R\$18,00 a R\$172,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos.	522 famílias (9,37 da população total do Município)	309 famílias (10,41% da população total do Município)
PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil)	No turno inverso ao escolar, as crianças e adolescentes participam de atividades pedagógicas em um espaço reservado (Jornada Ampliada. O benefício mensal é de R\$ 20,00 por criança/adolescente.	20 adolescentes da área urbana	---
Piso Básico	São recursos que podem ser usados para o financiamento das despesas em custeio dos serviços de modo complementar e exclusivamente no território de abrangência do CRAS.	38 famílias e 38 idosos	---
PAIF (Programa de Atenção Integral à Família)	Desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS, tendo por perspectivas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco.	Atende as mesmas 522 famílias que integram o Bolsa Família	---
BPC (Benefício de Prestação Continuada)	É um benefício da assistência social. O valor do BPC é de um salário mensal destinado aos idosos que não têm direito à previdência social e a pessoas com necessidades especiais que não podem trabalhar e levar uma vida independente.	48 pessoas, entre idosos e portadores de necessidades especiais	---
Pavilhão de Geração de Renda	As pessoas que participam deste programa têm a disponibilidade de utilizar destas salas comerciais para venda e o valor arrecadado é utilizado como auxílio à renda familiar.	Oito salas com estabelecimentos comerciais	---
PACS (Programa Agentes Comunitários de Saúde)	A proposta básica consiste no esclarecimento da população sobre cuidados com a saúde e seu encaminhamento a postos de saúde ou a serviços especializados em caso de necessidade que não possa ser suprida pelos próprios agentes.	Abrangência municipal	---
PSH (Programa de Subsídio à	O PSH é um programa cujo objetivo principal é subsidiar a produção de empreendimentos habitacionais para	---	45 beneficiados

Habitação de Interesse Social)	populações de baixa renda, nas formas de conjunto ou de unidades isoladas. Inclusão através de seleção dos inscritos.		
PROGRAMAS SOCIAIS ESTADUAIS			
Programa	Descrição do Programa	Nº de beneficiados em Vicente Dutra	Nº de beneficiados em Cristal do Sul
Fundo Estadual de Assistência Social	Cria condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações da Assistência Social e apoiar técnica e financeiramente os serviços, programas e projetos da Assistência Social, de acordo com as políticas e planos aprovados pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS; Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços da Política da Assistência Social, contemplando todas as funções da Assistência Social.	Atende 59 idosos	Atende 80 idosos
ASEMA (Apoio Socioeducativo em Meio Aberto)	O programa oferece reforço escolar em turno inverso ao da escola. São atendidas crianças e adolescentes entre 07 e 14 anos matriculadas em escola regular e que estão em situação de vulnerabilidade social. O atendimento prevê alimentação e atividades didático-pedagógicas diárias.	23 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos	---
OASF (Orientação e Apoio Sócio Familiar)	Inclui crianças de 0 a 6 anos e trabalho em artesanato com as mães e, para que possam receber o leite que é distribuído, as mães tem que participar do artesanato e palestras.	---	---
PIM (Primeira Infância Melhor)	São realizadas visitas nas casas de gestantes e crianças de até 3 anos, fornecendo orientações de higiene e cuidados. Na modalidade grupal, são atendidas crianças de 3 a 6 anos com atividades pedagógicas.	---	---
PROGRAMAS SOCIAIS MUNICIPAIS			
Programa	Descrição do Programa	Nº de beneficiados em Vicente Dutra	Nº de beneficiados em Cristal do Sul
PSF (Programa da Saúde família)	Todas as famílias são visitadas mensalmente por enfermeiros e agentes de saúde, conforme necessário. [Iniciativa de cada município].	---	100% do município atendido.

Quadro 01: Programas Sociais em gestão nos municípios de Cristal do Sul e Vicente Dutra-RS; forma básica de execução/funcionamento e o número de participantes.

CONCLUSÃO

Através das pesquisas pôde-se constatar que a área de assistência social está, cada vez mais, conquistando seu espaço em nosso país, mostrando as dificuldades do país, não mais escondendo, mas divulgando as feridas da nação. A partir disso, podemos observar, nas entrevistas, que há uma preocupação quanto à subsistência familiar, a alimentação, onde os recursos apenas financeiros não são mais suficientes para a inclusão social. Segundo Grazia, (2007),

A questão mais significativa a ser pensada, porém, é o fato de que, pelo menos no que se refere a essas famílias, ao final do período de concessão do benefício, elas estarão na mesma situação em que estavam quando começaram a recebê-lo, o que indica a probabilidade de que continuarão dependentes e necessitando de novos auxílios. (GRAZIA, 2007, p. 07).

Como a região do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul é essencialmente agrária, onde os municípios entrevistados, apesar de pouca densidade demográfica, a maioria das pessoas habitam na zona rural, mas não há estímulo para a plantação de alimentos, de reeducação alimentar, tirando o sustento do solo, e não depender do mercado, pois de nada adiantaria o valor que o governo destina às pessoas se, quando este benefício não mais for prestado, as pessoas forem tão ou mais dependentes quanto antes, se não encontrar maneiras, será inevitável. Então, os programas sociais estão, de certa forma, auxiliando as pessoas, mas depende delas como e onde investir, e não apenas utilizar para pagar despesas que poderiam ser suprimidas. A alternativa está sendo tomada, mas é um trabalho que dará resultados consistentes a longo prazo, a comunidade deverá estar comprometida como um todo também, pois individualmente, será mais difícil alcançar os objetivos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Aline. **Índice de Gestão Descentralizada** – IGD. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/estados_e_municipios/indice-de-gestao-descentralizada-igd/> Acessado em: 13/04/2009.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DALLA NORA, Helenice Aparecida Derkoski; SZATKOSKI, Gabriela. **Programa Bolsa Família: A realidade social das famílias beneficiadas em Frederico Westphalen**. Revista Temas Sociais em Expressão. Ano VI Número VI. Frederico Westphalen – RS: Editora da URI, 2007.

DALL'OGGIO, Nadjesda Schimidt; Dalla Nora, Helenice (Orient.). **Programas de renda mínima:** possibilidade de emancipação e desenvolvimento social? Frederico Westphalen, RS, 2003. 54 p. Monografia de conclusão do curso de Pós-Graduação – Especialização em Práticas Sociais em Família – URI – Campus de Frederico Westphalen.

KOOP, Karine Dill; DALLA NORA, Helenice (Orient.). **As políticas sociais no Brasil e os programas de transferências de renda.** Frederico Westphalen, RS, 2007. 38 p. Monografia de Conclusão do Curso de Serviço Social, URI – Campus de Frederico Westphalen.

MDS-SUAS - Governo Federal. **Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)**
Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>>
acessado em: 10/06/2008.

MDS-SUAS - Governo Federal. **Conheça quem cria, discute e monitora as políticas sociais.**
Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/conheca/conheca07.asp>> acessado em
06/06/2008.

Memória associativa no município de Frederico Westphalen: uma leitura fotográfica

Jussara Jacomelli¹

INTRODUÇÃO

O presente da existência humana está sendo figurado pela mitificação do tecnicismo como um valor inquestionável. Um mito que vem caracterizando as organizações territoriais, ressignificando o existir humano e, muitas vezes, abafando a identidade, promovendo o desconhecimento do eu e do “nós” membros da coletividade. Nessa realidade, reconstruir na memória, a História, talvez venha a ser uma das mais significativas ações dos literários historiadores em prol da identidade de um povo. Na Constituição Brasileira, em seu artigo 216, foi deliberada a condição de patrimônio histórico brasileiro aos bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 2011).

1 O ASSOCIATIVISMO NO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN PELAS VIAS DA MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

A ideia de modernidade imprimindo e vendendo padrões, perfis humanos e sociais, econômicos e culturais, como valores absolutos e inquestionáveis, legitima o fim da liberdade, o fim da pluralidade de escolhas próprias ou coletivas. As pessoas (sujeitos?) vivem e nutrem sentimentos, ideais e, até mesmo, tipificam amigos, famílias, empresas, em nome de modelos, de perfis sociais e econômicos, vendidos como ideais. Em sua grande maioria, os sujeitos (?) desconhecem a História como um processo de identidade.

Assim, em nosso entender, a liberdade individual passa, necessariamente, por um comprometimento pessoal e social de uso da liberdade, o que exige uma reeducação, visto que requer reflexão sobre o presente e sobre o que somos e o que queremos ser, ao mesmo tempo em que, o conhecimento do que somos requer ir além do tecnicismo, requer enxergar o processo cultural humano do qual fazemos parte e que é História, é memória.

A memória é, hoje, um aspecto necessário à qualidade de vida do homem no Planeta Terra visto que, conforme Cassirer (1994), o homem é razão, mas é, também, fé, cultura. Assim,

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional; Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

para além da lógica geométrica, há a mente humana, para além da funcionalidade técnica do território, há o homem em sua totalidade, portador de cultura, de memória, de História. Assim, somos indivíduo e coletividades, parte e totalidades, singularidade e pluralidades, portadores de memória/identidade.

2 BREVES MEMÓRIAS HISTÓRICAS

Os primeiros moradores que se estabeleceram no território do Município de Frederico Westphalen criaram relações de cooperação visando à ajuda mútua como valor necessário para a vida social. Movidos por esse princípio, por exemplo, cediam e/ou comercializavam parte da propriedade. Ter vizinhança significava colaboração, ou seja, significava socorro em momentos difíceis, troca de favores, estabelecimento de parcerias no trabalho, como a organização de mutirões por ocasião de colheitas, entre outros aspectos.

O espírito cooperativo de vizinhança não permaneceu na orla da produção, mas foi estendido para o mundo comercial, resultando na criação de cooperativas agrícolas comerciais, a saber, a Cooperativa Vinícola Vitória Ltda., a Cooperativa Agrícola Brasil e a Cooperativa da Banha e Produtos Suínos.

2.1 Cooperativa Vitória LTDA

No ano de 1932, a Cooperativa Vitória era realidade no Município de Frederico Westphalen. Foi criada, conforme Silva (2011), a partir da manifestação de agricultores e lideranças municipais que fundaram a Cooperativa Vinícola Vitória Ltda. Para atender aos serviços de moagem, armazém e engarrafamento do vinho, os cooperados distribuíram as atividades em três ambientes: o ambiente da cantina, o ambiente do armazém e o ambiente do moinho colonial.

A figura 1, mostra em primeiro plano, dois ambientes, que no ano de 1940 serviam de armazém, e em segundo plano, um ambiente, o qual, no mesmo ano, servia como moinho colonial. Criada a Cooperativa, os senhores Ângelo Michelin, Luis Modesti e Antônio Milani, assumiram a diretoria. No ano 1938, o estabelecimento deixou de servir como espaço da Cooperativa e passou a pertencer a particulares. Parte da estrutura passou a ser conhecida como “Armazém Michelin.”



Figura 01: Estabelecimento da Cooperativa Vinícola Aurora. No ano de 1940/1941.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Em relação ao ambiente do moinho, Silva (2011) explica que no ano de 1938, foi vendido aos senhores José Ferrari e José Scapin, que investiram na prestação de serviços de moagem de grãos que, para a época, emergia como uma atividade de maior relevância social. Em vista disso, no ano de 1944, o prédio passou a servir somente para o desenvolvimento da atividade de moagem de grãos de trigo, milho e arroz. No ano de 1944, o Sr. Adão Krzyzaniak comprou-o e registrou-o como Moinho Krzyzaniak Ltda, o qual ficou conhecido como “Moinho dos Polacos.” (SILVA, 2011).



Figura 02: Prédio do Moinho Krzyzaniak, 2011.
Fonte: SILVA, 2011, p. 25.

Mesmo apresentando algumas ampliações em alvenaria, o prédio, ambiente do moinho colonial, mantém parte de sua originalidade e continua fazendo parte do cenário do território local. Em sua essência, abriga parte da História que lhe deu origem. Serviu como área de produção e vivência do associativismo. Sua criação foi resultado da ação coletiva que terminou como uma empresa particular a qual, por sua vez, manteve sua característica cultural de

responder e atender às demandas locais de transformar os grãos em farinha, empregando uma tecnologia específica de época, que é mantida até os dias atuais.

2.2 Cooperativa Agrícola Brasil

A figura 3 é a imagem de uma das primeiras organizações comerciais de produtores agrícolas, a Cooperativa Brasil. Nossa região foi, desde os primeiros tempos, produtora de fumo. A produção requeria condições para o escoamento do produto até as regiões de comércio, o que equivalia a horas de viagem até chegar a lugares, como Santa Cruz. A necessidade de fomentar o escoamento desse produto e de outros, levou a população a criar a Cooperativa Agrícola Brasil. Não sabemos a época de sua criação, mas as imagens mostram que no ano de 1944, essa Cooperativa era uma realidade local e que, situava-se como potencial e necessária.



Figura 03: Prédio da Cooperativa Brasil do ano de 1944.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen.

No ano de 1947, a Cooperativa era motivo de festejos, o que mostra o associativismo como um componente básico da cultura local. Componente esse, decisivo na produção de condições técnicas para o desenvolvimento, desenvolvimento não só econômico, mas também, social. O registro fotográfico que segue, mostra a presença de homens e meninos na cooperativa, o que possibilita dizer que a ideia de cooperação deveria ser legada de pai para filho. O cooperativismo era compreendido como uma herança educativa salutar e necessária e que devia ter continuidade.

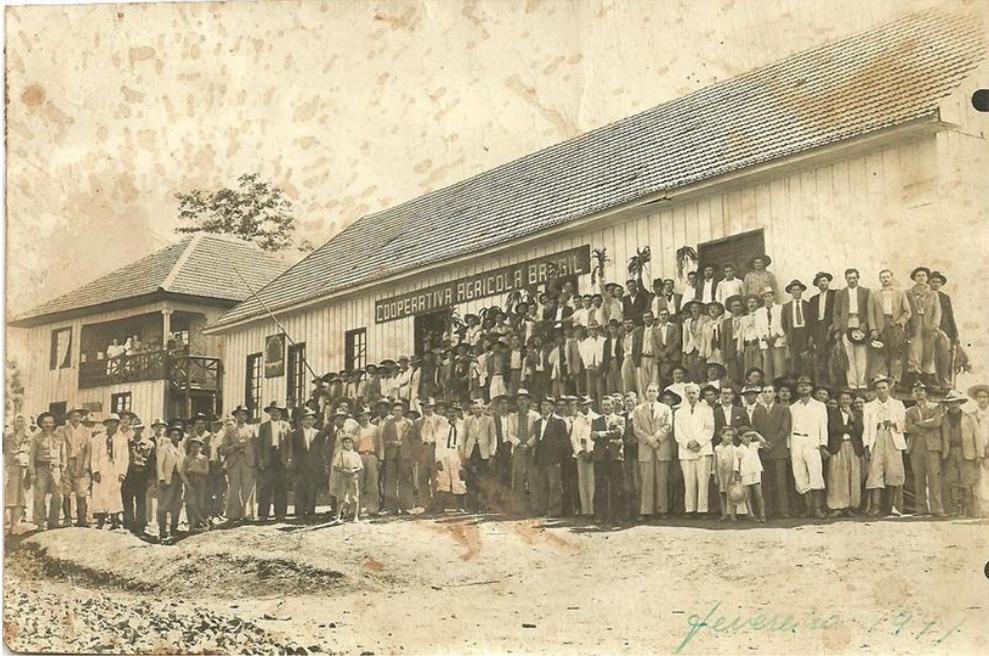


Figura 04: Prédio da Cooperativa Agrícola Brasil no ano de 1947.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen.

2.3 Cooperativa da Banha e Produtos Suínos

A produção de suínos foi uma atividade local importante, visto que os agricultores costumavam produzir para o consumo familiar e para a comercialização. A comercialização, contudo, ficava dificultada pela distância da nossa região em relação às regiões consumidoras. Assim, a ideia foi a organização da Cooperativa de Produtos Suínos Santo Antônio, levada a efeito e certificada no ano de 1938.

Devido ao desenvolvimento da atividade suína e sua relevância econômica para a população agrícola, a Cooperativa da Banha e Produtos Suínos logo foi transformada em frigorífico. No ano de 1944, essa cooperativa passou a atuar como Frigorífico Santo Antônio Ltda., em prédios de madeira, bastante simples.

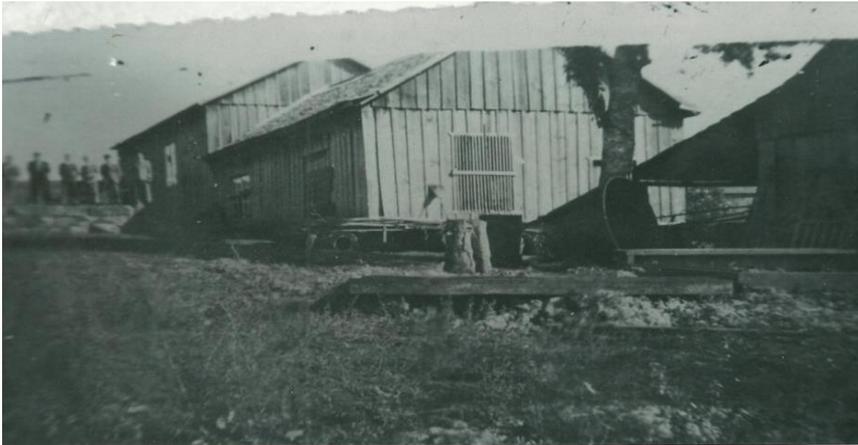


Figura 05: Prédio das Primeiras Instalações da Cooperativa no ano de 1939/1940.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen.

No ano de 1961, o Frigorífico Santo Antônio recebeu a denominação de “Frigorífico DAMO S/A”, assim permanecendo até 1989 com proprietários locais. A partir de 1989, a Indústria e Comércio Damo S/A passou a fazer parte de grupos econômicos nacionais, como a Indústria Frigorífica Sadia Concórdia S/A, atuando, assim, até o ano de 1996. Em 2001, a empresa passou a ser identificada como Mabella Carnes, sob a coordenação de agentes locais e, a partir de 2008, voltou a pertencer a redes frigoríficas nacionais.



Figura 06: Processo De Manufatura:1940.
Fonte: Arquivo Histórico do Município de Frederico Westphalen.

O percurso histórico da Cooperativa da Banha e Produtos Suínos remete a três momentos expressivos. Inicialmente, registra a memória associativa como criadora. Segue a propriedade particular como consolidadora e expansionista e, por último, apresenta a atualidade do corporativismo das grandes redes frigoríficas. Mas, lá no passado, na ponta, a História do fazer coletivo associativo. A História do fazer idealizador e criador, do começar e do recomeçar,

dos sentimentos, do pertencer. Dessa forma, a História encontra-se na memória, memória que reconstitui a História e, assim, contribui para alimentar a identidade de uma comunidade, a identidade de um local, de um povo, para o que as imagens fotográficas constituem fonte de literatura histórica.

3 MEMÓRIA FOTOGRÁFICA E IDENTIDADE LOCAL

O homem, em seu percurso histórico, procura registrar, de alguma forma, a sua passagem pela Terra. Isso, em qualquer tempo histórico e espaço geográfico. Para esse fim, cria técnicas que vão desde os primeiros registros nas cavernas às mais eficientes formas de comunicação cosmopolita. As materializações são registros históricos eficazes, visto que, as imagens, em suas diferentes formas, constituem um dos mais significativos elementos de comunicação.

3.1 A expressão do associativismo nas imagens fotográficas no município de Frederico Westphalen

As primeiras manifestações associativas de organização desenvolvidas no Município, foram precedidas por formas colaborativas. Formas essas, caracterizadas pela ideia da colaboração mútua, de parcerias e vínculos de vizinhança. Essas formas colaborativas aconteceram, nos primeiros tempos da ocupação territorial local, pelas vias da comunicação oral, pela honra ao “bigode”, ou seja, utilizando simbologias e “palavras simbologias” que constituíam um sistema de comunicação próprio. Segundo Laraia (2009), a criação de um sistema de comunicação oral, é fundamento básico para existência da cultura, visto que a linguagem é um produto da cultura. Assim, toda forma de comunicação é um processo cultural e toda forma de organização é produzida pelas vias da comunicação.

Com base nessa forma de entender a comunicação/cultura, temos como um fator cultural significativo na memória histórica local, a palavra e o valor da palavra. As primeiras experiências colaborativas, vinculadas à agricultura, não aconteciam com a utilização de documentações como identificadora das relações sociais, aconteciam, sim, pelas vias da palavra, da honra pessoal.

Aos poucos essa realidade foi mudando, a “honra à palavra”, foi sendo substituída por outras formas de relações sociais, visto que a cultura não é um princípio dado, mas resultado de práticas materiais e simbólicas, estéticas e funcionais veiculadas, cotidianamente, e que, somadas às necessidades que surgem, ressignificam as construções sociais. Assim, formas colaborativas foram, a partir dos anos 30, redimensionadas para modelos associativos, documentados e

codificados, também, pelos conceitos técnicos, permitindo um maior alcance territorial, a exemplo do armazenamento e da comercialização dos produtos agrícolas.

As materializações dessas formas associativas em cooperativas, vistas aqui em imagens, constituem aspectos significativos da memória histórica local, cujas leituras podem ser inúmeras, abraçando desde a identificação (nome) à organização e função social das mesmas. O nome “Cooperativa Vinícola Vitória” traz, para a realidade histórica local, a mesa italiana que, culturalmente, apresenta o vinho como um fator de alimento e beleza. O cultivo de parreirais foi uma realidade local significativa, não para a comercialização, que, como vimos, não teve o desfecho desejado, mas para consumo familiar e vizinhança.

No aspecto vizinhança, podemos dizer que a atividade fortalecia o princípio colaborativo, principalmente por ocasião das colheitas e do pisoteio da uva, momentos em que os vizinhos costumavam realizar trocas de dias de trabalho, momentos de festas e alegrias. O nome, portanto, identifica, inicialmente, um costume que está relacionado à culinária italiana e a aspectos das relações sociais locais. A organização da cooperativa não supriu o costume de trabalhar com o processamento da uva de forma caseira e, concomitante, não houve cultivo suficiente do produto para alimentar o trabalho da cooperativa com o vinho, visto que, em breve, foi melhorada a atividade de prestação de serviço de moagem, o que facilitou a vida das pessoas, porque substituiu a atividade manual realizada pelas famílias na transformação do grão com a utilização de pilões, pelo uso de instrumentos mais técnicos de transformação do grão em farinha, atividade realizada no Moinho.

O nome “Cooperativa Agrícola Brasil”, por sua vez, além de fazer referência à base econômica, não só do Município, mas de toda a região, traz, para a cena, a ideia de vínculo com o espaço maior: o Brasil. O nome identifica, desta forma, a parte no todo; o espaço local no espaço nacional; a especificidade econômica na diversidade econômica. Isso, porque os produtos da região eram destinados, em especial, para mercados do sudeste brasileiro. Soma-se a isso, que, no período, o Brasil estava sendo governado por Getúlio Vargas, cujas ideias nacionalistas chegavam a todos e a todos os lugares pelas vias dos discursos e, no caso local, pelo programa de Rádio “A Voz do Brasil”. Assim, podemos dizer que no nome dessa organização associativa, está registrada a ideia de pertencimento local e nacional; o orgulho de fazer parte do Município de Frederico Westphalen e do Brasil.

A Cooperativa de Produtos Suínos Santo Antônio, remete à religiosidade do povo. Santo Antônio é um Santo, da Cidade de Pádua, cuja referência veio com os italianos na travessia do Atlântico. A crença no poder dos Santos, é uma característica da Religião Católica e da religiosidade local. Ainda, lembra que o Catolicismo foi a primeira instituição religiosa

constituída, oficialmente, no Município de Frederico Westphalen. A fé moveu e move muitas ações humanas e histórias locais. As famílias de Católicos costumavam e costumam, como expressão de fé, ter em suas casas, a imagem de santos e santas, aos quais recorriam e recorrem nas necessidades. A fé era e é traduzida em milagres, devia e deve ter visibilidade, não só em gestos e ações, mas em materializações, como igrejas, associações e entidades com nomes de santos. Santo Antônio teve, historicamente, lugar de destaque nas famílias do Município. Inclusive, muitas pessoas recebiam e recebem seu nome.

Vale registrar que todas as cooperativas trazem para o cenário a identidade econômica da região, a agricultura familiar. Além disso, vale dizer que trazem o contexto cultural de organização social em torno daquilo que é o potencial da região, a agricultura. Podemos, assim, afirmar, conforme Argan (2005, p. 36), que “a necessidade do presente é demonstrável: a arte é fazer e, fazendo, se faz o presente.” Ou seja, o fazer humano atende a necessidades que mudam ao longo da história, cada presente tem suas questões a resolver, o que se resolve com o fazer. A sociedade é resultado, assim, de fazeres, que têm raízes no passado, na memória, na arte. Assim, como nós buscamos raízes de nossa História no passado, não temos o direito de negar à geração do presente e às gerações futuras, a herança da memória.

CONCLUSÃO

A literatura é a arte de registrar os fazeres, as obras humanas. A fotografia, em suas diferentes formas materializadas, é expressão das noções, ideias culturais da ação humana no território. Assim, permite identificar o homem no tempo e no espaço histórico. Culturalmente, objetou-se no associativismo a racionalidade e a fé necessárias às organizações, ou seja, culturalmente, as necessidades humanas foram desafios para a organização social e para a construção de técnicas, de materialização da imaterialidade das ideias, como as organizações associativas. Em relação às imagens fotográficas estudadas e ao prédio, que ainda subsiste, vale dizer, conforme Argan (2005, p. 15), que além de resultarem de um conjunto de relações, determinam “um campo de relações que se estendem até o nosso tempo e o superam, uma vez que, assim como certos fatos salientes da arte exercem uma influência determinante, mesmo à distância de séculos, também não se pode excluir que sejam considerados como campo de referência em um futuro próximo ou distante”.

Caminha (2008, p. 12) escreveu, ao prefaciar a obra de Machado de Assis, que “os livros são amigos sempre à disposição da gente. Sem trair.” Esta afirmativa pode ser extensiva à imagem fotográfica, visto que nela há um contexto histórico que pode ser lido e identificado por aqueles

que desejam e se desafiam a buscar, a conhecer. A diferença está, talvez, em que, para conhecer a realidade histórica presente nas imagens fotográficas, além de imaginação, é preciso investigação. A imagem fotográfica é um produto da criatividade humana que permite alimentar o tecnicismo, mas também, o humanismo, visto que viabiliza a construção de relações entre memória e identidade.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMINHA, Edmílson. Prefácio. In: ASSIS, Machado. **Conto de escola e outras histórias curtas**. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2008.

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**. AP: Martins Fontes, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 34. ed. Brasília: Edições Câmara, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SILVA, Alana Maria da. **Patrimônio histórico e cultural de FW: o caso do Moinho Crzyzaniak**. Frederico Westphalen, 2011. 52 páginas. Monografia apresentada ao Curso de História. Universidade Regional Integrada do Médio Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen.

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Garamond e Lucida Handwriting,
formato e-book, pdf, em dezembro de 2015.